

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PROSPECÇÃO DE
OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS
MUNICÍPIOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO, MS
- Projeto Pantanal Vivo -**



**Grupo de Socioeconomia e Sustentabilidade
Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento sustentável**

**Belém / PA
Dezembro / 2020**

Título: Diagnóstico socioeconômico e prospecção de oportunidades de desenvolvimento dos municípios de Corumbá e Ladário, MS.	
PROD. TEC. ITV DS N057/2020	Revisão
Classificação: () Confidencial () Restrita () Uso Interno () Pública	00

Informações Confidenciais - Informações estratégicas para o Instituto e sua Mantenedora. Seu manuseio é restrito a usuários previamente autorizados pelo Gestor da Informação.

Informações Restritas - Informação cujo conhecimento, manuseio e controle de acesso devem estar limitados a um grupo restrito de empregados que necessitam utilizá-la para exercer suas atividades profissionais.

Informações de Uso Interno - São informações destinadas à utilização interna por empregados e prestadores de serviço

Informações Públicas - Informações que podem ser distribuídas ao público externo, o que, usualmente, é feito através dos canais corporativos apropriados

Autores

Jorge Filipe dos Santos, Valente José Matlaba,
Rosa de Nazaré Paes da Silva, Lilyan Galvão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G892 GRUPO DE SOCIOECONOMIA E SUSTENTABILIDADE.

Diagnóstico socioeconômico e prospecção de oportunidades de desenvolvimento econômico dos municípios de Corumbá e Ladário, MS. / [Jorge Filipe dos Santos, Valente José Matlaba, Rosa de Nazaré Paes da Silva, Lilyan Galvão] - Belém: ITV, 2020.

131 p.: il.

Relatório Técnico - Instituto Tecnológico Vale (2020).

PROD.TEC.ITV.DS - N057/2020

DOI 10.29223/PROD.TEC.ITV.DS.2020.57.Santos

1. Desenvolvimento econômico - Corumbá (MS).
2. Desenvolvimento econômico - Ladário (MS).
3. Desenvolvimento sustentável - Pantanal. I. Santos, Jorge Filipe dos. II. Matlaba, Valente José. III. Silva, Rosa de Nazaré Paes da. IV. Galvão, Lilyan. V. Título.

CDD 23. ed. 338.098171

Bibliotecária responsável: Nisa Gonçalves / CRB 2 – 525

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório objetiva fazer uma análise socioeconômica dos municípios de Corumbá e Ladário, do Mato Grosso do Sul, para subsidiar a discussão sobre prospecção de oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável para o território. A análise aqui realizada está assente em dados secundários, de fontes oficiais, como o IBGE ou o Ministério da Economia, ou de comprovado rigor científico, como no caso do projeto MapBiomias, entre outros. Além disso, foram consultadas fontes documentais e resultados de pesquisas realizadas na região.

O modelo analítico adotado propõe a identificação de fatores indutores presentes ou com possibilidade de serem implantados no território que permitam alavancar determinados eixos de desenvolvimento desejáveis para os *stakeholders* locais. Os principais vetores considerados contemplam não só a produção de bens e serviços para exportar para outros territórios nacionais e exteriores, mas também para atender demandas do mercado local que atualmente são satisfeitas por meio de importações de outras regiões.

A primeira etapa da pesquisa estudou os eventos históricos mais marcantes na região, que estiveram na origem da formação do território e que ajudam a explicar a situação atual dos dois municípios. Em seguida, foram mapeados os recursos materiais, humanos e institucionais locais mais relevantes que permitem identificar os fatores de produção do território. Além disso, se investigaram também as principais dinâmicas socioeconômicas que caracterizam o contexto atual e que permitem traçar cenários para o futuro. Finalmente, as análises consolidadas possibilitaram identificar as potencialidades mais significativas que poderão ser exploradas para alavancar o desenvolvimento dos dois municípios, assim como os fatores mais determinantes que condicionam as atividades econômicas do território.

Atendendo à realidade geográfica dos dois municípios, foi considerado que eles se constituem como um só território, dado que apresentam continuidade espacial e características socioeconômicas semelhantes e integradas entre si.

Se trata de um território com um importante patrimônio histórico e com excelentes recursos naturais que servem de base a uma economia focada essencialmente na pecuária, na extração mineral e no turismo. O território apresenta um conjunto diversificado de infraestruturas logísticas, com conexões a fortes centros econômicos no Sul e Sudeste do Brasil e a importantes praças internacionais dos

países vizinhos. No entanto, a situação de alguns desses meios logísticos, como no caso da ferrovia, têm sofrido com baixo investimento na sua manutenção e melhoria.

A população tem um perfil relativamente jovem e a educação tem mostrado bons avanços nos últimos anos, com impacto direto na melhoria do IDH municipal. Essas condições indicam um bom estoque de capital humano que poderá ser um fator importante de desenvolvimento, se houver um reforço para melhorar ofertas de educação técnica e superior de qualidade e iniciativas de formação para o empreendedorismo.

Dada a importante potencialidade turística, um dos vetores de formação e empreendedorismo deverá ser nesse setor (hotelaria, gastronomia etc.). Para valorizar ainda mais as riquezas naturais na região, é importante fomentar práticas sustentáveis para suprir as necessidades atuais sem comprometer o equilíbrio ecológico e as necessidades das gerações futuras. Além disso, estes aspectos são cada vez mais valorizados nos mercados internacionais de turismo, não só para atrair visitantes, mas também operadores e investidores externos.

O comércio local tem uma forte dependência da cotação do dólar americano, uma vez que o fluxo de bolivianos das cidades vizinhas em busca de mercadorias depende das flutuações cambiais do real em relação ao dólar. Portanto, seria interessante pensar políticas econômicas anticíclicas para o setor, por forma a minimizar o efeito das oscilações do dólar. Além disso, a economia local tem obtido pouco benefício na participação nas redes de transporte, funcionando apenas como lugar de passagem, fiscalização e controle de mercadorias.

A produção presente no território apresenta majoritariamente produtos de baixa complexidade tecnológica, como minérios (ferro e manganês) e pecuária bovina (carne e leite). Para a verticalização destas cadeias será necessário fortalecer as fontes confiáveis de energia, o que não tem acontecido com o gás vindo da Bolívia. Além disso, aqui também é estratégico melhorar a capacidade técnica da mão de obra nos setores da indústria e da agropecuária, cujos melhores recursos estão concentrados atualmente nos serviços e na administração pública.

Neste sentido, uma análise integrada para os dois municípios aponta para os seguintes fatores que condicionam suas atividades econômicas:

- As principais cadeias produtivas existentes são a pecuária de corte e leiteira, a mineração e o turismo.

- A estrutura econômica existente apresenta forte influência da formação histórica da economia da região assente nos recursos naturais disponíveis.
- A administração pública depende em grande parte da transferência de recursos federais para cumprir as suas obrigações constitucionais, absorvendo uma grande fatia da mão de obra local mais qualificada.
- Torna-se necessário investigar mais profundamente para identificar os fatores limitadores para a emergência de setores com maior inovação tecnológica. Os dados obtidos até agora apontam para a necessidade infraestruturas logísticas e de fontes de energia mais eficientes, assim como mais capacitação técnica e de empreendedorismo.
- As atividades agrícolas e agroindustriais existentes parecem ainda operar com arranjos com baixa tecnologia; entretanto a base agrícola é produtiva e rentável. A pecuária bovina de Corumbá ainda é de características extensivas, colocando pressão no meio natural.

Se mostra estratégico aprofundar o conhecimento sobre os recursos naturais, culturais e humanos deste território, na procura de opções de desenvolvimento sustentável que proporcionem uma melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes. Para isso, são propostas as seguintes atividades de pesquisa no futuro:

- Obtenção de dados sobre os fluxos comerciais e turísticos de e para o território de estudo, para aprofundar o estudo das cadeias produtivas locais.
- Avaliar o ecossistema empreendedor local.
- Mapear a aptidão agrícola das terras antropizadas.
- Mapear os efeitos das recentes queimadas.
- Mensurar o grau de coesão social local.
- Levantamento das visões de desenvolvimento dos stakeholders locais.

Para terminar, é importante mencionar os brutais efeitos socioeconômicos da atual pandemia, cujas consequências se farão sentir por muito tempo, a nível global, condicionando todas as atividades humanas e que merecerão atenção também no caso de Corumbá e Ladário.

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral a execução de uma análise socioeconômica de Corumbá e Ladário, do Mato Grosso do Sul, para subsidiar a discussão sobre prospecção de oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável para os dois municípios. A pesquisa utilizou dados secundários de fontes oficiais, tais como o IBGE, o Ministério da Economia, o projeto MapBiomass, entre outros. Além disso, foram consultadas fontes documentais e resultados de pesquisas realizadas na região. O modelo analítico adotado propõe a identificação de fatores indutores presentes ou com possibilidade de serem implantados no território que permitam alavancar determinados eixos de desenvolvimento desejáveis para os *stakeholders* locais. Os principais vetores considerados contemplam não só a produção de bens e serviços para exportar para outros territórios nacionais e internacionais, mas também para atender demandas do mercado local que atualmente são satisfeitas por meio de importações de outras regiões. Trata-se de uma região com um importante patrimônio histórico e com excelentes recursos naturais que servem de base a uma economia focada essencialmente na pecuária, na extração mineral e no turismo. A produção presente no território apresenta principalmente produtos de baixa complexidade tecnológica, como minérios (ferro e manganês) e pecuária bovina (carne e leite). Para a verticalização destas cadeias será necessário fortalecer as fontes sustentáveis de energia e melhorar a capacidade técnica da mão de obra nos setores da indústria e da agropecuária, cujos melhores recursos estão concentrados atualmente nos serviços e na administração pública. A população com um perfil relativamente jovem representa um bom estoque de capital humano que poderá ser um fator importante de desenvolvimento, se houver melhorias nas ofertas de educação técnica e superior de qualidade e iniciativas de formação para o empreendedorismo. Poderá assim ser criado um ambiente mais favorável para a geração de inovação social e tecnológica. Dada a importante potencialidade turística, um dos vetores de formação e empreendedorismo deverá ser nesse setor (hotelaria, gastronomia etc.). Outro ponto importante se relaciona com o aproveitamento pela economia local dos benefícios da participação nas redes de comércio transfronteiriço, não funcionando apenas como lugar de passagem, fiscalização e controle de mercadorias e pessoas. Para aprofundar o conhecimento sobre os recursos territoriais e meios de produção, se recomenda a obtenção de dados sobre os fluxos comerciais e turísticos e sobre o ecossistema empreendedor local. Ademais, importa mapear a aptidão agrícola da região e os efeitos das recentes queimadas. Finalmente, se sugere a mensuração do grau de coesão social local e o levantamento das visões de desenvolvimento dos *stakeholders* locais. É importante ainda estudar os efeitos socioeconômicos da atual pandemia, cujas consequências se farão sentir por muito tempo.

Palavras-chave: Pantanal. Economia. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The study's general objective is to carry out a socioeconomic analysis of Corumbá and Ladário, in Mato Grosso do Sul, to support the discussion on prospecting opportunities for sustainable economic development for the two municipalities. The research used secondary data from official sources, such as the IBGE, the Ministry of Economy, the MapBiomass project, among others. In addition, documental sources and results of research carried out in the region were consulted. The analytical model adopted proposes the identification of inductive factors present or likely to be implemented in the territory that allow for leveraging certain desirable development axes for local stakeholders. The main vectors considered include not only the production of goods and services to export to other national and international territories, but also to meet local market demands that are currently satisfied through imports from other regions. It is a region with an important historical heritage and excellent natural resources that serve as the basis for an economy primarily focused on livestock, mineral extraction and tourism. The production present in the territory mainly presents products of low technological complexity, such as ores (iron and manganese) and cattle raising (meat and milk). For the vertical integration of these chains, it will be necessary to strengthen sustainable energy sources and improve the technical capacity of the workforce in the industrial and agricultural sectors, whose best resources are currently concentrated in services and public administration. The population with a relatively young profile represents a good stock of human capital that could be an important development factor, if there are improvements in the provision of quality technical and higher education and training initiatives for entrepreneurship. This will create a more favorable environment for generating social and technological innovation. Given the important tourist potential, one of the vectors for training and entrepreneurship should be in this sector (hotels, gastronomy, etc.). Another important point is related to the local economy taking advantage of the benefits of participation in cross-border trade networks, not only functioning as a place of passage, inspection and control of goods and people. In order to deepen the knowledge about territorial resources and means of production, it is recommended to obtain data on commercial and tourist flows and on the local entrepreneurial ecosystem. Furthermore, it is important to map the region's agricultural aptitude and the effects of recent fires. Finally, it is suggested to measure the degree of local social cohesion and survey the development visions of local stakeholders. It is also important to study the socioeconomic effects of the current pandemic, whose consequences will be felt for a long time.

Keywords: Pantanal. Economy. Development. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização dos municípios de Corumbá e Ladário-MS, distribuição da população, assentamentos do INCRA, Maciço de Urucum, ferrovia e rodovias	14
Figura 2 -	MS e Brasil: Taxas de crescimento da economia e tendência – 1981/2002	18
Figura 3 -	Sedes dos municípios de Corumbá e Ladário-MS	20
Figura 4 -	Modelo analítico adotado	21
Figura 5 -	Uso e ocupação do solo em 2018	36
Tabela 1 -	Áreas de uso da terra nos municípios em 2018	37
Tabela 2 -	Ocorrência de tipos de solo no território	38
Figura 6 -	Solos de ocorrência dos municípios	40
Figura 7 -	Traçado da Rota Rodoviária Bioceânica	42
Figura 8 -	Principais infraestruturas logísticas na região de Corumbá e Ladário	45
Figura 9 -	Acesso à rede das empresas de telefonia presentes em Corumbá, em 2020	45
Figura 10 -	Acesso à rede das empresas de telefonia presentes em Ladário, em 2020	46
Figura 11 -	Índice de concentração econômica de Herfindahl-Hirschman, com base no emprego setorial, nos 2 municípios pesquisados, no Mato Grosso do Sul e no Brasil	48
Figura 12 -	Índice de diversidade econômica relativa dos municípios em relação ao Mato Grosso do Sul, com base no emprego setorial	49
Figura 13 -	Índice de diversidade econômica relativa dos municípios e do Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil, com base no emprego setorial	50
Tabela 3 -	Dados gerais dos municípios da Região do Pantanal	51
Figura 14 -	Porcentagens dos tipos de Vínculo da Administração Direta em Corumbá.	52
Figura 15 -	Evolução da população (total de habitantes), Corumbá	53
Figura 16 -	Distribuição populacional por situação de domicílio segundo os censos 2000 e 2010, Corumbá	54
Figura 17 -	População por gênero em Corumbá, entre os censos 2000 e 2010	55
Figura 18 -	Pirâmide etária do município de Corumbá, 2010	55
Figura 19 -	Índice de Desenvolvimento Humanos de Corumbá em comparação com o estado do Mato Grosso e Brasil	56
Figura 20 -	Evolução dos componentes do IDHM de Corumbá.	57
Figura 21 -	Evolução do IFDM, Corumbá	58
Figura 22 -	Índice de Vulnerabilidade Social de Corumbá em comparação com estado do Mato Grosso e Brasil, 2010	58

Figura 23 -	Evolução das componentes do Índice de Vulnerabilidade Social de Corumbá	59
Figura 24 -	Evolução dos % de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.	60
Figura 25 -	Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil	61
Figura 26 -	Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil	62
Figura 27 -	Evolução dos % de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil	63
Figura 28 -	Evolução do número de matrículas no município de Corumbá	64
Figura 29 -	Taxa de Distorção Idade-Série para o ensino fundamental e ensino médio, em 2017	64
Figura 30 -	Taxa de Adequação Idade-Série em Corumbá em 2010.	65
Figura 31 -	Evolução do número de estabelecimento de ensino em Corumbá	65
Figura 32 -	Evolução da infraestrutura de Laboratórios de informática em Corumbá.	66
Figura 33 -	Número de matrículas relacionada à educação de jovens e adultos em Corumbá	66
Figura 34 -	Estabelecimentos de Saúde em Corumbá, em 2020	67
Tabela 4 -	Caracterização do acesso à saúde em Corumbá e Ladário	68
Figura 35 -	Infraestrutura Urbana do município de Corumbá em comparação ao Brasil e estado do Mato Grosso do Sul, em 2017.	70
Figura 36 -	Evolução da Estrutura do PIB (valores adicionados em milhões de Reais correntes), Corumbá	71
Figura 37 -	Evolução do PIB per capita (R\$ correntes), Corumbá e regiões de referência.	72
Figura 38 -	Evolução do Emprego (pessoas ocupadas), Corumbá	73
Figura 39 -	Evolução da massa salarial (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá	74
Figura 40 -	Escolaridade dos ocupados, Corumbá, 2010	75
Figura 41 -	Escolaridade dos ocupados, Corumbá, 2015	75
Figura 42 -	Escolaridade dos ocupados, Corumbá, 2019	76
Tabela 5 -	Evolução do número de empresas locais por setor, Corumbá	77

Figura 43 -	Evolução da Receita Municipal (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá.	79
Figura 44 -	Evolução da CFEM Arrecadada (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá.	80
Tabela 6 -	Evolução das despesas públicas por função (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá	81
Figura 45 -	Evolução das exportações e importações em Corumbá (Valores FOB US\$ Milhões)	83
Figura 46 -	Localização das sedes de estabelecimentos agrícolas cadastrados em Corumbá e Ladário no Censo Agropecuário do IBGE, 2017	84
Tabela 7 -	Quantidade de cabeças em Corumbá e Ladário	85
Tabela 8 -	Estimativa de consumo e produção agrícola em 2019 (IBGE)	86
Figura 47 -	Rede de Atividades Características do Turismo (ACT) em Corumbá ao longo dos anos.	88
Quadro 1 -	Síntese de Corumbá	89
Tabela 9 -	Dados gerais dos municípios da Região do Pantanal	90
Figura 48 -	Porcentagens dos tipos de Vínculo da Administração Direta em Ladário.	91
Figura 49 -	Evolução da população (total de habitantes), Ladário	93
Figura 50 -	Distribuição populacional por situação de domicílio segundo os censos 2000 e 2010	93
Figura 51 -	População por sexo em Ladário nos censos 2000 e 2010.	94
Figura 52 -	Pirâmide etária do município de Ladário.	94
Figura 53 -	Índice de Desenvolvimento Humano de Ladário em comparação com o estado do Mato Grosso e Brasil.	95
Figura 54 -	Evolução dos componentes do IDHM de Ladário	95
Figura 55 -	Evolução do IFDM, Ladário	96
Figura 56 -	Índice de Vulnerabilidade Social de Ladário em comparação com estado do Mato Grosso e Brasil	97
Figura 57 -	Evolução das componentes do Índice de Vulnerabilidade Social de Ladário.	97
Figura 58 -	Evolução dos % de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil	98
Figura 59 -	Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil	99
Figura 60 -	Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil	100
Figura 61 -	Evolução dos % de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15	101

anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil

Figura 62 -	Evolução do número de matrículas no município de Ladário.	101
Figura 63 -	Taxa de Distorção Idade-Série para o ensino fundamental e ensino médio, em 2017	102
Figura 64 -	Taxa de Adequação Idade-Série em Ladário em 2010	102
Figura 65 -	Evolução do número de estabelecimento de ensino em Ladário.	103
Figura 66 -	Evolução da infraestrutura de Laboratórios de informática em Ladário	103
Figura 67 -	Número de matrículas relacionada à educação de jovens e adultos em Corumbá	104
Figura 68 -	Estabelecimentos de Saúde em Ladário, em 2020	104
Figura 69 -	Infraestrutura Urbana do município de Ladário em comparação ao Brasil e estado do Mato Grosso do Sul, em 2017	106
Figura 70 -	Evolução da Estrutura do PIB (valores adicionados em milhões de Reais correntes), Ladário.	107
Figura 71 -	Evolução do PIB per capita (R\$ correntes), Ladário e regiões de referência	108
Figura 72 -	Evolução do Emprego (pessoas ocupadas), Ladário	109
Figura 73 -	Evolução da massa salarial (valores em milhões de Reais constantes de 2018), Ladário	109
Figura 74 -	Escolaridade dos ocupados, Ladário, 2010	110
Figura 75 -	Escolaridade dos ocupados, Ladário, 2015	111
Figura 76 -	Escolaridade dos ocupados, Ladário, 2019	112
Tabela 10 -	Evolução do número de empresas locais por setor, Ladário	113
Figura 77 -	Evolução da Receita Municipal (valores em milhões de Reais correntes), Ladário.	114
Figura 78 -	Evolução da CFEM Arrecadada (valores em milhões de Reais correntes), Ladário	115
Tabela 11 -	Evolução das despesas públicas por função (valores em milhões de Reais correntes), Ladário	116
Figura 79 -	Evolução das exportações e importações em Ladário (Valores FOB US\$ Milhões)	117
Figura 80 -	O município de Ladário partilha com Corumbá uma parte dos recursos minerais existentes na região e da CFEM recolhida	
Figura 81 -	Rede de Atividades Características do Turismo (ACT) em Ladário ao longo dos anos	119
Quadro 2 -	Síntese de Ladário	120

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	RESENHA HISTÓRICA ECONÔMICA DA REGIÃO	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	20
3.1	FATORES INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	21
3.1.1	Busca do potencial exportador do território/país	21
3.1.2	Busca de alternativas socioeconômicas para regiões fortemente dependentes de determinada indústria ou setor econômico	22
3.2	ESTRUTURA ECONÔMICA	25
3.3	DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	26
4	METODOLOGIA	34
5	ANÁLISE DO TERRITÓRIO	35
5.1	RECURSOS NATURAIS, AGROPECUÁRIOS E INFRAESTRUTURAS ECONÔMICAS	35
5.1.1	Uso e ocupação da terra	35
5.1.2	Solos de ocorrências	37
5.1.3	Clima e temperatura	40
5.1.4	Infraestrutura logísticas e tecnológicas	41
5.1.5	Ordenamento urbano dos espaços produtivos	46
5.2	DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	47
5.3	CURUMBÁ	50
5.3.1	Estrutura organizacional	51
5.3.2	Perfil social	53
5.3.3	Estrutura da economia local	70
5.3.4	Síntese dos resultados	89
5.4	LADÁRIO	90
5.4.1	Estrutura organizacional	90
5.4.2	Perfil social	92
5.4.3	Estrutura da economia local	106
5.4.4	Síntese dos resultados	120
6	ANÁLISE INTEGRADA DO TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS	121
6.1	ANÁLISE PRELIMINAR	121
6.2	PRÓXIMOS PASSOS	123
	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo o diagnóstico socioeconômico e a caracterização do potencial produtivo para subsidiar a prospecção de oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável dos municípios de Corumbá e Ladário no Estado do Mato Grosso do Sul (Figura 1).

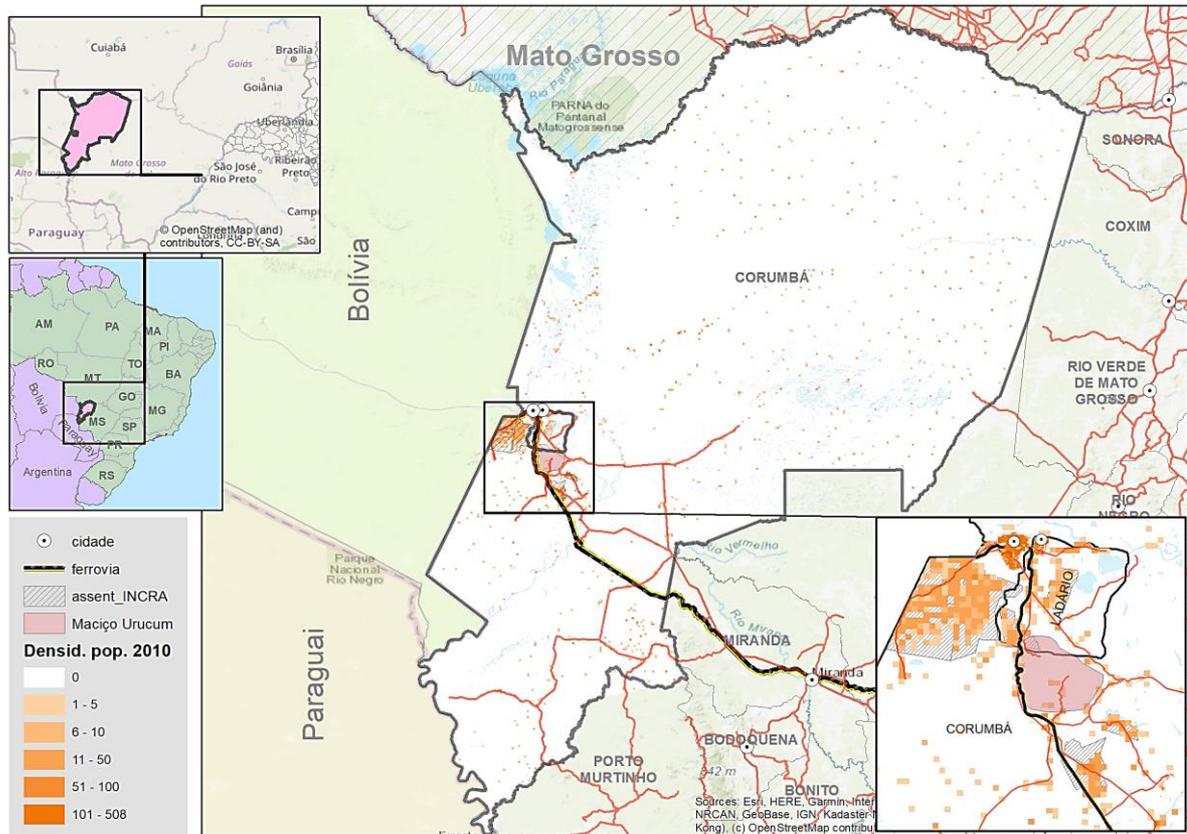
Esta primeira fase da pesquisa realizou o levantamento e analisou os fatores indutores e a estrutura socioeconômica dos municípios a partir de dados de fontes oficiais sobre evolução ou situação dos setores do PIB, demografia, contas municipais, produção agrícola, mão de obra local, infraestruturas, recursos naturais, mercado local e principais atividades e agentes econômicos presentes nos dois municípios, entre outros. Foram identificadas atividades econômicas já existentes com resiliência em cenários para além da exploração mineral e que apresentem viabilidade de acordo com as potencialidades do território. Pretende-se assim contribuir para a definição de um plano de ação para o desenvolvimento territorial sustentável da região.

De modo a atender ao objetivo proposto por este trabalho, foi elaborada uma breve resenha histórica da formação social e econômica da região para facilitar o entendimento das dinâmicas que estão na origem das condições socioeconômicas atuais. A caracterização foi realizada por meio da consolidação e análise de dados de fontes oficiais e da consulta de pesquisas e de outros documentos sobre a região.

Com base na resenha história e no referencial teórico sobre o tema, procedeu-se ao levantamento dos principais elementos da estrutura econômica presente nos municípios. Para completar o levantamento acima e visando aprofundar o diagnóstico da situação atual - obtendo subsídios sobre as visões para o desenvolvimento local e para a prospecção de novos negócios e possíveis alternativas para desenvolver e diversificar as economias locais – será necessário realizar pesquisa de campo por meio de entrevistas e questionários com os *stakeholders* e os empreendedores dos municípios.

As potencialidades produtivas identificadas nestes territórios e as respectivas necessidades de diversificação apontadas por este relatório se basearam apenas em dados secundários de fontes oficiais.

Figura 1 - Localização dos municípios de Corumbá e Ladário-MS, distribuição da população, assentamentos do INCRA, Maciço de Urucum, ferrovia e rodovias.



Fonte: adaptado do IBGE (2020).

2 RESENHA HISTÓRICA ECONÔMICA DA REGIÃO

A região sul-mato-grossense possui um histórico de formação que engloba as características de ocupação e formação do território brasileiro que ora expressam, dinâmicas de penetração e exploração e, ora a ampliação e defesa das fronteiras do país. Inicialmente subordinada à capitania de São Paulo, somente com a descoberta de ouro na região de Cuiabá é que o território ganha autonomia e a capitania de Mato Grosso é criada. O povoamento da região foi motivado tanto pela exploração minerária, quanto pela pecuária extensiva, caracterizando a economia da capitânia como agroexportadora.

Os Bandeirantes foram os primeiros exploradores da região de Mato Grosso, partindo do Sudeste do país e seguindo os caminhos naturais existentes, em busca de riquezas minerais e de escravos indígenas. Um dos sucessos dessas buscas, do ponto de vista econômico, foi a descoberta de ouro na região central do Mato Grosso, de Pascoal Moreira Cabral, em 1719 (PAVÃO, 2005). A ocupação da região deu-se assim em função dessas descobertas do ouro, o que permitiu desenvolvimento

econômico, com atração de populações e implantação da agricultura de subsistência e da pecuária, assim como algumas atividades extrativas (erva-mate, borracha, ipecacuanha). Quando as reservas auríferas se exauriram, foi a pecuária e a agricultura que permitiram fixar a população no centro-oeste brasileiro, alargando a fronteira econômica do Oeste, no qual se inclui o Mato Grosso do Sul (PAVÃO, 2005).

Por volta de 1765, quando as ameaças à fronteira se intensificaram, a província de Cuiabá passou por uma reorganização administrativa cuja integração (comunicação), ocupação e proteção do território passaram a se efetivar através do rio, configurando o padrão “rio-várzea-floresta” de ocupação. A localização geográfica e a atividade de mineração estimularam o comércio internacional na região, especificamente para Corumbá e Cuiabá, graças a abertura da navegação, na bacia do Prata, que ligava a província de Mato Grosso aos portos de Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina), La Paz (Uruguai) e aos portos do Rio de Janeiro e dos países europeus (PAVÃO, 2005, HANY, 2005).

A indústria regional se desenvolveu como tentativa para agregar maior valor à produção pecuária; diversos pecuaristas passaram a investir na produção de charque, desde o final do século XIX. A charqueada foi ganhando força, estimulada pela abertura da ferrovia, que permitiu a articulação com a economia paulista, representando 22% de todas as exportações de Mato Grosso em 1922 (PAVÃO, 2005).

No entanto, a chegada da ferrovia ao Sul de Mato Grosso diminuiu a importância estratégica de Corumbá, ligada à logística fluvial, em favor de Campo Grande, já que as mercadorias passaram a circular mais facilmente por trem. A atual capital de Mato Grosso do Sul assume assim a centralidade comercial e econômica do estado, com o crescimento do comércio entre o Mato Grosso e São Paulo (PAVÃO, 2005).

A configuração territorial do Mato Grosso do Sul se efetiva ainda mais com a guerra do Paraguai (séc. XIX), na qual o conhecimento sobre o relevo acidentado e sobre as áreas alagadiças do pantanal foram determinantes. O pós-guerra fora determinante para introdução de novas atividades econômicas como extração de borracha e produção de erva mate, levando a uma maior diversificação do território (LOBATO et. al., 2010).

A diversificação econômica, do início do século XX não era considerada satisfatória, e, associada à extensão territorial, dificultava o desenvolvimento do Estado de forma igualitária. A diversificação econômica do Mato Grosso, segundo

Pavão (2005), se havia desenhado a partir dos seguintes ciclos econômicos, localizados na parte Norte ou Sul de Mato Grosso, desde sua criação (1748) até 1930:

- ouro: 1720- 1780; parte Norte;
- ipecacuanha: 1820-1930; parte Norte;
- erva-mate: 1870-1960; Parte Sul;
- borracha: 1874-1930; Parte Norte;
- pecuária: 1780-atualidade; Parte Sul.

Entretanto, tais ciclos não asseguravam o desenvolvimento da região e tornava-se um campo fértil para o surgimento de ideias favoráveis à divisão político administrativa do território. A esta altura, a parte correspondente ao atual território do Mato Grosso do Sul já configura (i) a influência da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), objeto que apontava a preocupação do Estado com a soberania dessas áreas e com as relações entre o Brasil e os vizinhos sul-americanos (QUEIROZ, 1999) e, (ii) da “marcha para o oeste”, que incentivava a migração da população de outras regiões do Brasil para o Centro Oeste, “cuja finalidade era ampliar os núcleos habitacionais já existentes nessa região aproveitando melhor os recursos praticamente inexplorados dentro das próprias fronteiras políticas” (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

A chegada da ferrovia ao Sul de Mato Grosso diminuiu a importância estratégica de Corumbá, ligada à logística fluvial, em favor de Campo Grande, já que as mercadorias passaram circular mais facilmente por trem. A atual capital de MS assume assim a centralidade comercial e econômica do estado, com o crescimento do comércio entre o Mato Grosso e São Paulo (PAVÃO, 2005). Assim como, a “marcha para o oeste” favoreceu, como aponta Missio e Rivas (2019), como

a tentativa de modernização da agricultura e de ocupação da fronteira Oeste é um processo complementar à concentração industrial e à crescente acumulação de capital da região sudeste. Nesse sentido, a região é incorporada de maneira periférica ao mercado nacional e a Marcha para o Oeste pode ser considerada um marco desse processo, que foi se intensificando durante os governos subsequentes.

O mercado nacional tinha como expoente São Paulo, que passou a desenhar no território influências políticas em detrimento da capital Cuiabá, crescendo o ideal separatista de Mato Grosso. A emancipação de Mato Grosso do Sul no final da década de 1970 teve o aporte de recursos federais, no âmbito do Programa Especial de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (PROSUL), visando a verticalização da produção agroindustrial (HANY, 2005). No entanto, esses investimentos não foram executados na totalidade, faltando instalar em Corumbá o distrito industrial previsto

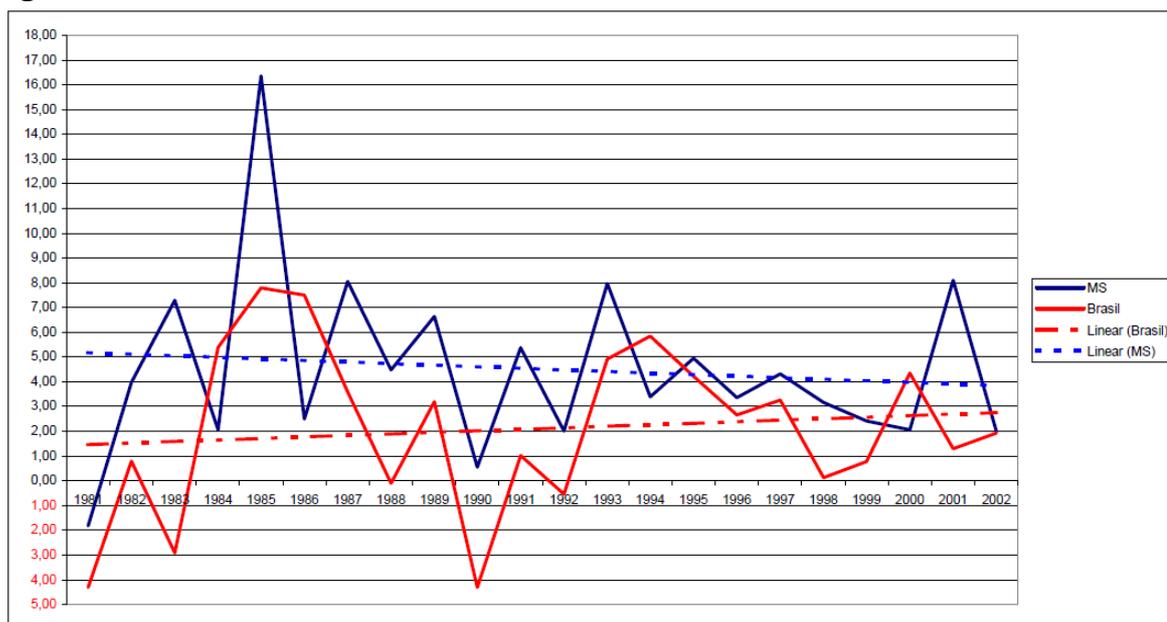
nesse programa. As taxas de crescimento médias da economia estadual apresentaram grandes oscilações, a par do Brasil, com tendência linear de queda, apesar de estar acima da tendência linear do país no período 1981-2002 (Figura 2). Nota-se uma tendência forte de queda no final dessa série.

Segundo Hany (2005), a partir da década de 1980, a população estadual urbana apresentou um acentuado crescimento, apesar do peso do setor primário na economia, o que se explica pela modernização da atividade agropecuária, diminuindo o emprego no setor e favorecendo o êxodo da população rural para as cidades. A mesma autora refere ainda que a urbanização se deve também às políticas públicas que promoveram a ampliação artificial dos perímetros urbanos, na década de 1990.

Na entrada no século XXI, os principais produtos exportados eram os minérios, seguidos pela soja e seus derivados. Este grupo de produtos representava 95% das exportações em 2001, indicando assim pouca agregação de valor. Os produtos com alto valor agregado (produtos medicinais e veterinários, aparelhos eletro-eletrônicos e produtos siderúrgicos) tiveram pouca representatividade, revelando a dependência da economia sul-mato-grossense do trio boi-soja-minerais (PAVÃO, 2005).

Em 2005, Pavão (2005) identificava como principais vantagens comparativas da economia de Mato Grosso do Sul a produção agropecuária, a forte ligação com as principais economias do Sul e Sudeste (com destaque para São Paulo) e o processo de industrialização ligado à agroindústria. Fazia também referência ao potencial turístico da região ligado ao patrimônio natural, histórico e cultural do Pantanal. Dada a implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil e a existência de reservas de ferro e manganês (uma das maiores do país), o autor apontava ainda para a possibilidade de diversificação da economia regional, a partir da implantação de um pólo gás-petroquímico, a ser implantado na área do município de Corumbá, assim como da construção de usinas termoelétricas, para atrair grandes grupos industriais para a exploração dos minérios (pólo minero-siderúrgico em Corumbá e Ladário).

Figura 2 - MS e Brasil: Taxas de crescimento da economia e tendência - 1981/2002.



Fonte: Pavão (2005, p. 195).

A cidade de Corumbá tem sua origem na busca de ouro pelos exploradores europeus. A ocupação da região teve início no século XVI quando, com a expectativa de encontrar ouro, a área do atual município foi explorada pelos portugueses, que começaram a chegar em 1524 (IBGE, 2020). O nome de Corumbá tem origem tupi-guarani – Curupah, que significa “lugar distante”. Atualmente, a sede do município é conhecida como cidade branca, devido à cor clara de seu solo, rico em calcário.

O vilarejo que deu origem a Corumbá foi fundado em 1778 para impedir os avanços dos espanhóis pela fronteira brasileira em busca de minerais preciosos, tendo o nome de Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, que logo se transformou no principal entreposto comercial da região fronteiriça. Devido à sua importância comercial, a localidade foi elevada a distrito em 1838 e, em 1850, a município (IBGE, 2020). A cidade iniciou atividades industriais na década de 1940, com a exploração das reservas de calcário e de outros minérios. As atividades turísticas se iniciaram no final da década de 1970. Com o Pantanal ocupando 60% de seu território, Corumbá passou a ser chamada de capital do pantanal, constituindo-se o principal portal para o santuário ecológico (IBGE, 2020).

Por seu lado, a origem do município de Ladário está ligada ao sertanista João Leme do Prado, que se estabeleceu na região em 1778. Prado mandou construir moradias e desenvolver lavouras para apoio à fundação de Corumbá. Na mesma região se encontrava o arsenal da marinha, cuja construção foi iniciada em 1873, na

margem direita do Rio Paraguai com o objetivo de barrar os invasores de outras coroas europeias. O distrito de Ladário, subordinado ao município Corumbá, foi criado em 1896, tendo sido elevado à categoria de município em 1954, desmembrado do município de Corumbá (IBGE, 2020).

Como pode ser observado na Figura 1, grande parte dos cerca de 135 mil habitantes dos dois municípios se concentram no entorno das suas cidades e ao longo do eixo da ferrovia. A restante população está dispersa pelas extensas áreas rurais de Corumbá. As cidades dos dois municípios, situadas na margem direita do rio Paraguai, estão em processo avançado de conurbação, dada a proximidade entre elas, como pode ser visto na Figura 3.

Se trata de dois municípios com um importante patrimônio histórico e com excelentes recursos naturais que servem de base a uma economia focada essencialmente no turismo, na pecuária e na extração mineral, para além do comércio transfronteiriço com as cidades vizinhas da Bolívia.

Corumbá é um município com um perfil social de características marcadamente urbanas. Em 2019, a população estimada de Corumbá era de aproximadamente 111 mil habitantes, dos quais, segundo o Censo de 2010, 90% residem em área urbana, acima dos 86% no estado de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2011). A sua área é de aproximadamente 64 mil km², sendo a densidade populacional municipal de aproximadamente 2 habitantes por km². Somente cerca de 33% das suas vias públicas são urbanizadas, uma taxa considerada alta e que coloca Corumbá na 3ª posição entre os 79 municípios do estado.

Ladário é igualmente um município com um perfil social de características urbanas. Em 2019, a população estimada de Ladário era de aproximadamente 23,3 mil habitantes, dos quais, segundo o Censo de 2010, 95% residem em área urbana, bastante acima dos 86% no estado (IBGE, 2011). A sua área é de aproximadamente 354 km², sendo a densidade populacional municipal de aproximadamente 58 habitantes por km². Somente cerca de 8% das suas vias públicas são urbanizadas, uma taxa considerada baixa e que coloca Ladário na 39ª posição entre 79 municípios do estado.

Figura 3 - Sedes dos municípios de Corumbá e Ladário-MS.



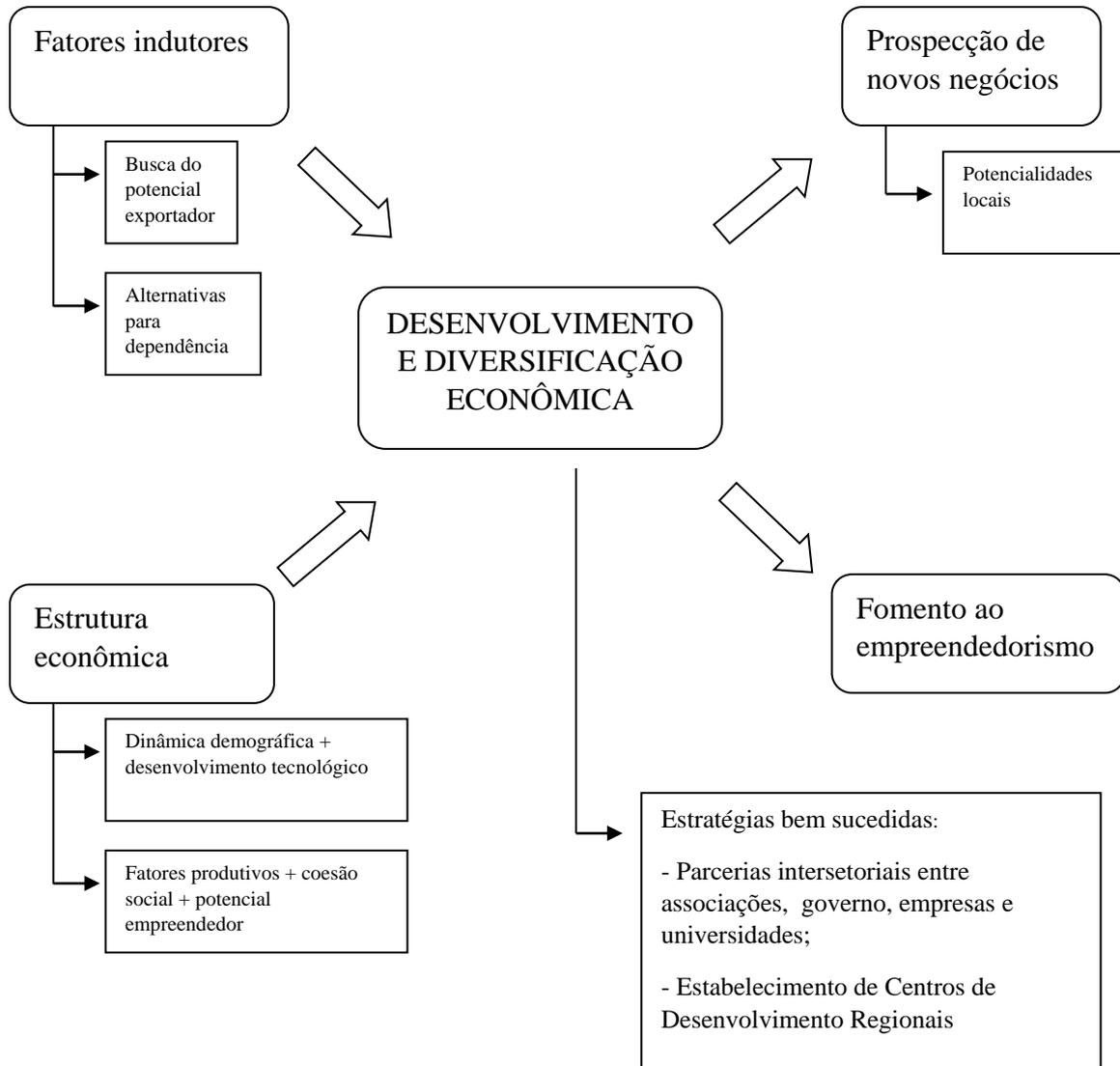
Fontes: adaptado do Google Maps ([20--?]); IBGE (2020).

3 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O modelo analítico a seguir sintetiza as relações entre fatores indutores e estrutura econômica para a diversificação socioeconômica em territórios e a consequente emergência de novos negócios em um ambiente de estímulo ao empreendedorismo (Figura 4).

Na sequência, apresentam-se as principais relações entre os elementos constituintes do modelo analítico ilustrado na Figura 4, bem como, os principais argumentos e as defesas dos autores sobre as estratégias que os países e/ou regiões devem adotar para diversificar as suas economias de forma sustentável, em um ambiente favorável à emergência de novos negócios e de fomento ao empreendedorismo.

Figura 4 - Modelo analítico adotado.



Fonte: autores (2019).

3.1 FATORES INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

A busca pelo desenvolvimento e diversificação econômica em determinado território está normalmente associada a dois fatores principais, que serão expostos seguidamente.

3.1.1 Busca do potencial exportador do território/país

Este potencial encontra-se condicionado pelos fatores de produção que o território possui em maior abundância (JONES, 2000). Dentro desta perspectiva, pesquisadores de Harvard e do MIT, liderados por Hausmann e Hidalgo (HIDALGO,

HAUSMANN, 2008; 2009), propuseram um novo entendimento sobre as relações do comércio internacional (potencial exportador) e o desenvolvimento econômico, denominada por *Product Space* (Espaço de Produtos). Este modelo propõe que a possibilidade de ser competitivo na produção e exportação de determinado produto depende, além da dotação de recursos mensuráveis – como infraestrutura, terra, capital humano e tecnologia considerados na teoria econômica tradicional – de uma gama de recursos intangíveis, chamados *capabilities* (capacidades). É a disponibilidade destas *capabilities* e sua sofisticação que vai determinar as perspectivas de desenvolvimento econômico de cada território/país. Portanto, o desenvolvimento econômico de um território/país é favorecido pelo uso das *capabilities* já instaladas redirecionando-as para a fabricação de produtos mais sofisticados (FREITAS; PAIVA, 2015).

Assumindo que desenvolvimento econômico é o processo de produzir cada vez mais bens intensivos em tecnologia e capital (HIDALGO et al., 2007), é consequência natural que os países que se especializam neste tipo de bens sejam mais propensos ao desenvolvimento econômico, devido ao efeito positivo das externalidades de conhecimento e aprendizado da mão de obra (HAUSMANN; HWANG; RODRIK, 2007; HIDALGO; HAUSMANN, 2008).

3.1.2 Busca de alternativas socioeconômicas para regiões fortemente dependentes de determinada indústria ou setor econômico

Estas regiões podem enfrentar dificuldades financeiras diante de oscilações de preços e retração da demanda, em virtude de crises ou mesmo de incentivos globais de redução de consumo, como na indústria de tabaco (Fletcher *et al.*, 1991). Diante disso, diversificar a economia local é a chave para garantir a sustentabilidade econômica de pequenos, médios e grandes produtores. Vargas e Campos (2005) apresentam o estudo de caso de três municípios do sul do Brasil, que empregaram distintas estratégias de diversificação produtiva agrícola para reduzir a dependência municipal da indústria de tabaco. Os municípios estudados foram Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul; e Schroeder e Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina.

Primeiramente, Vargas e Campos (2005) analisaram os fatores estruturais que favorecem o predomínio da monocultura de tabaco na região. Foram identificadas muitas parcerias e obrigações contratuais entre empresas de tabaco e os pequenos e médios produtores locais. Essa vinculação legal estabelece preços e quantidades

de venda e determina a utilização de agrotóxicos e pesticidas, numa relação de poder e barganha usualmente assimétrica, favorecendo as grandes empresas.

Outro importante fator que fortalece o cultivo predominante de tabaco é o incentivo governamental a essa indústria, cujo peso na economia regional é superior em comparação à nacional. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, o governo municipal investiu maciçamente na criação de infraestrutura através da construção de um Distrito Industrial para produção de tabaco, beneficiando muitas empresas do ramo. Vargas e Campos (2005) destacam, ainda, elevados incentivos fiscais desde a década de 1970.

Na década de 1990, o governo do estado do Rio Grande do Sul criou um programa de benefícios fiscais específicos para a indústria de tabaco, o chamado PROINCI/RS, que permitiu empresas como a Souza Cruz e a Phillip Morris a expandir suas atividades na região. Muitos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) eram destinados à expansão e fortalecimento da produção familiar de tabaco, até que em 2001 o governo federal proibiu que recursos do programa fossem usados nessa indústria.

Todavia, outras formas de incentivo governamental ainda são usadas. Em 2004, o BNDES financiou R\$ 167 milhões para a indústria de tabaco. Outro fator prático que dificulta a substituição de tabaco por outras culturas na agricultura familiar é o maior lucro líquido por unidade de terra. Vargas e Campos (2005) apontam que, apesar dos custos produtivos da plantação de tabaco serem superiores aos de culturas como milho e feijão preto, por exemplo, seus lucros são bem maiores, em função de maiores preços e receitas resultantes

Diante desses desafios, Vargas e Campos (2005) destacam a ação de associações de produtores rurais e ONGs, que foi bem-sucedida em estimular a diversificação produtiva local apesar das dificuldades. Em Santa Cruz do Sul, o Centro de Assistência a Pequenos Agricultores (CAPA) incentiva a adoção de técnicas agroecológicas desde 1980, através da substituição de agrotóxicos e pesticidas por controles biológicos, dentre outras técnicas.

O diferencial do CAPA é incentivar a diversificação e promover treinamentos aos agricultores para o processamento, manufatura e marketing, buscando ainda canais de distribuição da produção. Representa então uma boa alternativa ao plantio de tabaco e toda a assistência fornecida pelas grandes empresas. A organização já instalou 13 agroindústrias comunitárias na região, representando aproximadamente

três mil agricultores e agregando 102 grupos e associações agropecuárias. Destaca-se ainda as parcerias da associação com a prefeitura local, possibilitando benefícios fiscais e logísticos para fornecimento de produtos a feiras orgânicas locais. Também são importantes as parcerias com a Braspeixe (Associação de Piscicultura) e a Universidade de Santa Cruz do Sul, que incentivam a piscicultura na região através de apoio técnico, logístico e desenvolvimento de estratégias e tecnologias apropriadas às peculiaridades locais da região.

Estratégias semelhantes foram aplicadas nos municípios de Schroeder e Santa Rosa de Lima, adaptadas às distintas características socioeconômicas de cada um. Em Schroeder, apesar da forte predominância da indústria de tabaco, o plantio de bananas tornou-se atraente aos produtores devido a seu retorno financeiro ser superior ao de outras culturas. A Associação de Produtores de Bananas (ABS) promove parcerias entre os produtores rurais e institutos tecnológicos do Estado, para proporcionar suporte técnico e aumentar a diversificação e produtividade agropecuária.

Santa Rosa de Lima tem características de município pequeno e predominantemente agrário, com apenas 2007 habitantes no censo de 2000 – dos quais 79% habitavam a zona rural. Apesar de se destacar na produção agroindustrial de tabaco, crises econômicas decorrentes das flutuações do preço dessa commodity e aumento de taxas de juros incentivaram os produtores locais e suas associações a buscar alternativas. Destaca-se o importante papel desempenhado pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO).

Essa associação foi criada para atender a demanda de um comerciante de Florianópolis (SC), que se propôs a comprar toda a produção agrícola da região que fosse livre de agrotóxicos e pesticidas, para exportar à Europa produtos orgânicos. A AGRECO formou importantes parcerias com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), o Centro de Estudos de Promoção de Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e participou de projetos financiados pelo PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e pelo CNPq, como o DESENVOLVER. Atualmente, a produção agropecuária encontra-se relativamente diversificada. Ainda que a plantação de tabaco ainda tenha um importante peso na economia local, outras culturas agrícolas equilibram a produção e representam importante fonte de renda para as famílias.

Vargas e Campos (2005) concluíram que o estabelecimento de parcerias com agentes locais e externos foram essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento econômico da região. Apesar de Santa Rosa de Lima estar inserida na grande cadeia produtiva de tabaco do sul do Brasil, o município não se desenvolveu tanto quanto outros daquela região. Catela *et al.* (2010) identificaram esse padrão em outras regiões brasileiras, analisando 524 municípios das cinco regiões. Foi verificado que alguns municípios não apresentavam as mesmas características das regiões nas quais estavam inseridos, sendo realizada a análise entre os anos de 1997 a 2007.

3.2 ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

No escopo deste trabalho, denominamos de "Estrutura socioeconômica" ao conjunto dos recursos mensuráveis produtivos e de capacidades (conforme Freitas; Paiva, 2015), além da consideração de fatores externos como o intenso fluxo migratório ocorrido para os municípios e suas consequências socioeconômicas na região; o desenvolvimento tecnológico da indústria da mineração e suas repercussões no mercado de trabalho; e o grau de coesão social e potencial empreendedor das comunidades envolvidas. Todos estes elementos tomados em conjunto tem o potencial de influenciar os processos de diversificação socioeconômica nos territórios.

Neste sentido, Page e Beshiri (2003) concluíram que o contexto regional não é um preditor determinante e absoluto das características econômicas dos municípios. Outros fatores internos podem influenciar significativamente o desenvolvimento municipal e sua diversificação econômica, como o grau de coesão social das comunidades, suas vocações produtivas, nível de empreendedorismo e liderança dos moradores. Acrescentam ainda que futuras pesquisas devem debruçar-se sobre as diferenças entre os próprios municípios rurais, sem limitar-se à dualidade rural-urbano. Afinal, há diferenças suficientes entre distintas comunidades rurais dentro de uma mesma região, e deve-se incentivar a busca por estratégias para desenvolver econômica e socialmente os municípios com desempenhos mais fracos.

O conceito de coesão social foi desenvolvido, originalmente, por Durkheim (1999). Neste trabalho, a coesão aparece associada à ordem social, de como os indivíduos tendem a aderir, respeitar e se comportar de acordo com as instituições. Contemporaneamente, a coesão está ligada, também, ao debate sobre capital social, que se reporta às redes de relacionamento úteis, isto é, por meio das quais sujeitos alcançam recursos que satisfazem necessidades; à atuação social dos indivíduos:

engajamento, sentimento de responsabilidade social; e, à qualidade das relações, que envolve valores como confiança, solidariedade, facilidade de relacionamento e honestidade (GRANOVETTER, 1973; PORTES; PUTNAM, 2000; BOURDIEU, 2007; XIMENES, 2008).

Com base nesta tradição, nesta pesquisa, define-se coesão social como o compartilhamento, entre atores, de vínculos sociais úteis - nos quais os sujeitos transacionam recursos que satisfazem necessidades humanas - associados a valores, sentimentos e informações qualificadas. Os valores e sentimentos qualificados são aqueles emoldurados pela confiança, honestidade e facilidade de trânsito entre os indivíduos, enquanto que as informações qualificadas são aquelas que informam adequadamente tais sujeitos sobre os projetos e ações que afetam seus destinos comuns.

Historicamente, na teoria do capital social e na neoinstitucionalista contemporânea, os referidos valores sociais estão entre os que favorecem a adesão a projetos de desenvolvimento social comuns e concorrem para os sucessos dos mesmos.

3.3 DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O (sub)desenvolvimento econômico é e sempre foi objeto de estudo na Economia, com vários economistas se dedicando nos seus fundamentos teóricos. Destacamos e sistematizamos contribuições teóricas de cinco economistas laureados por prêmio Nobel: Amartya Sen (1998), Paul Krugman (2008) e Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer (2019). Amartya Sen apresentou uma crítica em relação a consideração, vigente nos anos 1980, do PIB como indicador de desenvolvimento. O economista argumentava que o PIB só captura adequadamente os meios de bem-estar que são transacionados no mercado formal, tendo um alcance limitado para captar a realidade econômica em regiões onde a informalidade é significativa.

Amartya Sen afirmava que o conceito de desenvolvimento econômico não pode ser visto apenas como aumento da renda, mas também como expansão das liberdades humanas, que são consideradas por ele o principal fim e meio do desenvolvimento econômico. A liberdade humana é basicamente a possibilidade de escolha, que só pode existir se houver acesso a um conjunto de bens e serviços, como alimentação saudável, educação, saúde, informação, mercado, transparência política,

auxílios financeiros em momentos de crise, vida longa e agradável, igualdade de gênero, entre outras coisas que as pessoas valorizam em suas culturas locais (SEN, 2000). A liberdade humana depende do regime político, sendo fundamental a democracia para o seu exercício. Somente a liberdade proporcionada pelos regimes democráticos permite que as pessoas usem suas *capabilities* ou capacidades para melhorar as suas condições de vida. Os estudos de Sen foram uma das principais bases de conhecimento que impulsionaram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a criar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, o qual é calculado atualmente também para os municípios (IDHM), na década de 1990, na busca de uma melhor medida de desenvolvimento, incluindo indicadores de Educação e Saúde, para além do PIB. Indo ao encontro dos estudos de Amartya Sen, Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer analisaram as melhores formas do combate à pobreza no plano microeconômico, sugerindo ações focadas na melhoria da educação e saúde, com base em evidências que obtiveram nos experimentos com aulas de reforço para 5 milhões de crianças indianas e subsídios para campanhas de saúde preventiva naquele país (INSPER, 2019; Bomfim, 2020).

Krugman foi o pioneiro da teoria que ficou conhecida como NEG, Nova Geografia Econômica (Krugman, 1991a, 1991b). Observando padrões de comércio internacional, apresentou os fundamentos da concentração do comércio mundial entre a América do Norte e Europa e a emergência do padrão centro-periferia. Tais fundamentos também justificariam as disparidades regionais dentro dos países e mesorregiões. Na abordagem da teoria da NEG (Henderson & Thisse, 2004; Haddad, 2005; Matlaba et al., 2013a, 2013b; McCann, 2008, 2013; Pires et al. 2018), o desenvolvimento do território está intimamente ligado a existência de economias de aglomeração. A ocorrência destas economias se relaciona a alguns conceitos principais associadas a decisões locacionais das empresas maximizadoras de lucros e de pessoas – as quais se reforçam mutuamente, a saber: distância e custos de transporte; custos de transporte e economias de escala; distância e custos de oportunidade; e centralidade e economias de escala.

As implicações desses conceitos são a existência de áreas urbanas no território, as quais exercem a centralidade e concentram a maioria das atividades econômicas e com maiores valores adicionados. Uma questão importante nas desigualdades inter-regionais é se as cidades podem ter tamanhos idênticos em algum momento do tempo no sistema de cidades do país ou de uma determinada

região. Esta análise se baseia no teste da lei de Pareto ou lei do expoente, a qual prevê concentração da população em algumas cidades. Esta lei é analisada juntamente com outras duas leis, a saber, a lei de Zipf, que considera que a população de cada cidade é proporcional a posição dessa cidade no ranking nacional; cada cidade guarda relação com a maior: por exemplo, o tamanho da 10ª cidade seria 1/10 da maior cidade; a lei de Gibrat, que prevê que o crescimento das cidades é proporcional ao seu tamanho; esta lei postula que ocorre a manutenção da desigualdade de tamanhos porque o sistema econômico é sujeito a idênticos eventos e choques. Estas leis verificam-se em todos os países e regiões, explicando as assimetrias regionais em termos de volume de emprego, renda, variedade de bens e serviços etc. Tais leis são testadas simultaneamente, sendo que a análise de dados longitudinais permite verificar a convergência ou o desvio dos exatos níveis esperados dos parâmetros principais dos modelos econométricos adotados (Matlaba et al, 2013b; McCann, 2013).

Ao se aprofundarem nos processos de desenvolvimento e diversificação socioeconômica ocorridos em municípios brasileiros, Catela *et al.* (2010) analisaram a especialização e diversificação produtiva destes municípios com base em dados do RAIS/Ministério da Economia, identificando padrões entre grupos de municípios. Clemenson (1992) define especialização como o crescimento da taxa de empregos num setor produtivo dominante. Diversificação, por sua vez, relaciona-se ao aumento no número de empregos em determinada comunidade, pela expansão de setores já existentes ou introdução de um novo setor produtivo.

A taxa de especialização foi mensurada pela participação de cada setor produtivo na geração de empregos em cada município, seguindo as seguintes equações:

$$IE_i = \max_j(s_{ij}) \quad (1)$$

Na qual (s_{ij}) é a participação do setor produtivo j na cidade i . Os autores desenvolveram uma taxa relativa de especialização, visto que alguns setores absorvem grandes porcentagens de emprego. Nesse sentido, calcularam o *ratio* entre o índice de especialização e a participação percentual de cada setor S_j no índice de emprego nacional.

$$IE_i = \max_j\left(\frac{S_{ij}}{S_j}\right) \quad (2)$$

A diversidade produtiva, por sua vez, foi mensurada através do Índice Herfindahl-Hirschman, obtido pela razão entre um e a soma dos quadrados da participação dos setores produtivos nos empregos locais, a saber:

$$ID_i = 1 / \sum_j s_{ij}^2 \quad (3)$$

O Índice de Diversidade Relativa (IDR) foi obtido através da subtração da participação de cada setor produtivo no índice nacional, a saber:

$$IDR_i = 1 / \sum_j |s_{ij}^2 - s_j| \quad (4)$$

Catela *et al.* (2010) explicam que o IDR é maior quando a distribuição de atividades produtivas no município assemelha-se ao padrão nacional de diversidade econômica. Nesse sentido, percebe-se que especialização e diversidade não são fatores opostos. Um município pode ser especializado em determinado setor produtivo, e diversificado de modo geral.

Os resultados mostraram que 53 dos 100 municípios mais especializados do Brasil localizam-se nas regiões norte e nordeste, onde estão 35% dos municípios predominantemente urbanos. Quanto à diversificação, foi verificado que seis dos dez municípios mais diversificados são capitais de estados; e dentre os 25 menos diversificados, 20 localizam-se nas regiões norte e nordeste. Catela *et al.* (2010) notaram ainda uma correlação positiva entre o tamanho dos municípios e seu índice de diversificação relativa, em consonância com a literatura especializada (Duranton; Puga, 2000; Abdel-Rahman; Anas, 2004). De fato, a heterogeneidade industrial é beneficiada pela economia de escala e vantagens logísticas de grandes centros urbanos.

Entretanto, alguns municípios apresentam características distintas, como no caso de Manaus, no estado do Amazonas, de grande extensão territorial, mas elevada especialização (materiais eletrônicos e computacionais); e pequenos municípios que são bastante diversificados, como Itajaí, São José e Palhoça, no estado de Santa Catarina. Porém, de modo geral percebe-se que as regiões norte e nordeste possuem os municípios mais especializados e menos diversificados. Parauapebas, município do sudeste do estado do Pará, figura entre os municípios menos diversificados (Catela *et al.*, 2010). De fato, a indústria de mineração é predominante nesse município, e o setor secundário representou 69% de seu PIB em 2017; antes da exploração mineral, a população de Parauapebas vivia essencialmente da agropecuária (IBGE).

Concentrando-se em municípios canadenses cujas economias baseavam-se principalmente na agricultura e na mineração, Page e Beshiri (2003) avaliaram seus níveis de diversificação e especialização produtiva durante os anos de 1986 e 1996. A ferramenta estatística usada na análise foi o Índice Herfindahl de Concentração (HI), que é calculado através da soma dos quadrados da participação percentual de cada um dos setores produtivos no nível de empregos do município.

Esse Índice reflete a diversificação ou especialização produtiva dos municípios numa escala de 0 a 1 (0 = altíssima diversidade, sem dominação de um único setor nas taxas de emprego locais; 1 = especialização total, quando um único setor concentra toda a taxa de empregos da comunidade). Page e Beshiri (2003) alertam para a interpretação cuidadosa dessa escala, que representa objetivamente a distribuição total de empregos entre os setores produtivos, mas não reflete a quantidade absoluta de empregos no município.

Significa que, caso o setor dominante tenha redução de empregos em virtude de crises econômicas, a queda no Índice poderia ser interpretada como maior diversificação produtiva, mesmo que a mão-de-obra desempregada não seja absorvida pelos demais setores. Da mesma forma, um aumento no Índice, que indicaria maior especialização produtiva, pode decorrer de crescimento na força de trabalho do setor produtivo dominante, ou de queda na taxa de emprego dos demais, *ceteris paribus*.

Com conclusões semelhantes às de Catela *et al.* (2010), Page e Beshiri (2003) verificaram que, de modo geral, municípios rurais apresentaram maiores índices de especialização, enquanto municípios urbanos maiores eram mais diversificados. Entretanto, alguns municípios apresentaram características que diferiam das regiões predominantemente especializadas ou diversificadas nas quais estavam inseridos. Ademais, avaliaram também a questão do aumento ou retração da força de trabalho em cada município, relacionando-a à especialização ou diversificação.

Foi verificado que 41% dos 2.145 municípios rurais avaliados apresentaram crescimento geral da força de trabalho e diversificação produtiva, concentrando-se principalmente nos estados canadenses do Noroeste, e Nunavut, Ontario e Alberta. As Províncias Marítimas, Quebec e British Columbia apresentaram predominantemente municípios rurais cujo crescimento da força de trabalho estava associado à maior especialização produtiva. Sabe-se que isso pode ser vantajoso a curto prazo, mas pode gerar vulnerabilidades no futuro. O Índice Herfindahl de

Concentração apresentou quedas na maioria dos municípios rurais de Newfoundland, Labrador, Manitoba e Saskatchewan. Aparentemente, está ocorrendo diversificação da estrutura produtiva – entretanto, foi verificado que a força de trabalho nesses municípios apresentou quedas no período analisado, o que pode indicar que um setor importante no passado encerrou as atividades, e a mão-de-obra dispensada não foi absorvida pelos demais setores. Por sua vez, outros municípios de Saskatchewan, Newfoundland, Labrador e Nova Scotia apresentaram tanto maior índice de especialização, quanto redução na força de trabalho empregada.

Também foram comparados os setores específicos da agropecuária, mineração, silvicultura e indústria madeireira nos municípios rurais. Page e Beshiri (2003) verificaram que 41% dos municípios predominantemente mineradores apresentaram tanto crescimento total da força de trabalho, quanto elevada diversificação produtiva. Dentre os municípios predominantemente agropecuários, 52% também se encaixaram nesse perfil. Por outro lado, apenas 26% dos municípios dominados pela silvicultura e indústria madeireira compartilhavam dessas características.

Njegac e Toskic (1999) avaliaram os municípios croatas, investigando as semelhanças e diferenças entre eles quanto ao desenvolvimento local. Distintas características naturais favoreceram o desenvolvimento da agricultura nos municípios do interior do país, graças à maior fertilidade do solo e o clima propício. A área costeira da Croácia, por sua vez, favorecia o desenvolvimento de outros setores produtivos, em decorrência das maiores taxas de urbanização nessa região e das possibilidades logísticas de escoamento produtivo através da infraestrutura portuária. De fato, a agricultura nessa região é destinada à exportação (ex: azeitonas, vieiras, figos etc.), e vem reduzindo em virtude da expansão urbana, que ocupa áreas agrícolas para construção de casas, comércios e indústrias. Em contraste, condados como Koprivničko-križevačka, Bjelovarskobilogorska e Virovitičko-podrav são predominantemente agrícolas e altamente autossuficientes, com pouca interação econômica em escalas maiores.

A industrialização no país iniciou no séc. XIX, mas intensificou-se especialmente no pós-Segunda Guerra, direcionada especialmente às regiões costeiras. Por isso, foram registradas elevadas taxas de migração campo-cidade no sentido interior-litoral ao longo da segunda metade do séc. XX. De fato, em 1948 apenas um quarto da população total vivia em áreas urbanas, enquanto 63,4% dos

croatas viviam em regiões rurais. Em 1999, Njegac e Toskic (1999) apontaram que essa proporção já estava dentro dos parâmetros europeus. Em torno de 14,7% das famílias croatas dependiam exclusivamente de renda oriunda da agropecuária, enquanto 66,7% dependiam exclusivamente da renda de outros setores produtivos (MALIC, 1996).

A industrialização tardia no interior da Croácia contribuiu na mudança desse panorama, gerando um processo de urbanização de antigas regiões predominantemente agropecuárias, embora sem perder a essência rural. Njegac e Toskic (1999) consideram que urbanização foi o elemento-chave no desenvolvimento socioeconômico e diversificação produtiva da Croácia, pois aumentou a oferta de oportunidades empregatícias em setores não-agrícolas. É de grande importância, também, a formação de novos centros regionais como Bjelovar, Koprivnica e Ličko-senjska, que tem reduzido as taxas de migração para áreas costeiras.

Njegac e Toskic (1999) incentivam o desenvolvimento de novos centros regionais, para fortalecer os processos de transformação socioeconômica e diversificação produtiva. Afinal, consideram que os centros urbanos regionais são cruciais na regulação e estabilização de processos espaciais e, conseqüentemente, na redução dos contrastes regionais. Também foram destacados benefícios econômicos e sociais da diversificação produtiva, que influenciou também as taxas de migração interna no país. Foi verificado que muitos jovens croatas, oriundos de famílias envolvidas na agropecuária, encontraram empregos nos setores secundário e terciário, sem precisar mudar de cidade como outrora.

Malefane (2019) analisa diferentes estratégias de desenvolvimento nos municípios africanos, enfatizando a importância da diversificação produtiva da base econômica, para gerar novas oportunidades, maior renda e melhores perspectivas futuras. Nesse sentido, avalia como os municípios africanos empregam a estratégia LED (*Local Economic Development*, ou Desenvolvimento Econômico Local), verificando que sua aplicação atual é ineficiente. A estrutura administrativa dos municípios africanos obedece uma hierarquia rígida de órgãos e funções, com 57 gestores que se reportam ao Gestor Geral do município; cada gestor cuida de um determinado departamento – dentre eles, o departamento de desenvolvimento e implementação da LED –, com pouca interação uns com os outros. Essa estrutura foi herdada das autoridades locais mais tradicionais e reflete na cultura administrativa dos municípios.

Portanto, Malefane (2019) propõe uma nova abordagem organizacional para alcançar maior sucesso com essa estratégia. É necessário aplicar novos modelos organizacionais de gestão de pessoas e demandas, numa estrutura hierárquica menos linear e rígida, e mais dinâmica. Permitir a flexibilidade e troca de conhecimentos e experiências entre gestores e colaboradores, numa estratégia baseada mais em inovação do que em controle. Afinal, sabe-se atualmente que o desenvolvimento econômico municipal abrange áreas sociais, econômicas, naturais e físicas e estende-se além do domínio político da jurisdição de um único município. Malefane (2019) estimula que os municípios trabalhem juntos, compartilhando experiências e conhecimentos, e permitindo maiores intercâmbios entre administradores e funcionários.

Da mesma forma, as diferentes áreas administrativas dentro de um mesmo município devem conversar entre si, pois o fluxo de ideias produz inovação e diversidade. Essa proposta pode gerar intensos benefícios para todo o município e, especialmente, para a economia local. Malefane (2019) defende, portanto, que essa nova abordagem da LED vai estimular a diversificação e reestruturação da base econômica local dos municípios, oferecendo novas oportunidades econômicas ao romper com rígidos padrões produtivos tradicionais.

A partir destas experiências em estratégias de diversificação socioeconômica, nota-se a importância e relevância do estabelecimento de alianças estratégicas intersetoriais para se promover a diversificação, sempre na busca de impacto coletivo e na integração e complementaridade na atuação dos vários agentes econômicos. Neste sentido, a emergência de um ambiente favorável para novos negócios e de fomento ao empreendedorismo adquire papel fundamental para viabilizar processos de desenvolvimento territorial sustentável.

A análise conjunta da resenha histórica econômica dos municípios de Corumbá e Ladário, bem como do referencial teórico-conceitual voltado ao desenvolvimento e diversificação econômica de territórios, aponta para as seguintes conclusões preliminares:

a) As dinâmicas demográficas dos municípios, assim como o desenvolvimento tecnológico e a emergência da indústria 4.0, demandam esforços para a busca por outras opções de desenvolvimento e diversificação econômica destes territórios de modo a acomodar estas transformações;

b) Para além dos fatores produtivos estruturais normalmente considerados para avaliar os potenciais de desenvolvimento e diversificação econômica em uma determinada região, há a necessidade de avaliar a presença de outros fatores como nível de coesão social, potencial de empreendedorismo e presença de lideranças comunitárias (PAGE; BESHIRI, 2003);

c) Os principais encaminhamentos propostos para promover desenvolvimento e diversificação econômica em territórios envolvem o estabelecimento de parcerias entre Associações de Produtores, ONGs locais, prefeituras e Universidades. Isso pressupõe o fortalecimento de instâncias coletivas dentro dos municípios, tais como associações, Centros de Assistência Técnica e estabelecimento de vínculos com Universidades (VARGAS; CAMPOS, 2005);

d) Dentro da dinâmica existente entre o rural e o urbano, sugere-se também a formação de Centros Regionais de Desenvolvimento como estratégia para promoção do desenvolvimento (NJEGAC; TOSKIC, 1999).

4 METODOLOGIA

Para fazer o levantamento dos fatores indutores e da estrutura socioeconômica dos municípios, foram coletados, consolidados e analisados dados de fontes oficiais sobre evolução do PIB *per capita*, dos setores do PIB, demografia, educação, contas municipais, produção agrícola, uso e ocupação da terra, condições edafoclimáticas, mão de obra local, infraestruturas, políticas públicas, mercado local e principais agentes econômicos.

Para conhecer o nível de desenvolvimento econômico atual é importante caracterizar os principais fatores econômicos e sociais locais. Além disso, as análises das dinâmicas socioeconômicas permitem traçar cenários para o futuro desses municípios, em função das tendências internas e das conjunturas externas. Serão assim analisados os seguintes itens relativos aos municípios:

- Recursos Naturais, Agropecuária e Infraestruturas
- Diversificação Econômica
- Estrutura Organizacional
- Perfil social
- Estrutura da Economia Local

Dada a continuidade territorial dos dois municípios, no primeiro item sobre recursos naturais, agropecuária e infraestruturas foi realizada uma análise conjunta.

5 ANÁLISE DO TERRITÓRIO

Apresentaremos de seguida os principais recursos existentes no território e a atual conjuntura social e econômica dos dois municípios, seguindo os procedimentos referidos na Metodologia. Dadas as características territoriais, a caracterização dos recursos naturais e agrícolas, assim como as infraestruturas existentes será realizada em conjunto. A mesma estratégia foi usada para analisar o nível de diversificação econômica dos municípios.

5.1 RECURSOS NATURAIS, AGROPECUÁRIOS E INFRAESTRUTURAS ECONÔMICAS

O patrimônio territorial dos municípios pode ser um importante fator de desenvolvimento, se for utilizado de forma sustentável. Entre o patrimônio da região pantaneira, onde se inserem os municípios, se destacam os recursos naturais. Nesse âmbito, Hany (2005) identificou 144 RPPNs (Reserva Particular de Preservação Natural) em Corumbá, onde a preservação do ambiente é compatível com atividades recreativas, turísticas e de educação e pesquisa, desde que sejam autorizadas pelo órgão ambiental responsável pelo seu reconhecimento. Faz-se notar neste ponto que as recentes queimadas que afetaram profundamente esta região, uma vez que os dados disponíveis ainda não permitem uma análise quantitativa das áreas afetadas.

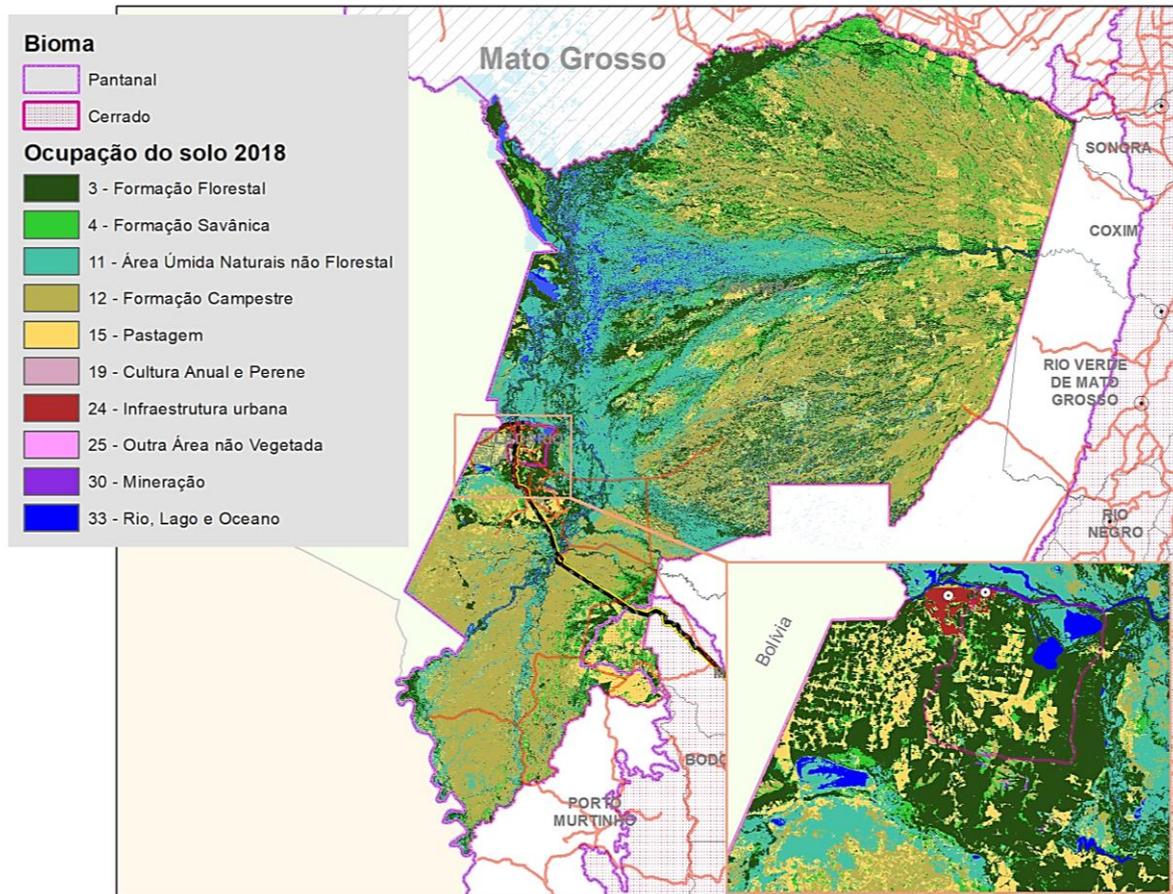
Ligadas diretamente aos recursos naturais, merecem destaque as atividades agropecuárias com forte tradição no Mato Grosso do Sul. Outro importante aspecto para o desenvolvimento do território é o patrimônio construído, com destaque para as infraestruturas logísticas e de telecomunicações. Os equipamentos ligados à Saúde e Educação serão tratados mais adiante.

5.1.1 Uso e ocupação da terra

O mapeamento de uso e ocupação do solo realizado pelo projeto Mabiomas para 2018, representado na Figura 5, considera que quase toda a área dos municípios pertence ao bioma Pantanal, tendo apenas uma pequena parcela no Cerrado. Esse estudo revela que cerca de um terço da área (34%) dos dois municípios é constituída por Formação Campestre. Aparecem depois as classes de Formação Florestal e Área Úmida Natural Não Florestal com cerca de 20%, cada. Em seguida, surgem as áreas de Formação Savânica e de Pastagem com parcelas semelhantes entre si, próximas

de 11%. Entre as restantes classes residuais se destacam os Corpos de Água, com 2%.

Figura 5 - Uso e ocupação do solo em 2018.



Fonte: Mapbiomas (2019).

O atual uso da terra sugere um alto potencial produtivo da pecuária dos municípios de Corumbá e Ladário, dadas as grandes áreas com pasto natural (Tabela 1).

Tabela 1 - Áreas de uso da terra nos municípios em 2018.

Uso da terra (hectares)	Corumbá	Ladário
Pasto Natural	2.359.794	2.063
Área de preservação permanente ou reserva legal	1.098.755	3.029
Pasto plantado em boa condição	748.669	7.352
ILPF - Interação Lavoura - pecuária – floresta	206.666	1.486
Pasto plantado degradado	91.273	337
Floresta primária	26.801	15
Lavoura temporária	4.151	72
Lavoura permanente	626	72
Cultivo de flores	19	0
Florestas plantadas	18	0

Fonte: MapBiomass (2019).

5.1.2 Solos de ocorrência

Um importante recurso natural, base da agropecuária, são os solos. A área mapeada restringiu-se ao território dos municípios de Corumbá e Ladário com a finalidade de fornecer informações gerais sobre a distribuição geográfica e a natureza dos solos.

Para a elaboração do mapa esquemático de solo, compilaram-se os dados de pedologia disponibilizados no site do IBGE (2019), com escala de 1:250000, caracterizando levantamento de reconhecimento de média intensidade, utilizado para fins de avaliação qualitativa e semiquantitativa do recurso solo, para elaboração de projetos de uso e planejamento, incluindo recomendação de áreas para colonização, zoneamentos agroecológicos e seleção de áreas para levantamento mais detalhado (IBGE, 2015).

A quantificação das classes de solos dominantes mapeou 64.792,62 Km², o que corresponde a 33,70 % da área total do Mato Grosso do Sul. As classes dos solos descritas para esta região foram em ordem decrescente: Neossolo quartizarênico – 31,89% > Planossolo háplico - 26,10% > Planossolo nátrico – 20,48% > Gleissolo háplico – 10,21 % > Plintossolo argilúvico – 4,59 % > Vertissolo hidromorfo – 4,35 % > Cambissolo háplico – 1,16 % > Chernossolo rëndizico – 0,69% > Latossolo vermelho – 0,41% > Nitossolo vermelho – 0,37% > Argissolo vermelho – amarelo – 0,34% > Chernossolo argilúvico – 0,15% > Neossolo litólico - 0,04% > Latossolo amarelo – 0,02% (Tabela 2).

Tabela 2 - Ocorrência de tipos de solo no território.

ordem	Subordem	km²	%
NEOSSOLO	QUARTIZARÊNICO	20.661,11	31,89
PLANOSSOLO	HÁPLICO	15.318,10	23,64
PLANOSSOLO	NÁTRICO	13.268,00	20,48
GLEISSOLO	HÁPLICO	6.615,31	10,21
PLINTOSSOLO	ARGILÚVICO	2.971,33	4,59
VERTISSOLO	HIDROMORFICO	2.816,68	4,35
CAMBISSOLO	HÁPLICO	752,28	1,16
CHERNOSSOLO	RÊNDIZICO	447,07	0,69
VERTISSOLO	HÁPLICO	273,38	0,42
LATOSSOLO	VERMELHO	265,34	0,41
NITOSSOLO	VERMELHO	237,44	0,37
ARGISSOLO	VERMELHO-AMARELO	219,90	0,34
CHERNOSSOLO	ARGILUVICO	96,15	0,15
NEOSSOLO	LITÓLICO	26,36	0,04
LATOSSOLO	AMARELO	14,04	0,02
Área Urbana		33,04	0,05
Corpo d'água		777,09	1,20
Total		64.792,62	100,00

Fonte: IBGE (2018).

NEOSSOLOS QUARTIZARÊNICOS (Ou areias quartzosas) são outros solos sem contato lítico dentro de 50 cm de profundidade, com sequência de horizonte A – C, porém representando textura areia ou areia franca em todos os horizontes até, no mínimo, a profundidade de 150 cm a partir da superfície do solo ou até um contato lítico. São essencialmente quartzosos, tendo, nas frações areia grossa e areia fina, 95% ou mais de quartzo, calcedônia e opala e praticamente ausência de minerais primários (menos resistentes ao intemperismo).

PLANOSSOLOS HÁPLICOS: Outros solos que não se enquadram nas classes anteriores do 2º nível categórico

PLANOSSOLOS NÁTRICOS: Solos apresentando horizonte plânico com caráter sódico imediatamente abaixo de um horizonte A ou E ou caráter sódico dentro de 120 cm a partir da superfície do solo, desde que a parte superior do horizonte B tenha a soma de $Mg^{+} + Na^{+}$ trocáveis $> Ca^{+} + H^{+}$ (REUNIÃO DE CLASSIFICAÇÃO, 1979, perfil PRJ 17; ROMERO et al., 2009, perfil 4). Quando o horizonte B plânico

ocorrer abaixo de 120 cm de profundidade, deve ser considerado a maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B.

GLEISSOLOS HÁPLICOS: Outros solos que não se enquadram nas classes anteriores do 2º nível categórico

PLINTOSSOLO ARGILÚVICO: Solos com horizonte plíntico e horizonte B textural ou caráter argilúvico

VERTISSOLOS HIDROMÓRFICOS: Solos com horizonte glei dentro dos primeiros 50 cm ou entre 50 cm e 100 cm desde que precedido por horizonte de cores acinzentados.

CAMBISSOLOS HÁPLICOS: Outros solos que não se enquadram nas classes anteriores do 2º nível categórico

CHERNOSSOLO RÊNDIZICO: Solos com horizonte A chernozêmico e: a) Horizonte cálcico, petrocálcico ou caráter carbonático coincidindo com horizonte A chernozêmico e/ou com horizonte C, admitindo-se, entre os dois, horizonte Bi com espessura <10 cm; ou b) Contato lítico desde que o horizonte A chernozêmico contenha 150 g kg⁻¹ de solo ou mais de carbonato de cálcio equivalente.

VERTISSOLOS HÁPLICOS: Outros solos que não se enquadram nas classes anteriores do 2º nível categórico

LATOSSOLOS VERMELHOS: Solos com matiz 2,5YR ou mais vermelho na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B(inclusive BA)

NITOSSOLOS VERMELHOS: Solos com matiz 2,5YR ou mais vermelho na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA)

ARGISSOLOS VERMELHO-AMARELOS: Outros solos de cores vermelho – amareladas que não se enquadram nas classes anteriores.

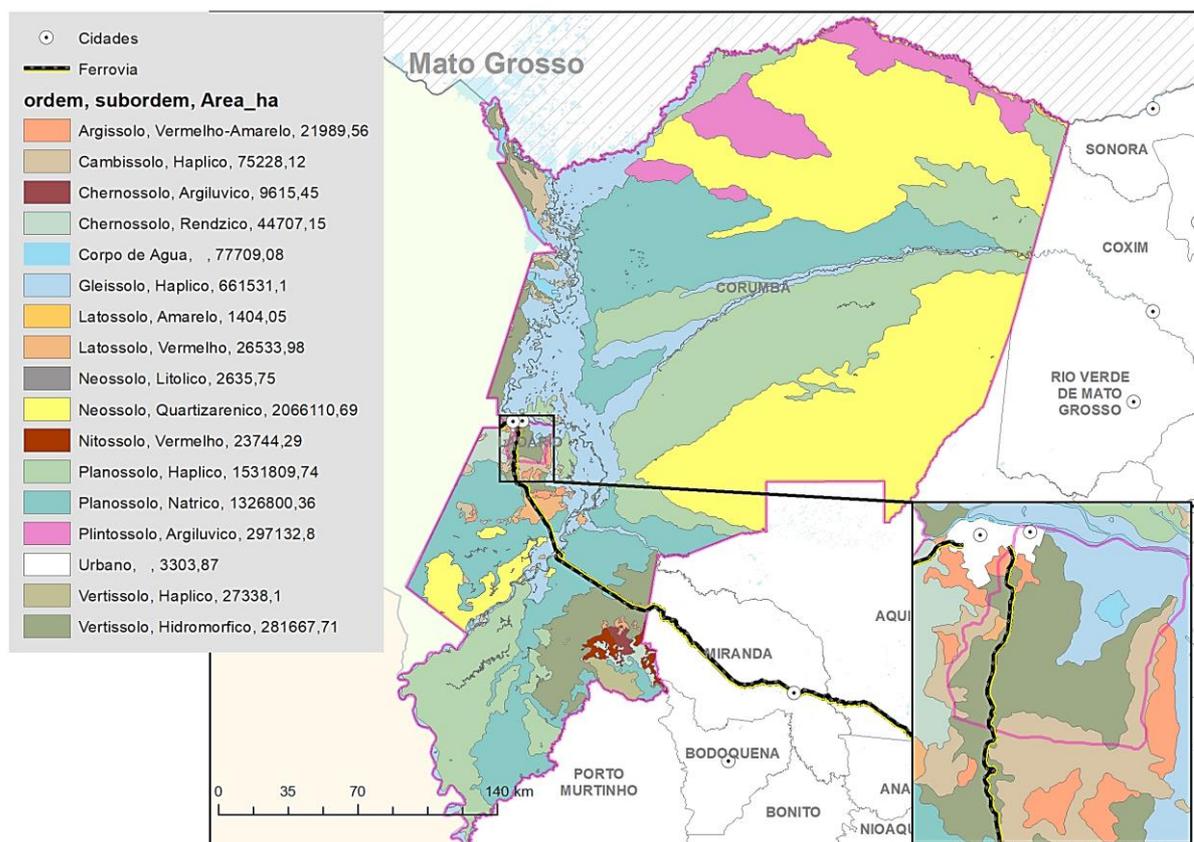
CHERNOSSOLOS ARGILUVICOS: Solos com B textural ou B incipiente com caráter argilúvico abaixo do horizonte A chernozêmico

NEOSSOLOS LITÓLICOS: Solos com horizonte A ou hístico assente diretamente sobre a rocha ou sobre um horizonte C ou Cr ou sobre material com 90% (por volume) ou mais de sua massa constituída por fragmentos de rocha com diâmetro maior que 2 mm (cascalho, calhaus e matacões), que apresentam um contato lítico típico ou fragmentário dentro de 50 cm da superfície do solo. Admitem um horizonte B em início de formação, cuja a espessura não satisfaz a qualquer tipo de horizonte B diagnóstico.

LATOSSOLOS AMARELOS: Solos com matiz 7,5YR ou mais vermelho na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA)

A representação cartográfica considerou os limites municipais conforme Figura 6.

Figura 6 - Solos de ocorrência dos municípios.



Fonte: IBGE (2019).

5.1.3 Clima e temperatura

Outro importante recurso natural, com forte influência nas atividades econômicas ligadas ao setor primário e na mineração e turismo, é o clima. Segundo a classificação climática de Köppen, no MS predomina o clima tropical com chuvas de verão (Aw), sendo a temperatura média do mês mais frio do ano $> 18^{\circ}\text{C}$, com inverno seco e chuvas de verão, caracterizando forte precipitação anual (superior à evapotranspiração potencial anual). O comportamento das temperaturas no Mato Grosso do Sul está sujeito a fatores geográficos (latitude, continentalidade e relevo) e dinâmicos (circulação atmosférica). Ao longo do ano a ocorrência de altas temperaturas e fortes amplitudes térmicas deriva da distância em que o Estado se encontra da costa do Brasil, o que impede a influência amenizadora que exerce o

oceano. Esse efeito é conhecido como continentalidade. A região caracteriza-se por um índice de umidade que varia de 40% no período seco (quatro meses) a 60% no período chuvoso. A temperatura média do mês mais frio está entre 18° C e 20° C. A temperatura média anual nesta região foi de 25,1°C, oscilando entre 21,4°C a 27,7°C (INMET, 2000). A temperatura máxima média foi 30,6°C, com máxima absoluta em 40°C, durante os meses de outubro a janeiro. Já a temperatura mínima média na região esteve em 21°C, com mínima absoluta próxima a 0°C

Dentro de um tipo climático, as variações regionais são dadas, entre outros fatores, às denominadas variações mesoclimáticas, influenciadas pela pluviosidade. A pluviosidade média anual acumulada esteve em 1.070mm, chovendo cerca de 100 dias por ano, com as maiores concentrações de chuvas durante os meses de novembro a março, onde se concentraram cerca de 70% das precipitações. A evapotranspiração de referência na região esteve em torno de 1.400mm, gerando um déficit hídrico de cerca de 318mm (Embrapa, 2002).

5.1.4 Infraestruturas logísticas e tecnológicas

Os municípios de Corumbá e Ladário fazem parte de uma das maiores regiões (em termos territoriais) de planejamento do Mato Grosso do Sul, o que implica em dificuldades de integração regional entre seus municípios e até mesmo entre as áreas urbanas e rurais dos mesmos. A rede rodoviária de Corumbá e Ladário os integra aos demais municípios do estado e Brasil, principalmente, através da BR-262, que corta o Estado de leste a oeste, desde a divisa São Paulo/Mato Grosso do Sul até a fronteira Brasil/Bolívia, passando por importantes cidades como Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana, além de Corumbá. A localização geográfica de Corumbá e Ladário configura-se de maneira interessante em função do posicionamento fronteiriço, tornando-se estratégica na integração Brasil/Bolívia, pelo Ministério da Integração Nacional como cidades-gêmeas (Brasil, 2005, p. 152). Esse ponto estratégico é significativo para o escoamento da produção de *commodities* do agronegócio e da mineração e favorece tanto o Brasil quanto a Bolívia. Segundo Fernandes e Souza (2016), essa estratégia se dá, sobretudo, em razão da logística para movimentação de cargas, centros de armazenagem, pontos de transferência de mercadorias, bem como do fato de ser porta de entrada do gás boliviano por meio do gasoduto Brasil/Bolívia (Figura 9).

Corumbá possui posição de destaque, ainda, no Projeto de Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA)¹ que visa, dentre outros, uma maior integração e circulação de mercadorias, através da Rota Bioceânica (Figura 7), um corredor rodoviário com 2.396 quilômetros de extensão, que pretende conectar o Oceano Atlântico aos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, passando por Paraguai e Argentina. Trata-se de um projeto em andamento, e, atualmente, segundo informações da Secretária de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul (SEMAGRO), obras de pavimentação asfáltica da Rota Bioceânica na parte Paraguaia, bem como a conclusão do processo de licitação para a pavimentação do acesso ao Estacionamento de Triagem (ETM Murtinho), em Porto Murtinho, estão sendo realizadas e marcam mais uma etapa nas ações de infraestrutura para a consolidação da Rota (MATO GROSSO DO SUL, 2020a).

Figura 7 - Traçado da Rota Rodoviária Bioceânica.



Fonte: Silva (2010) *apud* Fernandes e Souza (2016).

¹ Trata-se de uma Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) formada por doze países da América do Sul. A proposta criada pelo governo brasileiro, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como objetivo central desenvolver metodologia e uma carteira de obras de infraestrutura que interligue fisicamente as principais regiões econômicas do subcontinente com o intuito de diminuir custos de transporte e circulação de mercadorias visando o aumento dos níveis de exportação intra e extrarregional (HONÓRIO, 2013).

O território de Corumbá e Ladário conta, ainda, com infraestruturas ferroviárias (Figura 9). A malha oeste da RFFSA, constituída pela antiga SR-10, cuja linha principal, se inicia em Jupiá (divisa São Paulo/Mato Grosso do Sul) e termina em Corumbá (fronteira Brasil/Bolívia), possuindo 894 km de extensão. Com a desestatização da RFFSA, em 1992, a ferrovia foi concedida como Malha Oeste à Ferrovia Novoeste S.A. Em 2006 passou pelo processo de fusão, junto com a Brasil Ferrovias, à América Latina Logística, que, em 2015, foram integradas na Rumo Logística, pertencente à Cosan, passando a ser Rumo-ALL. Esta última mantém a concessão da malha oeste mesmo depois de tantas transições entre as concessionárias (IBGE, 2020). Recentemente, o governo do estado manifestou apoio ao pedido feito pela companhia Rumo SA para que a ANTT (Agência Nacional de Transporte e Trânsito) abra processo para relicitação da concessão da ferrovia Malha Oeste, que inclui os trechos de Três Lagoas a Corumbá e o ramal até Ponta Porã (MATO GROSSO DO SUL, 2020b).

Em termos energéticos, de acordo com mapa termoenergético² do Mato Grosso do Sul, a região de Corumbá e Ladário possui linhas de distribuição/transmissão (LT 230 Kv e 138 Kv), e uma usina térmica a carvão vegetal (gás de alto forno). Segundo Rovere et. al. (2010), o parque gerador de energia elétrica em Mato Grosso do Sul tem 3.974 MW de potência, e a maioria das usinas hidrelétricas está localizada na porção leste do estado, na região da bacia do Rio Paraná (ROVERE, E. L. et.al., 2010). Há também a oferta de gás natural importado por meio de gasodutos da empresa GASBOL (Gasoduto Bolívia-Brasil)³, que ingressa no País pelo município de Corumbá/MS. Segundo BRASIL (2020), “As importações totais de gás natural em 2019 corresponderam a aproximadamente 32% da oferta total de gás natural ao mercado nacional”.

O sistema portuário se configura nas margens do rio Paraguai. Este rio, nessa região de Corumbá e Ladário, é utilizado para o transporte de minérios de ferro e manganês, extraídos do Maciço de Urucum e que são exportados para Argentina e Paraguai. Os dois municípios fazem parte da rota da Hidrovia Paraguai que corta

² O mapa encontra-se disponível no link http://www.servicos.ms.gov.br/extranet-seinfra/docs/GDE-MS/04-MAPA_Termoenergetico_MS_BE_2015.pdf.

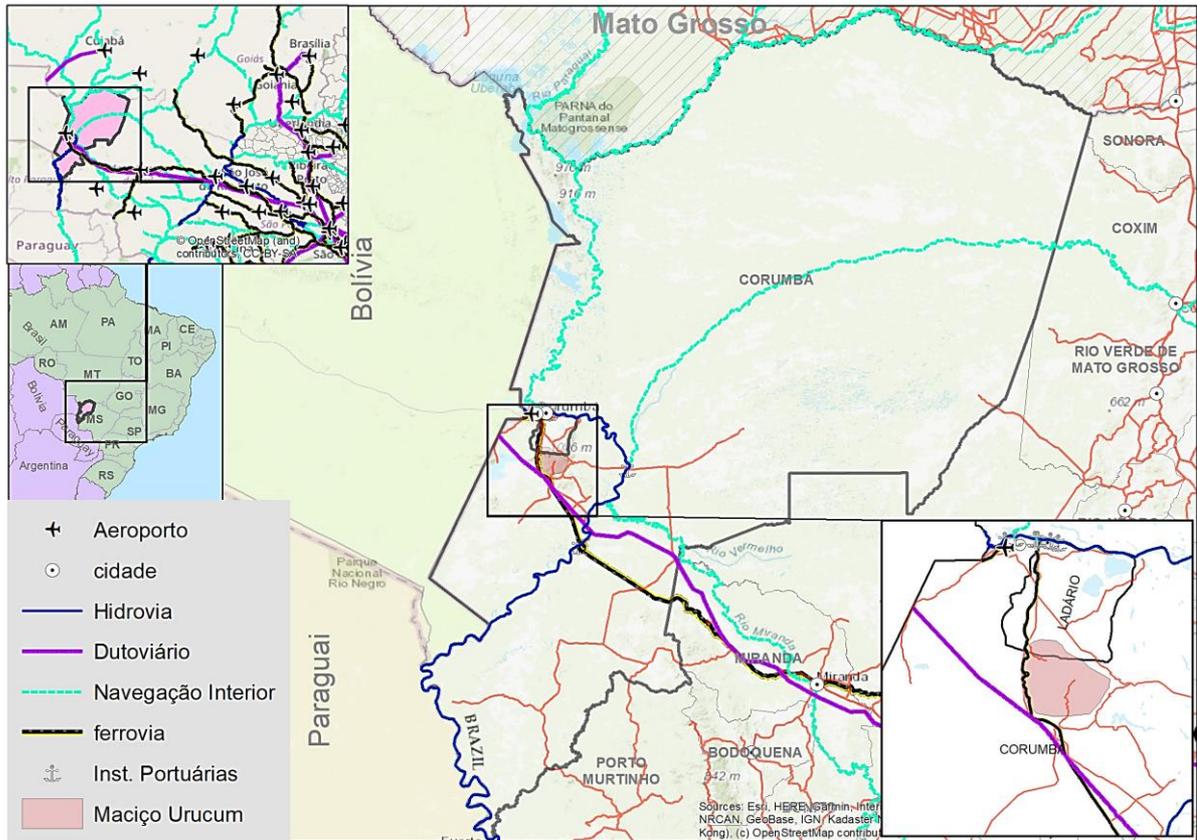
³ “O Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) é o gasoduto de transporte que traz o gás natural importado da Bolívia para o Brasil, entrando no país por Corumbá-MT, garantindo o abastecimento de distribuidoras de gás, termoelétricas e refinarias” (CBIE, 2020).

metade da América do Sul, desde Cáceres, em Mato Grosso, até Nova Palmira, no Uruguai. O trecho brasileiro, cuja extensão é de 1.272 km, vai até a confluência com o rio Apa e delimita a fronteira com o Paraguai por cerca de 330 km e com a Bolívia por cerca de 48km (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, 2018). Ainda figuram nesse contexto os portos de Corumbá e Ladário, que estão localizados à margem direita do rio Paraguai. Os portos estão distantes entre si por apenas seis quilômetros, sendo o porto de Corumbá mais antigo (1956) que o de Ladário (1980). Corumbá possui um cais de 200 metros, enquanto Ladário conta com dois berços distintos, um para sacaria e outro para granéis sólidos (ROVERE et al., 2010).

No que diz respeito ao aeroporto, Corumbá possui um dos primeiros aeroportos de aviação comercial do interior do país e está localizado estrategicamente na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia. O Aeroporto Internacional de Corumbá foi, portanto, pioneiro na Região Centro-Oeste do país e acompanhou o crescimento da cidade. O aeroporto movimentava, diariamente, a média de 180 usuários. Atualmente conta com uma área bruta locável de 429,28 m² em 16 pontos, sendo: 305,65 m² destinados a varejo/serviços (15 pontos) e 123,63 m² para alimentação (1 ponto). Em 2019 registrou uma movimentação de 32.405 passageiros (Embarque e Desembarque) e Pouso e Decolagem de 2.172 aeronaves (INFRAERO, 2020).

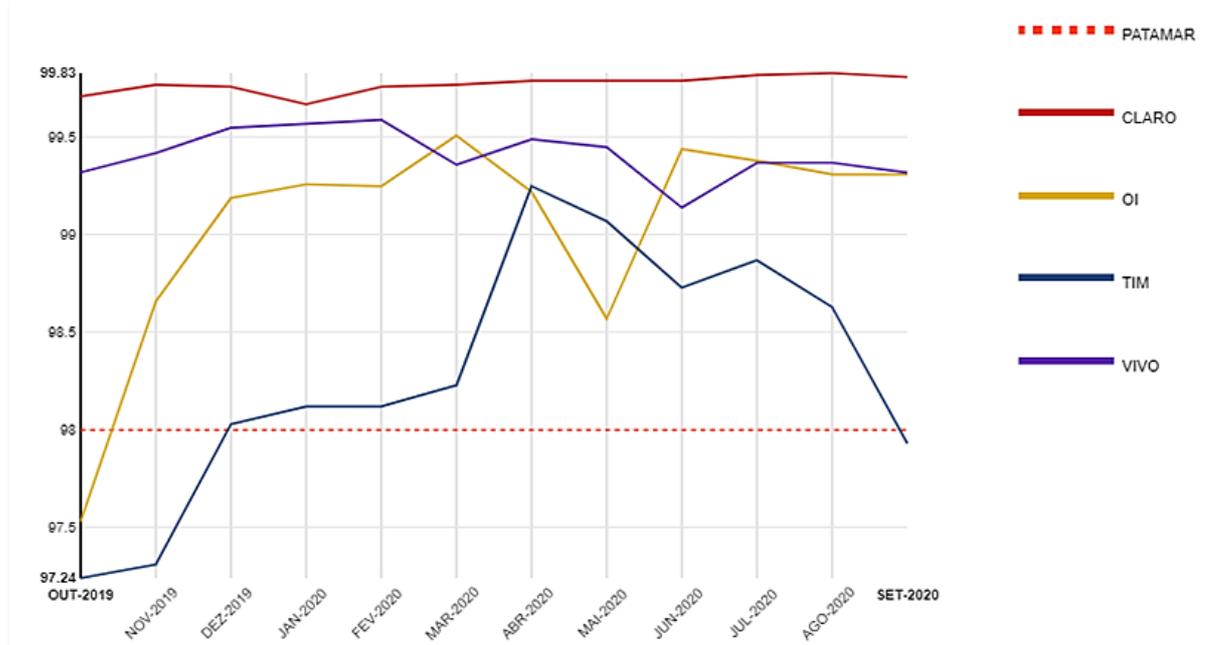
A infraestrutura de telefonia e comunicação em Corumbá caracteriza-se pela presença das principais operadoras do ramo no Brasil, onde quatro estão operando em 2020 (Figura 10). Todas possuem tecnologia 4G, sendo que a maior porcentagem de taxa de conexão de dados é de 99,94% e a menor é de 99,61%, sendo que os valores de referência, que indicam a qualidade, são de $\geq 98\%$. Em Ladário o contexto é similar em termos de operadoras atuantes e tecnologias (Figura 11); todavia, a maior taxa de conexão é de 99,95% e a menor de 99,78%, com os mesmos os valores de referência (ANATEL, 2020).

Figura 8 - Principais infraestruturas logísticas na região de Corumbá e Ladário.



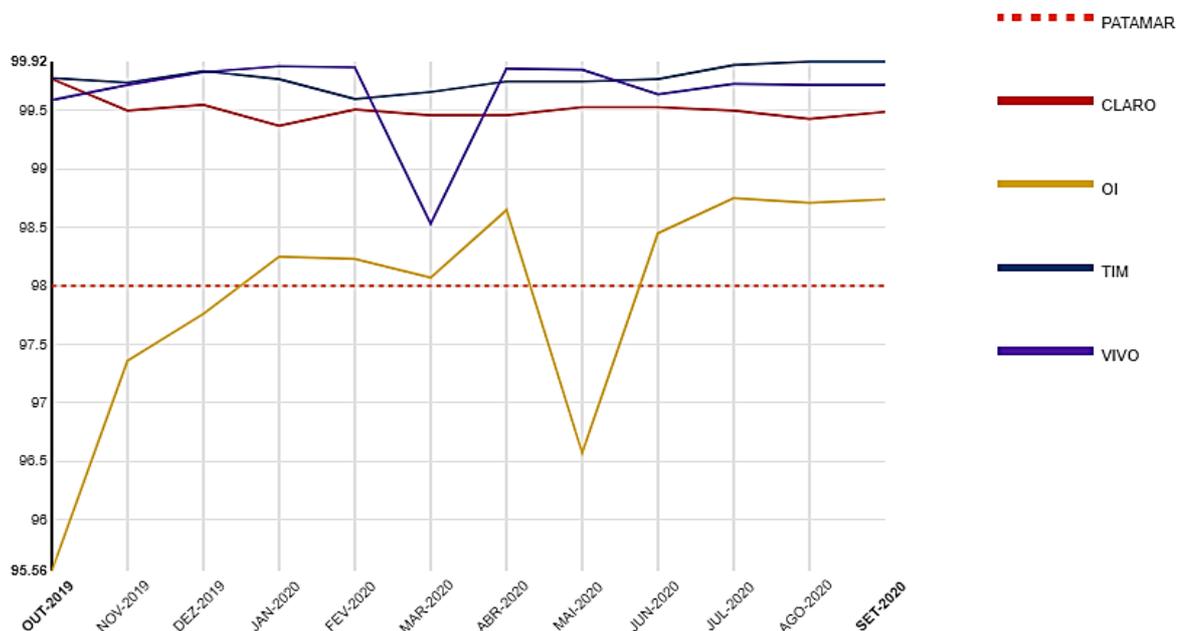
Fonte: IBGE (2020).

Figura 9 - Acesso à rede das empresas de telefonia presentes em Corumbá, em 2020.



Fonte: ANATEL (2020).

Figura 10 - Acesso à rede das empresas de telefonia presentes em Ladário, em 2020.



Fonte: ANATEL (2020).

5.1.5 Ordenamento urbano dos espaços produtivos

As estratégias locais voltadas aos espaços de produtivos, em termos gerais, no município de Corumbá possuem respaldo do Plano Diretor Municipal (PDM). O PDM de Corumbá é de 2009 e consta, dentre outros, na identificação das diretrizes gerais de organização de desenvolvimento do município com legislação específica sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo (IBGE, 2018). A Lei Complementar nº 167/2013 de 19 de dezembro de 2013 apresenta quatro áreas que corroboram para tal:

- I - um Setor Comercial tipo 1 (SCI);
- II - dois Setores Comerciais tipo 2 (1º SC2 e 2º SC2);
- III - um Setor Comercial tipo 3;
- IV - um Setor Industrial Leve (1º SIL)

O município possui, ainda, um Plano de Desenvolvimento Sustentável, formulado em parceria entre a Cia Urucum Mineração, de propriedade da Vale, e a Prefeitura Municipal. Trata-se de um plano que apresenta um diagnóstico do município envolvendo temas como: desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental. Este diagnóstico direciona planos de ação com objetivos e metas, a partir de uma perspectiva de cidade sustentável (ROVERE, 2010). Segundo Rovere (2010) houve

um envolvimento da sociedade na elaboração do plano que pode priorizar ações de seus interesses. Na dimensão econômica, a propositiva adotada, é transformar Corumbá numa “cidade da indústria sustentável e da logística bioceânica” (Ibdem). O referido autor aponta que o referido plano destaca a importância do extrativismo mineral (calcário, minério de ferro e manganês); a presença de grandes empresas (Urucum Mineração, Cimento Itaú, MCR, entre outras); e os modais de transporte: estrada de ferro (precária), hidrovía (operacional), rodovia (estado ruim), aerovia (precário) e a presença do gasoduto haja vista conferirem dinamismo ao município. De outro lado, pontua a presença da mão-de-obra desqualificada; o déficit energético; a presença de uma legislação burocrática e ausência de legislação municipal atrativa para investimentos; bem como a deficiências dos modais de transporte; a desorganização da atividade portuária e um elevado impacto ambiental das atividades como pontos fracos que merecem atenção (ROVERE, 2010).

O contexto estratégias locais voltadas ao desenvolvimento de Corumbá, possui ainda, segundo estudo do SEBRAE (s/d), Arranjos Produtivos Locais (APL) em que o município de Corumbá participa, tais como a APL do Turismo Rota Pantanal Bonito, junto com outros 12 municípios, do APL Apicultura região do Pantanal, junto com outros 9 municípios e do APL do Leite Fronteira Oeste, junto com outros 11 municípios.

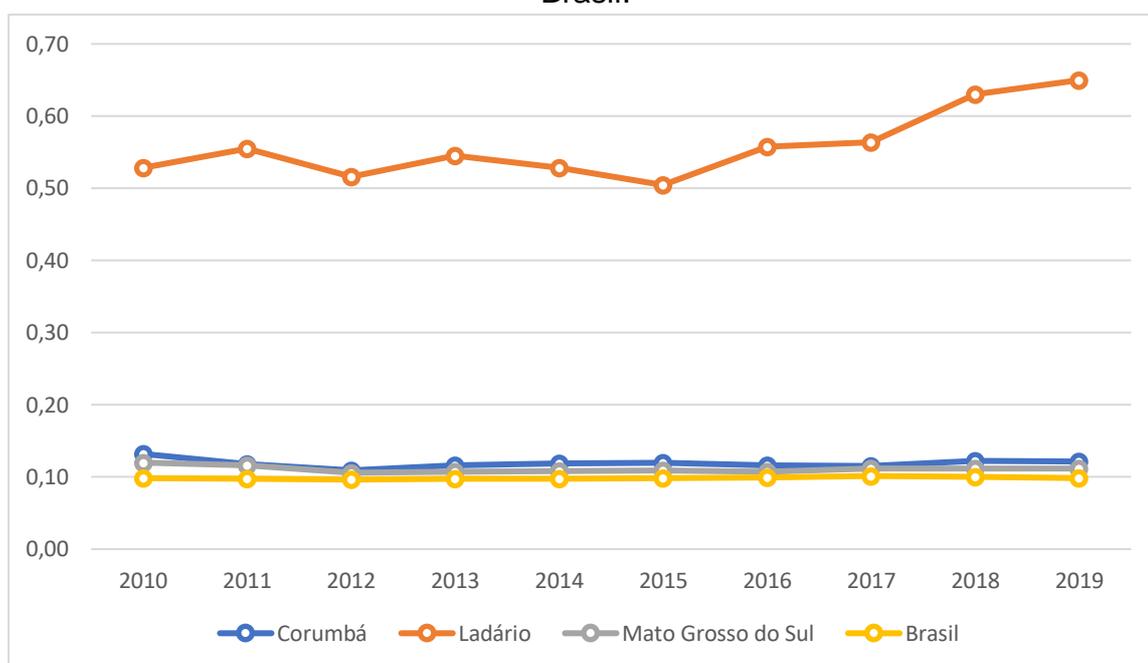
Em Ladário, cujo Plano Diretor é de 2011, também consta, dentre outros, na identificação das diretrizes gerais de organização de desenvolvimento do município com legislação específica sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo (IBGE, 2018). De acordo com estudos do SEBRAE/MS (s/d) o município participa da APL do Turismo Rota Pantanal Bonito, junto com outros 12 municípios.

5.2 DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Visando determinar o grau de diversificação econômica dos municípios, foram calculados o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) e o Índice de Diversidade Relativa (IDR) nos municípios estudados e nas regiões de referência. Como referido na seção do referencial teórico-conceitual, estes dois indicadores são importantes para a compreensão da diversificação econômica regional. Para o primeiro e o segundo indicador, foi computado o denominador da equação (3) e da equação (4) da seção mencionada, respectivamente. Foram utilizados dados setoriais sobre o emprego formal da RAIS/CAGED do Ministério da Economia para o período de 2010 a 2019.

O Índice Herfindahl-Hirschman varia de 0 a 1, indicando maior a diversidade setorial quanto mais próximo de zero estiver. Verifica-se que o município de Ladário foi o menos diversificado ao longo da série, com o IHH saindo de 0,53 em 2010 para 0,65 em 2019; o setor da Administração Pública concentrou pelo menos cerca de 70% ao longo da série, atingindo 80% dos empregos em 2019. De outro lado, Corumbá e o estado de Mato Grosso do Sul apresentaram níveis idênticos e praticamente constantes de diversificação (com o HHI em torno de 0,12) e além daqueles verificados no Brasil como um todo, que se mantiveram constantes em 0,10 (Figura 12).

Figura 11 - Índice de concentração econômica de Herfindahl-Hirschman, com base no emprego setorial, nos 2 municípios pesquisados, no Mato Grosso do Sul e no Brasil.

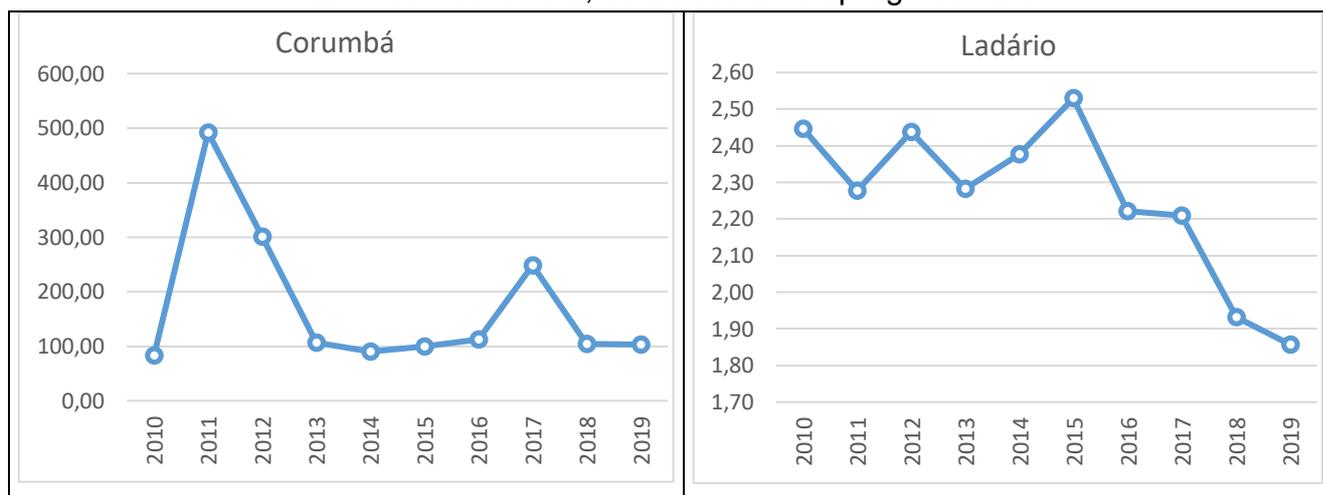


Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

O Índice de Diversidade Relativa é maior quando a distribuição de atividades produtivas no município assemelha-se ao padrão de diversidade econômica da região de referência, não tendo intervalo definido ou limite superior. Neste caso, será maior se a estrutura setorial for similar. Este índice foi computado nos municípios em relação ao estado do Mato Grosso do Sul (Figura 13) e ao Brasil, e no referido estado em relação ao Brasil (Figura 14). Com o IDR muito baixo, que não chegou a alcançar 3 pontos, verificou-se que a estrutura econômica de Ladário foi a menos similar em relação à do Mato Grosso do Sul, com aumento da dissimilaridade após 2015.

Ignorando-se o ano 2011, com o IDR atípico, Corumbá apresentou, embora com o IDR oscilante, uma estrutura relativamente mais similar à do Mato Grosso do Sul no período analisado, com pelo menos aproximadamente 91 pontos no índice, verificados em 2014 (Figura 13).

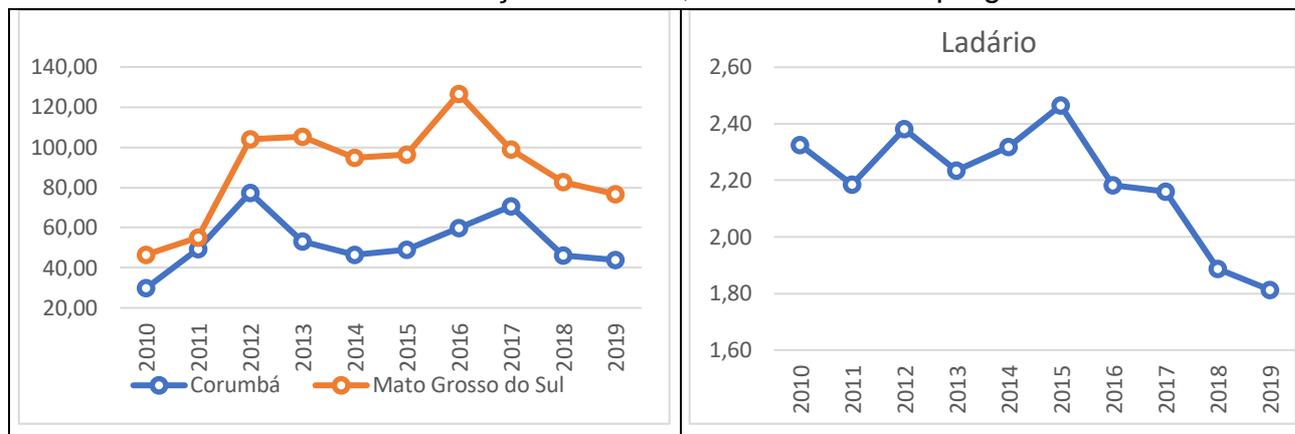
Figura 12 - Índice de diversidade econômica relativa dos municípios em relação ao Mato Grosso do Sul, com base no emprego setorial.



Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

Verifica-se que, embora com oscilações, a estrutura de emprego no município de Corumbá e no estado do Mato Grosso do Sul foi a que apresentou maior similaridade em relação à do Brasil, com pelo menos aproximadamente 30 e cerca de 47 pontos em 2010, respectivamente. Ladário, destoando bastante das demais regiões, teve sua curva do IDR oscilante até 2015, passando a decrescer após essa data; entretanto, ao longo da série esteve aquém de 3 pontos (Figura 14), reflexo da sua estrutura setorial concentradora de emprego na administração pública, seguida do setor de serviços (e com participação declinante, de 24% do emprego total em 2010 para 18% em 2019 (Figura 73)).

Figura 13 - Índice de diversidade econômica relativa dos municípios e do Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil, com base no emprego setorial.



Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

5.3 CORUMBÁ

A sede do município de Corumbá dista a 420 km da cidade de Campo Grande, capital do estado, e se localiza no noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul (coordenadas 19°0'32"S; 57°39'10"O), fazendo fronteira com os municípios de Porto Murtinho e Bahia Negra (Paraguai), Aquidauana, Miranda, Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e com o enclave Ladário (IBGE), como mostra a Figura 1. Corumbá possui uma inserção territorial interessante, haja vista que está inserido morfologicamente na malha de Corumbá e localiza-se a 420 km de Campo Grande. Corumbá localiza-se na região do Pantanal sul-mato-grossense e próxima da fronteira com a Bolívia, à beira do Rio Paraguai. O município é ponto de parada na ligação ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, sendo a última cidade brasileira antes do território boliviano (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2020).

Corumbá pertence à Região de Integração do Pantanal, juntamente com mais 4 municípios, sendo o menor em termos territoriais e demográficos (Tabela 3). O município possui 60% do território do Pantanal (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Tabela 3 - Dados gerais dos municípios da Região do Pantanal.

Município	Município de origem	População (2013)	Extensão territorial (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)
Anastácio	Aquidauana	24.534	2.949,13	8,32
Aquidauana	Miranda	46.830	16.957,75	2,76
Corumbá	Cuiabá	107.347	64.962,72	1,65
Ladário	Corumbá	21.106	340,77	61,94
Miranda	Corumbá	26.670	5.478,83	4,87

Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2015).

5.3.1 Estrutura organizacional

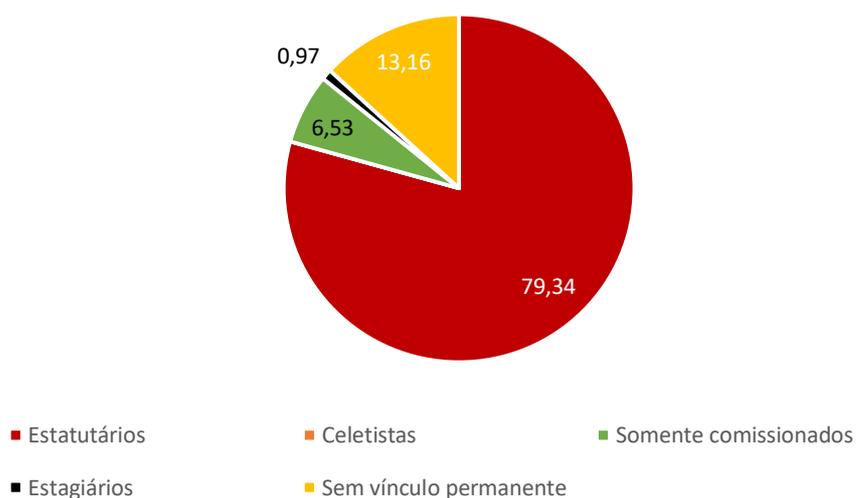
No contexto do Brasil, Corumbá é considerado um município de pequeno porte que, de acordo com o Regiões de Influência do IBGE (REGIC, 2018), desempenha papel na hierarquia urbana⁴ como um Centro Subregional B (3B) – cidades que apresentam média nacional de 70 mil habitantes (maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil)). É a cidade pólo do Arranjo Populacional Internacional de Corumbá/Brasil. Isso denota uma dinâmica de centralização que indica a oferta de serviços e outras infraestruturas. Para melhor compreendermos esse papel urbano podemos observar alguns pontos a seguir.

A gestão e a governança municipais são temas chave na execução e formulação das políticas públicas e tem se tornado estratégicas, sobretudo, pelo papel que os municípios têm na autonomia para o provimento de serviços e bens públicos. A gestão encontra dificuldade, principalmente, em institucionalizar os projetos políticos, abrindo espaço para a descontinuidade de políticas (VELOSO et. al., 2011). Isso se dá em função da falta de capacitação e qualificação da gestão pública que configura um quadro administrativo que tende a ser formado por vínculos administrativos temporários e baixa formação escolar. Em Corumbá, onde o prefeito possuía Pós-graduação e cuja gestão finda em 2020, tinha um quadro da

⁴ A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem (IBGE, 2020).

administração pública formada por uma maioria de funcionários estatutários (Figura 15), o que corrobora para bons níveis de continuidade de projetos políticos.

Figura 14 - Porcentagens dos tipos de Vínculo da Administração Direta em Corumbá.



Fonte: IBGE MUNIC (2018).

Uma forma relevante de observar a qualidade da gestão municipal é monitorar o Índice de Gestão Municipal (IGM-CFA) desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração. O IGM-CFA consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Foi elaborado a partir de dados secundários, e considera áreas como saúde, educação, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, transparência, violência dentre outras. Corumbá possui um IGM de 5,84 e pertence ao Grupo 3 de municípios acima de 100.000 habitantes e o PIB *per capita* de até R\$ 28.636,00. O melhor desempenho neste grupo de municípios possui uma nota de 8,03. O índice baixo de Corumbá se dá, sobretudo, pelo desempenho em Gestão, cujo índice alcança apenas 5,3, de acordo com a pesquisa (CFA, 2018).

Além da administração local, o desenvolvimento depende em grande parte da rede de serviços que agrega infraestruturas lançadas no território que servem, tanto à circulação do capital, como de apoio à gestão pública, auxiliando na governança territorial. Encontram-se de maneira multilocalizada e com estrutura de organização hierárquica, refletindo a maneira como o território é gerido. Conformam uma rede que serve para disseminar decisões e realizar serviços, além de promoverem a justiça,

recolhimento de demandas, tributos e levantamento de dados sobre a realidade do País. São fundamentais para a manutenção do equilíbrio federativo. Fazem parte dessa rede de infraestrutura de apoio à gestão pública: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, a Secretaria da Receita Federal, a Justiça Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho, e, inclusive, o IBGE (2014). O município concentra os principais serviços e instituições, tendo 2 agências de correios, 10 agências bancárias, 7 lotéricas, 1 agência do INSS, 1 Defensoria Pública, 7 Promotorias de Justiça (4 cível e 3 criminais) e 1 Tribunal de Justiça com vara de Fazenda Pública e Registros Públicos.

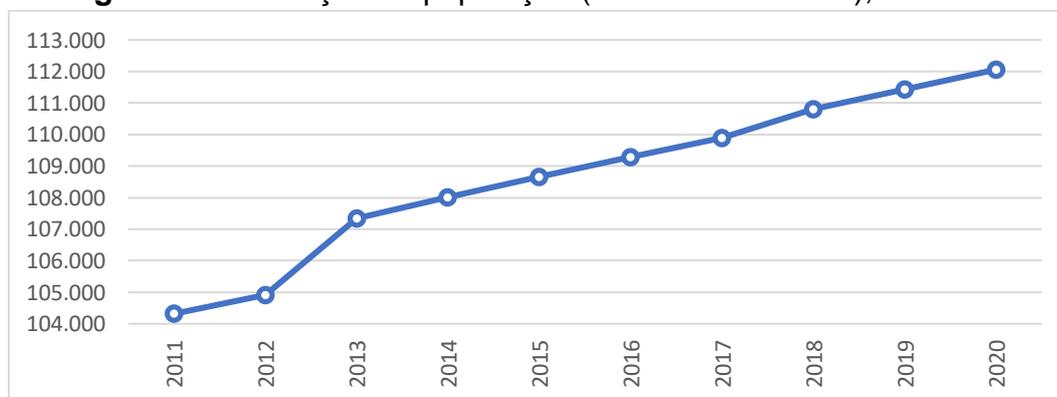
Segundo o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC) do IPEA⁵, Corumbá conta ainda com 368 dessas instituições, sendo 297 associações privadas, 67 religiosas e 4 fundações privadas.

5.3.2 Perfil social

5.3.2.1 Demografia

Segundo o IBGE (2019), o município possui uma área de 64.438 km². A população estimada aumentou de aproximadamente 105 mil habitantes para 112 mil de 2011 a 2020, uma taxa de crescimento geométrico de 1% no período (Figura 16), a qual foi também verificada nas regiões de referência de Mato Grosso do Sul e Brasil. A densidade demográfica foi constante, com 2 habitantes por km² no referido período (IBGE, 2019).

Figura 15 - Evolução da população (total de habitantes), Corumbá

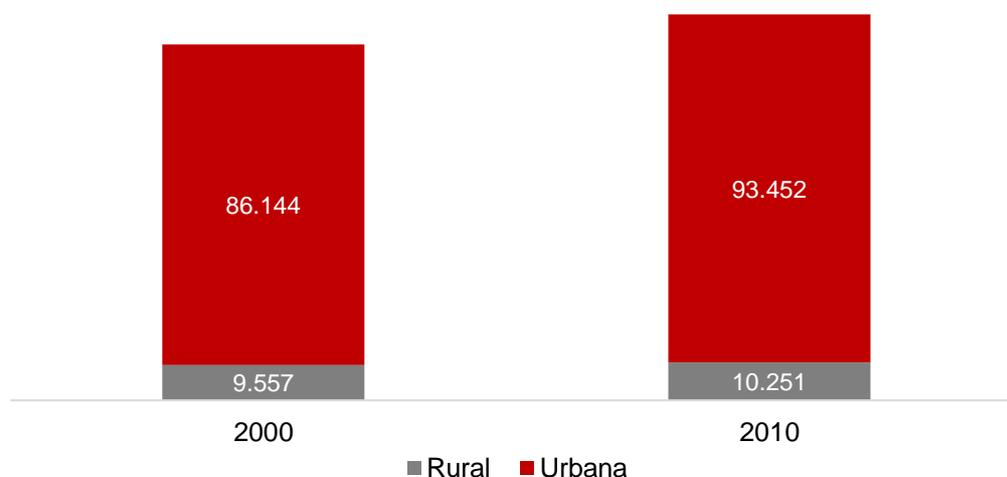


Fonte: adaptado do IBGE (2020).

⁵ Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/>.

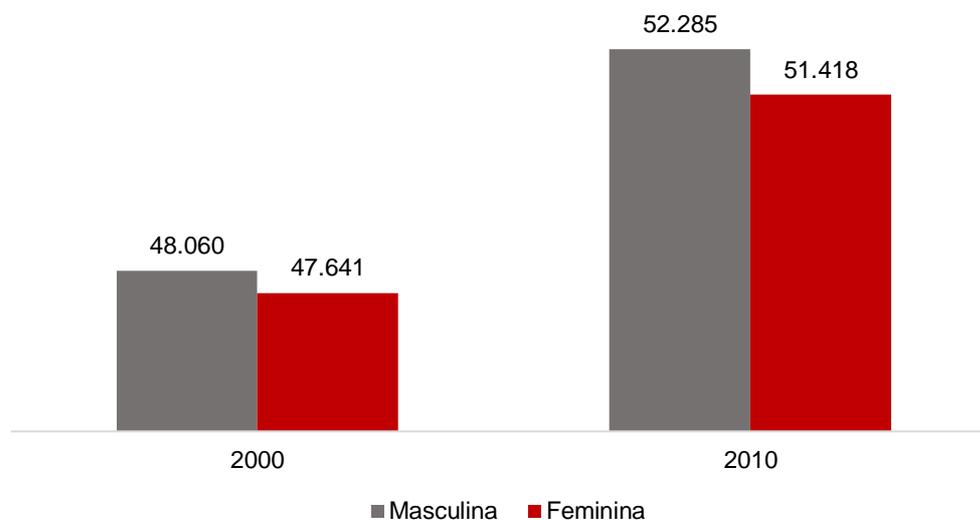
O município segue a característica do estado, sendo predominantemente urbano; conforme podemos observar na Figura 17, as distribuições da população por situação de domicílio, correspondendo a 95% de taxa de urbanização em 2010.

Figura 16 - Distribuição populacional por situação de domicílio segundo os censos 2000 e 2010, Corumbá

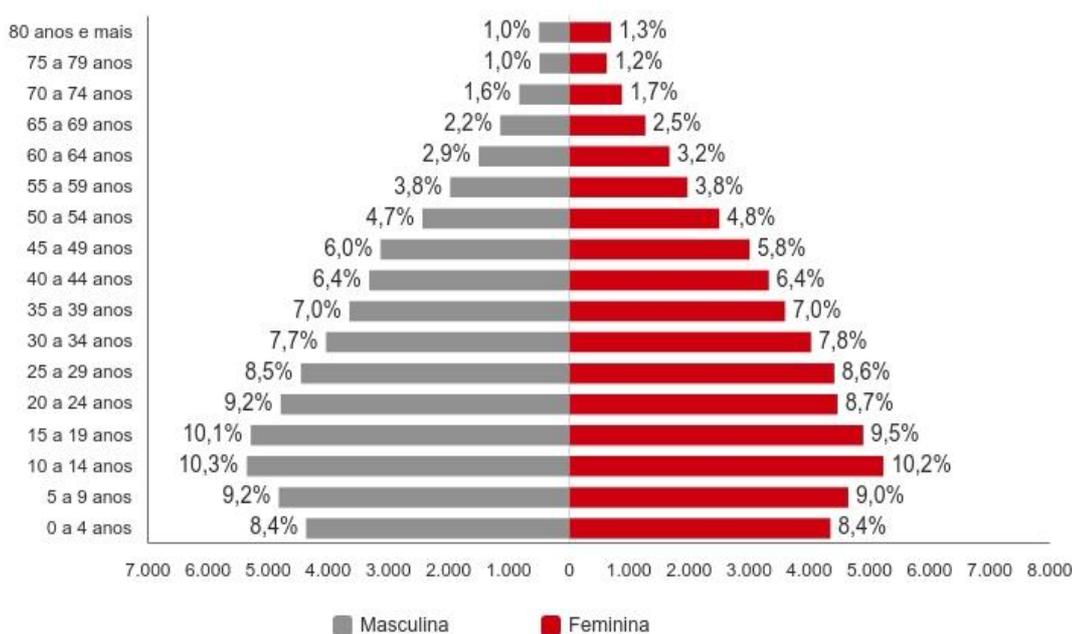


Fonte: IBGE, Censos de referência ([20--?]).

A população do município é jovem e com ligeira predominância masculina, conforme mostram a Figura 18 e a pirâmide etária do município (Figura), apresentando uma baixa taxa de envelhecimento com somente 6,21% da população. Há, portanto, moderados níveis de relação entre o número de idosos e o de jovens, isto é, a relação entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 0 a 14 anos de idade (IBGE, 2010).

Figura 17 - População por gênero em Corumbá, entre os censos 2000 e 2010.

Fonte: IBGE (2010).

Figura 18 - Pirâmide etária do município de Corumbá, 2010.

Fonte: IBGE (2010).

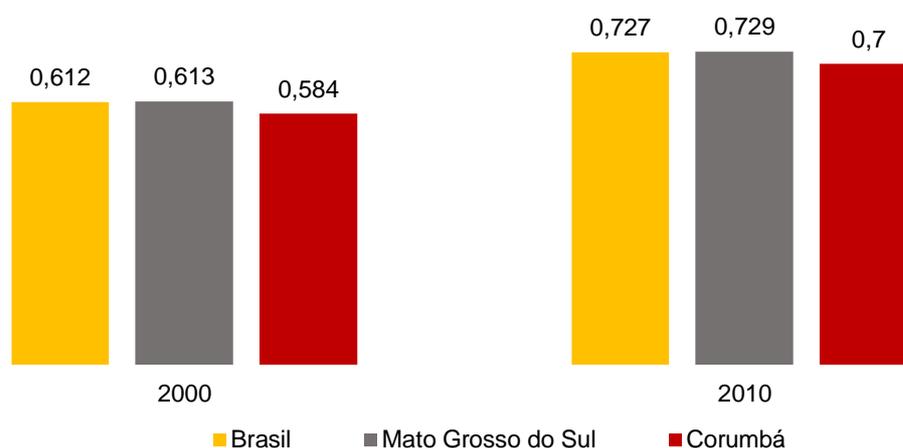
5.3.2.2 Vulnerabilidade social

É importante pontuar, dentre outros aspectos, os significativos percentuais de pessoas jovens que, apesar de representarem um certo grau de vulnerabilidade, dado que não estão em idade produtiva, podem ser considerados um potencial importante para a renovação da mão de obra disponível, se devidamente formados (CARVALHO, 2004). Outro ponto significativo são os baixos percentuais de idosos, corroborados

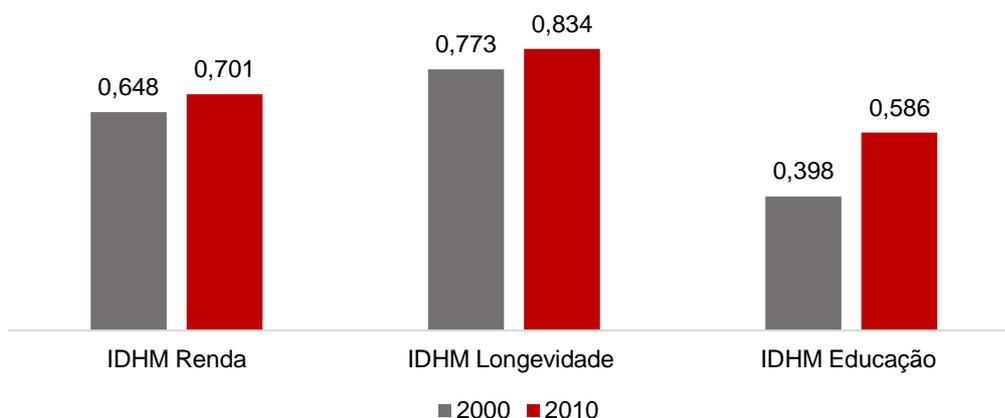
pelos moderados índices de razão de dependência de 51,44, que é a razão entre a soma de jovens e velhos e a restante população, mostrando o peso do segmento etário economicamente dependente (jovens com idade abaixo de 15 anos e idosos com idade superior a 60 anos) sobre a população ativa (RIPSA, 2002). Neste caso, nota-se sobretudo a maior presença de população jovem, bem significativa neste município.

Corumbá apresenta um contexto de desenvolvimento humano favorável com IDHM alto. Em 2000, o IDHM saiu de 0,584, para 0,700, em 2010, apresentando um incremento geométrico de 2%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) varia entre 0,000 e 1,000 e quanto mais próximo de 1,000, melhor. Embora o IDH de Corumbá tenha crescido, ainda assim continua inferior aquele verificado nas regiões de referência do Estado de Mato Grosso do Sul e Brasil (Figura 20). A melhoria do IDHM de Corumbá se deve, sobretudo, pelo crescimento da componente de educação, como mostra a Figura 21 (ATLAS BRASIL, 2013). O IDHM Educação leva em consideração o fluxo escolar de crianças e jovens, medindo a frequência escolar na série adequada à idade do aluno; e caracteriza a escolaridade da população adulta.

Figura 19 - Índice de Desenvolvimento Humanos de Corumbá em comparação com o estado do Mato Grosso e Brasil.



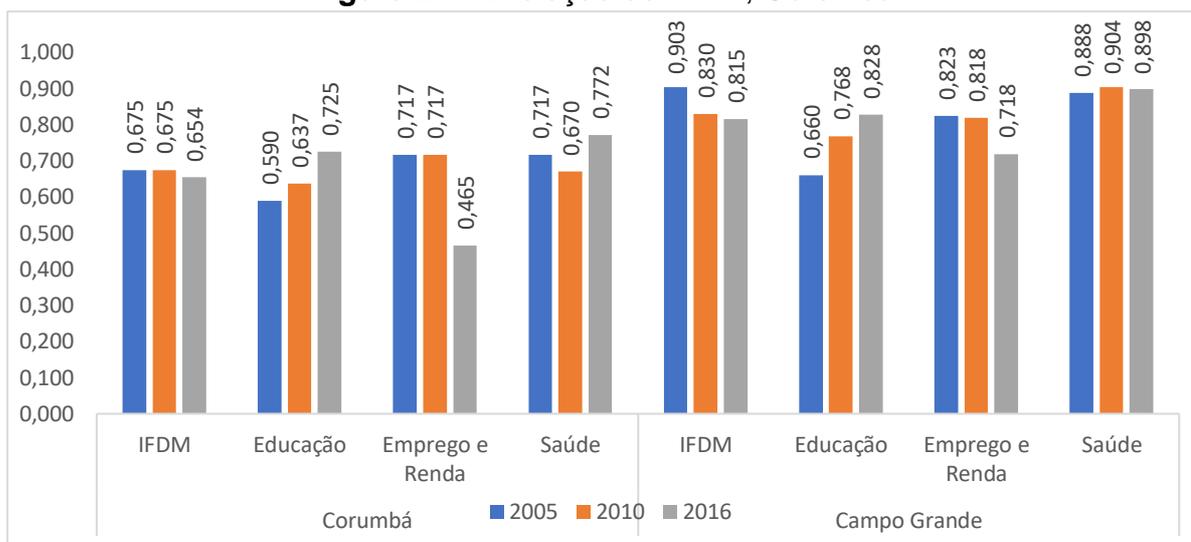
Fonte: IBGE (2010).

Figura 20 - Evolução dos componentes do IDHM de Corumbá.

Fonte: IBGE (2010).

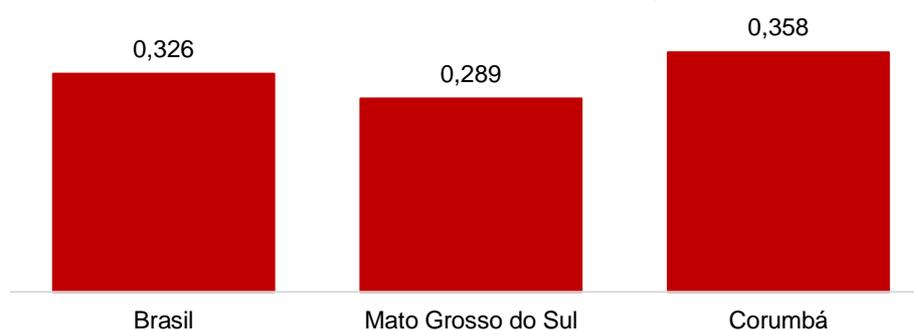
Por sua vez, o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um indicador de desenvolvimento composto por três dimensões, a saber, educação, emprego e renda e saúde; varia de 0 a 1, sendo que a proximidade do índice a unidade representa maior desenvolvimento municipal, cujos graus são: Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos); Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos); Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos), e Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos) (FIRJAN, 2020).

O IFDM geral - Desenvolvimento moderado - de Corumbá se reduziu entre 2005 e 2016, seguindo a tendência da região de referência de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, e seus níveis foram apenas 75% e 80% nas referidas datas, respectivamente. Tal queda foi explicada por uma redução geométrica significativa da componente emprego e renda (-4%), que mais do que contrariou elevações nas componentes educação (2%) e saúde (1%). Em Campo Grande ocorreu, nestas duas últimas componentes, um aumento de 2% e nulo, respectivamente; entretanto, a redução (-1%) na componente emprego e renda resultou numa queda do IFDM geral (-1%), mas o município se manteve na faixa de Alto desenvolvimento (Figura 22).

Figura 21 - Evolução do IFDM, Corumbá.

Fonte: adaptado do FIRJAN (2019).

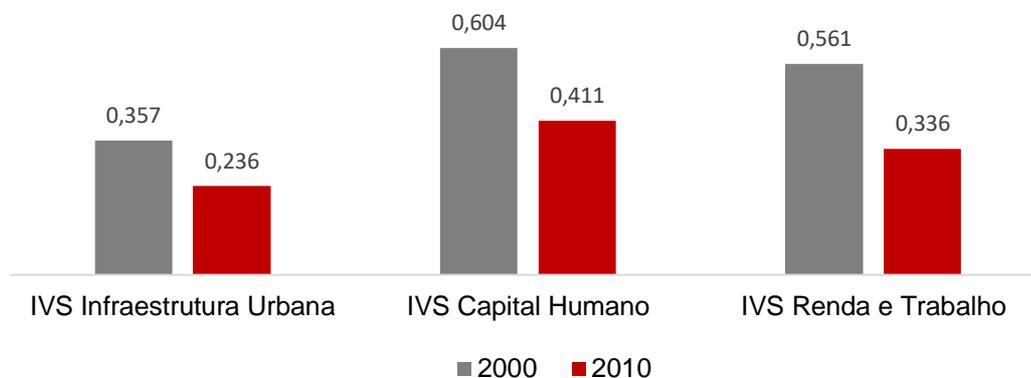
Analisando os dados do Atlas Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Corumbá possuía em 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social⁶ de 0,358 (Figura 23), indicando baixa vulnerabilidade. Importante pontuar que se trata de um índice que considera a vulnerabilidade a partir das conjunturas de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Dentro dessas componentes, trabalho e renda apresentaram um melhor incremento no período entre censos (Figura 24).

Figura 22 - Índice de Vulnerabilidade Social de Corumbá em comparação com estado do Mato Grosso e Brasil, 2010

Fonte: IPEA (2017).

⁶ O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. O cálculo dos subíndices, utilizam-se de dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010, com seus respectivos pesos. Na construção de cada dimensão do IVS, utilizam-se pesos equivalentes para cada indicador, onde foram aplicados parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-los em um indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000. O valor próximo de 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Figura 23 - Evolução das componentes do Índice de Vulnerabilidade Social de Corumbá.



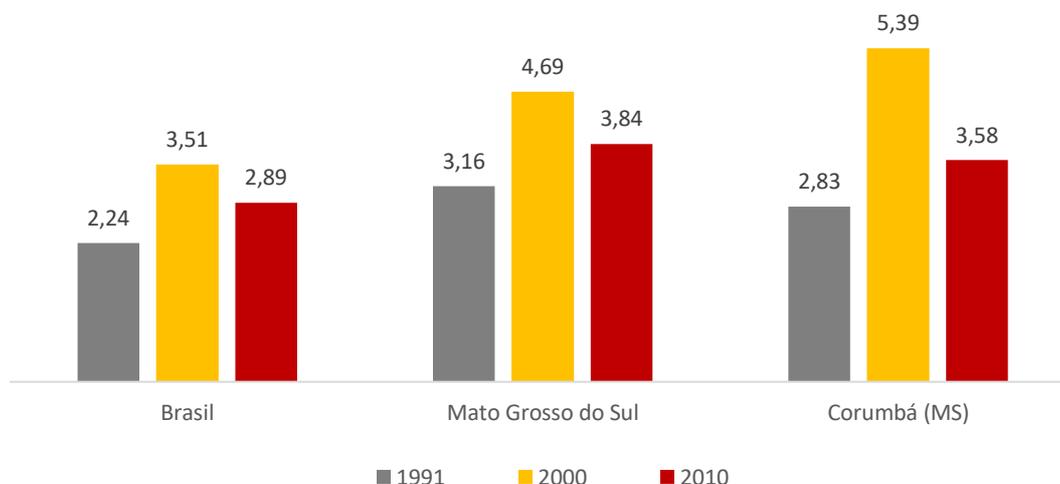
Fonte: IPEA (2017).

Embora trabalho e renda tenha sido a componente com maior queda, entre 2000 e 2010 (Figura 22), o município tem 5.121 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando cerca de 14,31% da população que receberam um benefício de R\$ 175,85, em 2020. Há, em Corumbá, cerca de 13.291 famílias vivendo com renda de até meio salário mínimo. Um contexto que expõe apenas uma das facetas da vulnerabilidade que, dentre outros, pode ser compreendida como um contexto de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano” (IPEA, 2017), mas também “através da ausência ou insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional” (COSTA et al., 2018, pág. 16).

Nesse contexto é possível apontar, ainda, alguns indicadores que contribuem na compreensão desse contexto, tais como:

% de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos: encontrado a partir da razão entre as mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária, este grupo tem apresentado uma dinâmica de oscilação entre os censos. Os dados de 2010 expressam um avanço que coloca o município com indicadores melhores que os do próprio estado do Mato Grosso do Sul. Todavia, ainda apresenta indicadores altos quando comparados aos do Brasil (Figura 25).

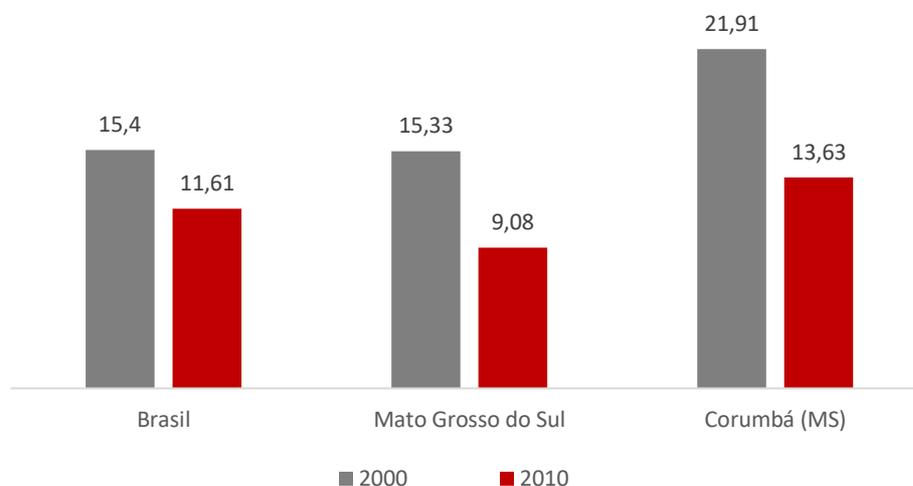
Figura 24 - Evolução dos % de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza: encontrado a partir da razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população total nesta faixa etária. Define-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. Nesse cálculo apenas são considerados os domicílios particulares permanentes. São dados que expressam o contexto da população, já caracteristicamente vulnerável, associado ao seu meio. Corumbá apresenta um contexto delicado, que possui uma tendência de queda, entretanto, ainda exige atenção conforme podemos visualizar no Figura 26.

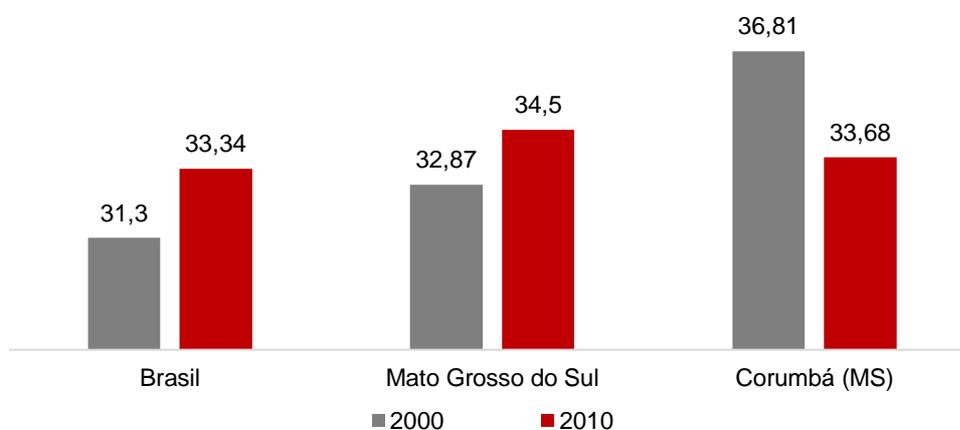
Figura 25 - Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

% de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária: compreende a razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população vulnerável nessa faixa etária. Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes. É um grupo etário bastante significativo na população de Corumbá e tem aumentado ao longo dos últimos censos, como podemos ver na Figura 27, o que requerem atenção.

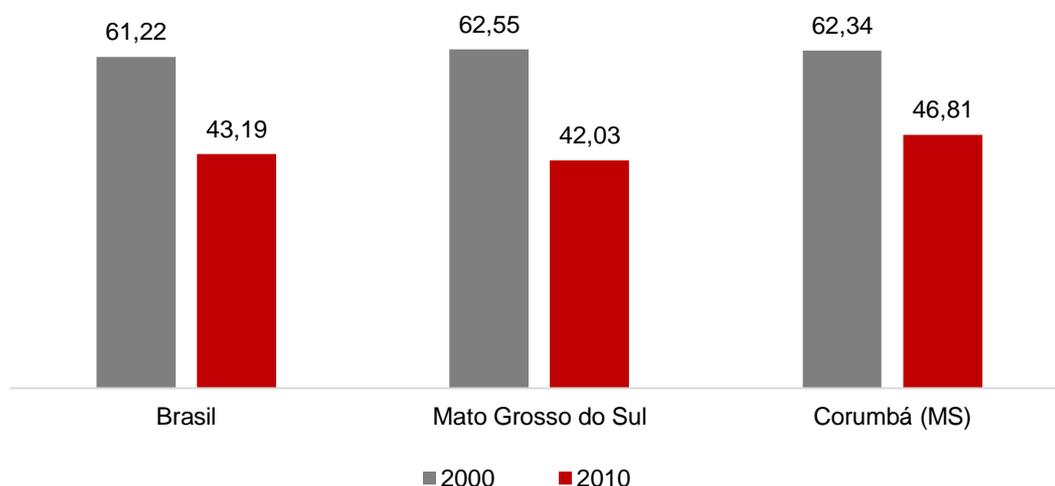
Figura 26 - Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade: obtido a partir da razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes e os mesmos expressam uma significativa densidade de mulheres nesse contexto. Embora seja um indicador que tenha apresentado queda, entre os censos 2000 e 2010, Corumbá possui altos percentuais e maiores que o do estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil, que exige atenção (Figura 28).

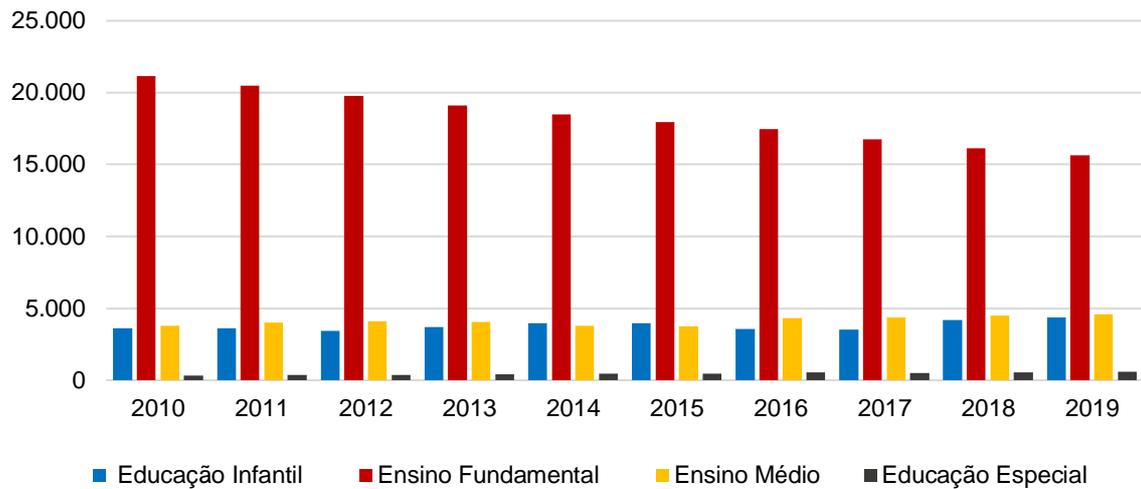
Figura 27 - Evolução dos % de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.



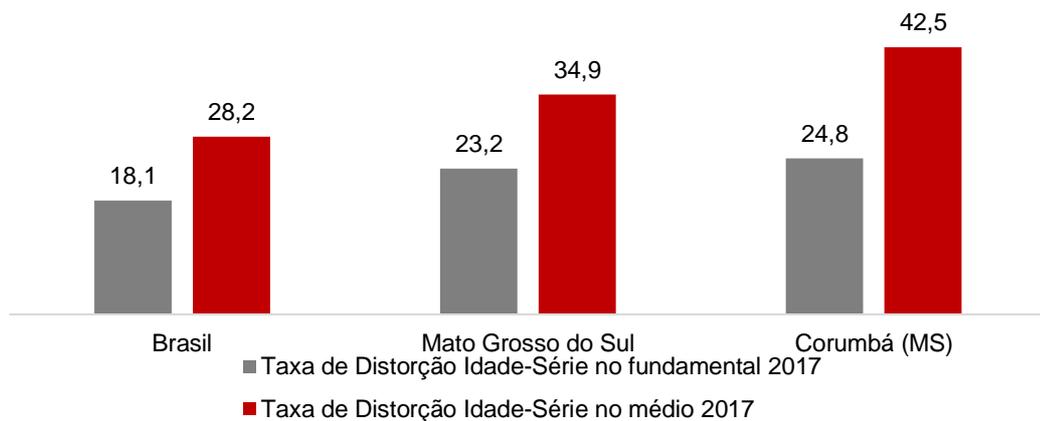
Fonte: Atlas Brasil (2020).

5.3.2.3 Educação

A frequência escolar no município tem aumentado em algumas etapas de ensino. No entanto, a Figura 29 mostra uma tendência de decréscimo nas matrículas do Ensino Fundamental, o que pode ser um sintoma de envelhecimento da população. Além disso, a taxa de distorção idade-série, no município, para o ensino fundamental e ensino médio, em 2017, está acima daquela verificada no Mato Grosso do Sul e no Brasil, o que indicia um sucesso escolar inferior ao estadual e nacional (Figura 30).

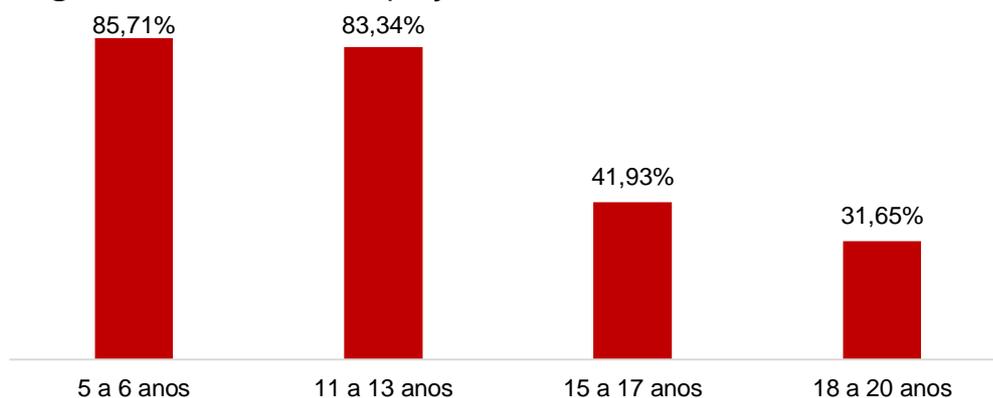
Figura 28 - Evolução do número de matrículas no município de Corumbá.

Fonte: INEP (2019).

Figura 29 - Taxa de Distorção Idade-Série para o ensino fundamental e ensino médio, em 2017.

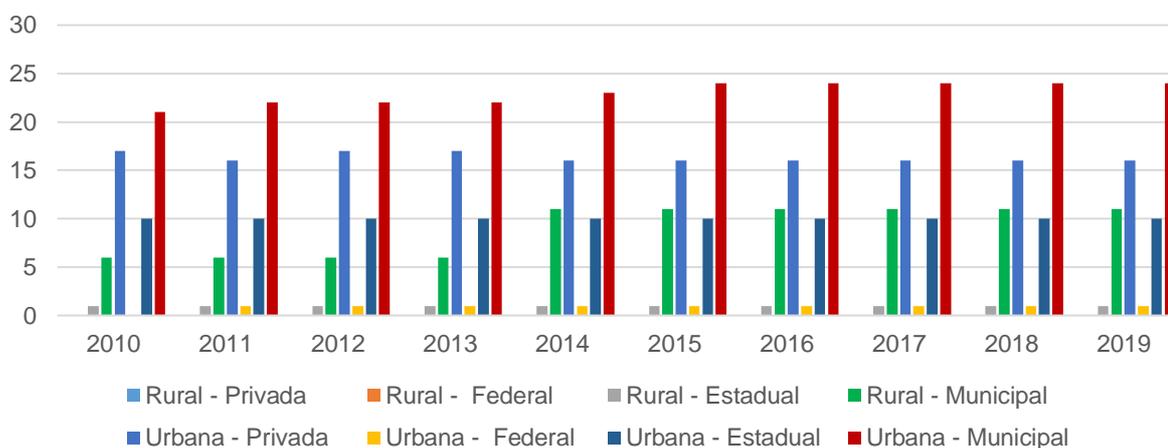
Fonte: Atlas Brasil (2020).

No que diz respeito às taxas de adequação idade-série, existe uma tendência para de diminuição à medida que a idade aumenta (Figura 31).

Figura 30 - Taxa de Adequação Idade-Série em Corumbá em 2010.

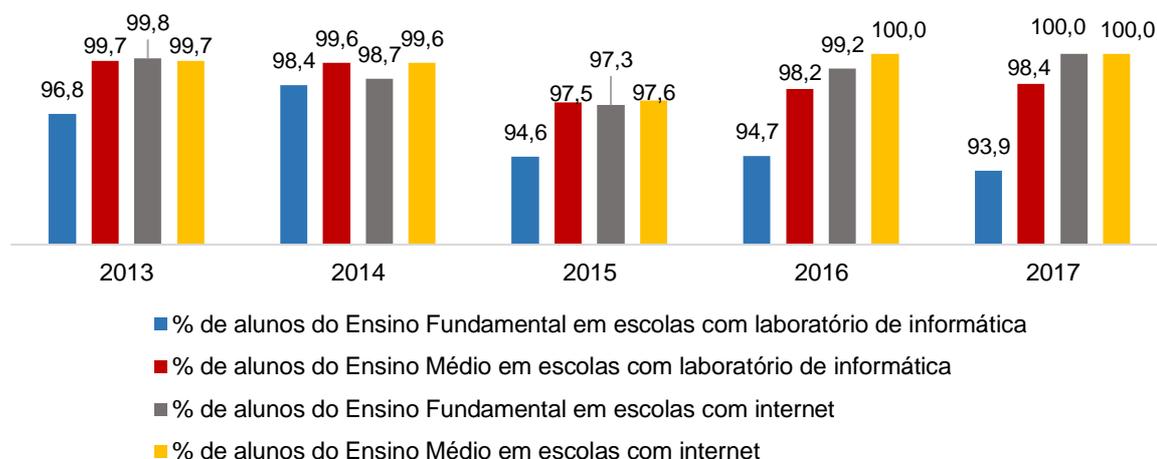
Fonte: Atlas Brasil (2020).

Se os índices de educação em Corumbá apresentam desempenhos com tendência de melhoria, a infraestrutura de apoio tem corroborado. Dados do Censo Escolar 2019 apontam aumento no número de estabelecimentos de ensino (Figura 32), notando-se a extensão da rede de ensino municipal às áreas rurais do município, sobretudo na esfera de competência municipal, ampliando o acesso da população a educação e criando um cenário favorável à diminuição da evasão escolar.

Figura 31 - Evolução do número de estabelecimento de ensino em Corumbá.

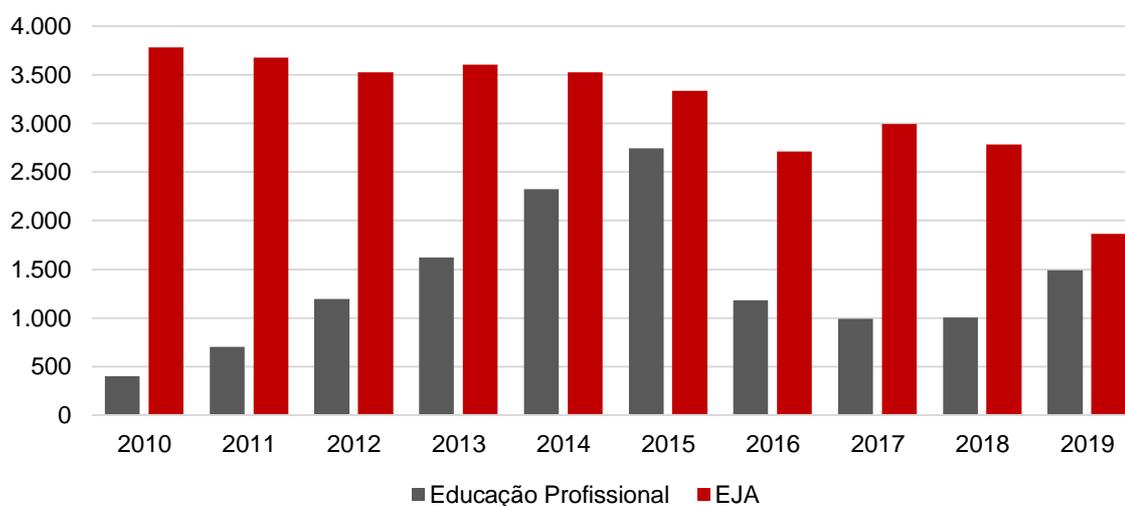
Fonte: INEP (2019).

O crescimento do número de estabelecimentos tem sido acompanhado pela ampliação de infraestruturas como laboratórios de informática e acesso à internet (Figura 33) nas etapas de ensino fundamental e médio.

Figura 32 - Evolução da infraestrutura de Laboratórios de informática em Corumbá.

Fonte: INEP (2020).

A escolaridade dos adultos, em Corumbá, se caracteriza por um aumento na expectativa de anos de estudo da população. De 2000 até 2010, o aumento foi de 1,53%, e atualmente o município possui quase 10 anos de expectativa de estudos. O número de matrículas relacionadas à educação de jovens e adultos tem oscilado bastante em Corumbá (Figura 34) e a rede de ensino superior se configura pela presença de 20 instituições de ensino superior, sendo apenas quatro com ensino presencial. Há, ainda, a presença de um Instituto Federal de ensino.

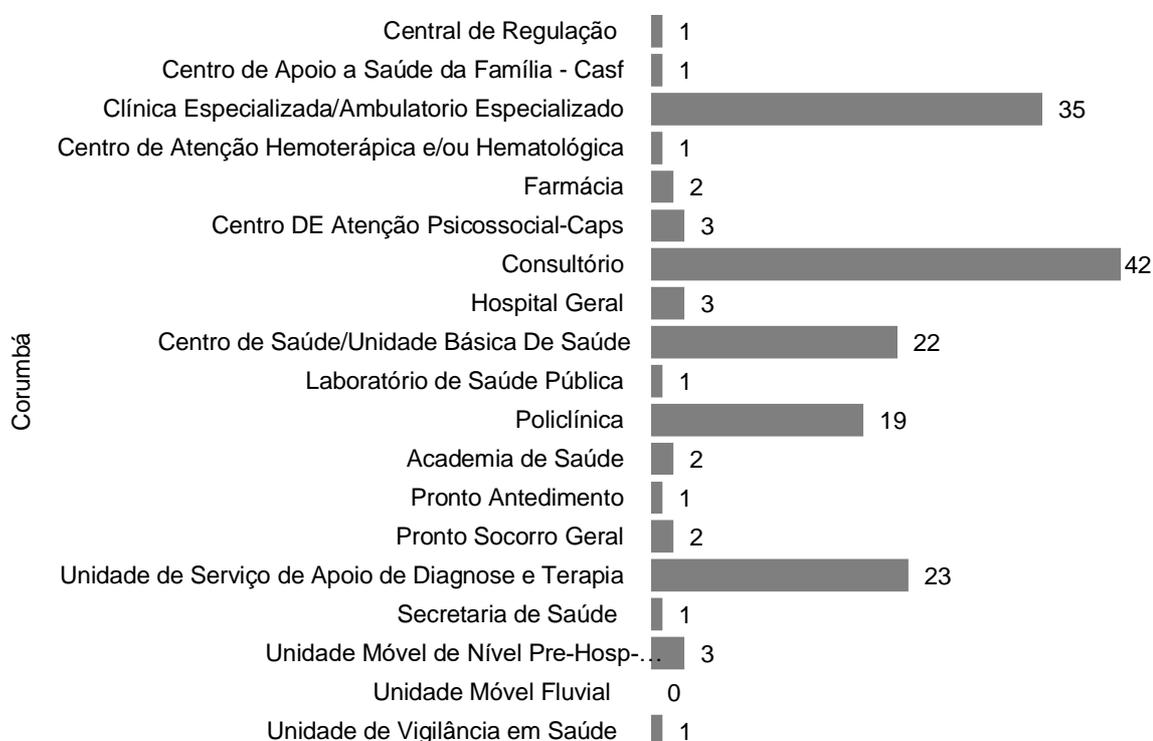
Figura 33 - Número de matrículas relacionada à educação de jovens e adultos em Corumbá.

Fonte: INEP (2019).

5.3.2.4 Saúde

Segundo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, o município possui 163 estabelecimentos dessa natureza (Figura 35). Os números de estabelecimento têm crescido nos últimos cinco anos, apontando aumento de densidade na estrutura de atendimento médico, apontando uma tendência de polarização em atendimentos de média e alta complexidade em Corumbá. Toda essa infraestrutura pode ter influenciado indicadores importantes como as taxas de mortalidade infantil (DATASUS, 2020).

Figura 34 - Estabelecimentos de Saúde em Corumbá, em 2020.



Fonte: CNES (2020).

Em 2019, com uma população estimada de 111.435 habitantes (IBGE, 2020), com base em alguns indicadores, o acesso à saúde no município foi superior ao da região de referência de Campo Grande. Corumbá apresentou cerca de 4,3 mil habitantes por equipe de saúde da família contra aproximadamente 7,2 mil verificados na região de referência, e a sua taxa de cobertura da atenção básica foi 1,6 vezes superior. A cobertura hospitalar foi também superior, com cerca de aproximadamente 56 mil habitantes a ser assistidos por hospital, contra cerca de 60 mil em Campo Grande. A população por assistir esperada pelas Unidades Básicas de Saúde em

Corumbá foi de 5,3 mil habitantes por este tipo de estabelecimento de saúde, contra mais do que o dobro de pessoas na região de referência: 12 mil (Tabela 4).

Tabela 4 - Caracterização do acesso à saúde em Corumbá e Ladário.

	Ano	Corumbá	Ladário	Mato Grosso do Sul		
				Campo Grande	Sul	Brasil
Esperança de vida ao nascer (anos)	2000	71,35	71,27	---	70,09	68,61
	2010	75,06	74,34	---	74,96	73,94
Taxa de Mortalidade Infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	2000	21,86	22,06	---	25,53	30,57
	2010	17,75	19	---	18,14	16,7
Nº de equipes de saúde da família (eSF)	2019	26	7	125	---	---
Cobertura Atenção Básica	2019	0,842	1	0,521	---	---
Número de Hospitais Gerais	2019	2	6	15	---	---
Centros de Saúde ou Unidade Básica de Saúde	2019	21	1	75	---	---
Nº de Leitos SUS	2019	138	0	1316	---	---
Nº de Leitos Não SUS	2019	49	10	894	---	---
Nº total de médicos	2019	152	23	2979	---	---
Nº de médicos por mil habitantes	2019	1,36	0,99	3,325	---	---

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Saúde (2020).

Todavia, com relação ao número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), a região de referência apresentou maior acesso, tendo aproximadamente 10 vezes mais leitos que Corumbá e somente 681 habitantes por leito contra aproximadamente 808 no caso de Corumbá. Já o número de leitos que não são do SUS, o município de Campo Grande apresentou 18 vezes mais unidades; como consequência, a estimativa de assistência da sua população foi de cerca de mil pessoas por leito em 2019, contra mais do que o dobro para Corumbá (cerca de 2,27 mil). Outro indicador importante de acesso à saúde é o número total de médicos. Campo Grande teve cerca de 20 vezes mais médicos que Corumbá, o que lhe permitiu ter disponíveis ao longo de 2019 mais de 3 médicos para assistirem mil habitantes contra menos dois desses

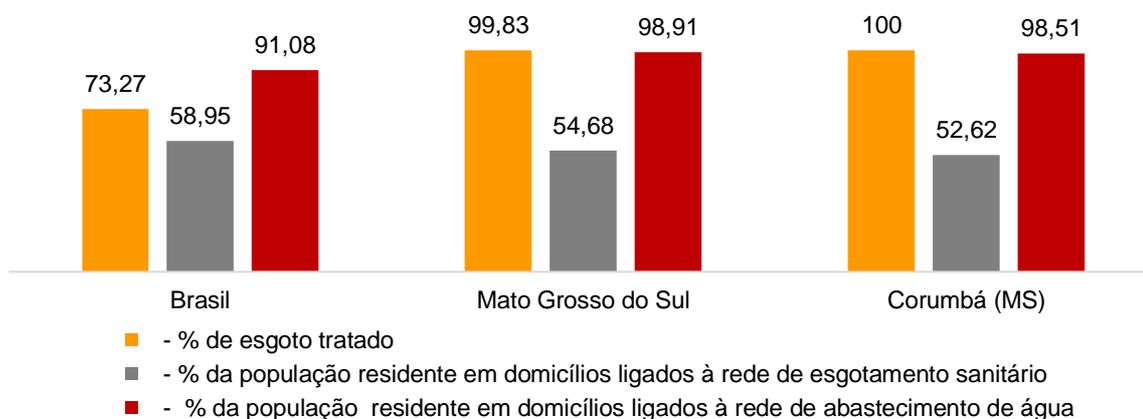
profissionais de saúde para cuidar o mesmo número de pessoas em Corumbá (Tabela 4).

Apesar de ter apresentado uma taxa de mortalidade infantil (mortes por mil nascidos vivos) relativamente alta em 2010, no período de 2000 a 2010, o município melhorou: nesses anos, o rácio entre a taxa do município e daquela verificada nas regiões de referência do Estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil foi de 0,86 e 0,98, e 0,72 e 1,06, respectivamente. O IDH de Corumbá é considerado alto (0,700). Coerente com este nível, o município aumentou a sua esperança de vida ao nascer, um dos componentes do IDH e relacionado ao acesso à saúde, entre 2000 e 2010. Nesses anos, o rácio entre a esperança de vida no município e nas regiões de referência do Estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil foi de 1,02 e 1,0, e 1,04 e 1,02, respectivamente (Tabela 4).

O incremento da longevidade se relaciona ao acesso a saúde por parte da população e refletiu no aumento do IDHM de Corumbá. Este indicador aponta a melhoria das condições de vida e saúde, podendo o seu crescimento ser, além dos aspectos discutidos acima, reflexo de:

Condições urbanísticas: o município apresentava, em 2010, apenas de 19,3% de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010). Todavia, segundo dados mais recentes do PNUD Brasil, Ipea e FJP (ATLAS BRASIL, 2020), o município ainda não melhorou a cobertura e diminuiu os percentuais de cobertura de 99,5 %, em 2013, para 98,51 %, em 2017. Esse decréscimo de acesso não acompanhou a média de desempenho do Brasil (0,014%) e do estado do Mato Grosso do Sul (0,56%), no mesmo período. Desde 2013, o município possui 100% de esgoto tratado na cidade. No que diz respeito ao abastecimento de água, houve um suave decréscimo de - 0,002 em 5 anos (de 2013 a 2017); entretanto, em 2017 possuía uma significativa cobertura, com 99,32% de domicílios com acesso, nível superior ao do Brasil (91,8%) e ao do estado do Mato Grosso do Sul (98,91%), como mostra a Figura 36).

Figura 35 - Infraestrutura Urbana do município de Corumbá em comparação ao Brasil e estado do Mato Grosso do Sul, em 2017.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

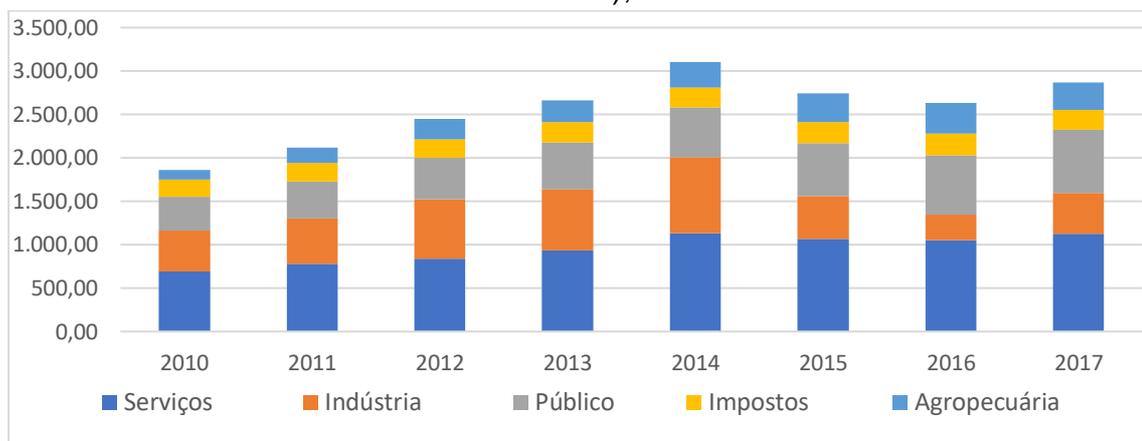
5.3.3 Estrutura da economia local

Após a caracterização dos recursos naturais, infraestruturas e do contexto social municipal, será traçado o perfil da economia local por meio da análise das principais variáveis econômicas.

5.3.3.1 Evolução do PIB

A informação mais recente do IBGE sobre o PIB dos municípios se refere ao ano de 2017. Nesse ano, Corumbá apresentava o setor de serviços com a maior participação na economia: 39% do PIB total; foi seguido pelos setores de administração pública, defesa, educação e outros serviços e pela indústria, com participações de 25% e 16%, respectivamente. O PIB total de Corumbá apresentou crescimento praticamente linear (em milhões de Reais correntes) de 1.863,76 em 2010 para o pico de 3.100,95 em 2014, reduzindo para 2.869,00 em 2017. Ao longo do período, o PIB de Corumbá oscilou pouco, somente após 2014, mas a sua estrutura se manteve constante, com os serviços apresentando a maior participação (Figura 37). A evolução da distribuição setorial mostra que existe um grande espaço de crescimento para os demais setores, sobretudo agropecuária e indústria, os quais devem ser estimulados para se potencializar a diversificação econômica considerando que várias produções atuais estão aquém do consumo potencial, calculado com base no consumo *per capita* e na estimativa de população do IBGE (Tabela 8).

Figura 36 - Evolução da Estrutura do PIB (valores adicionados em milhões de Reais correntes), Corumbá.

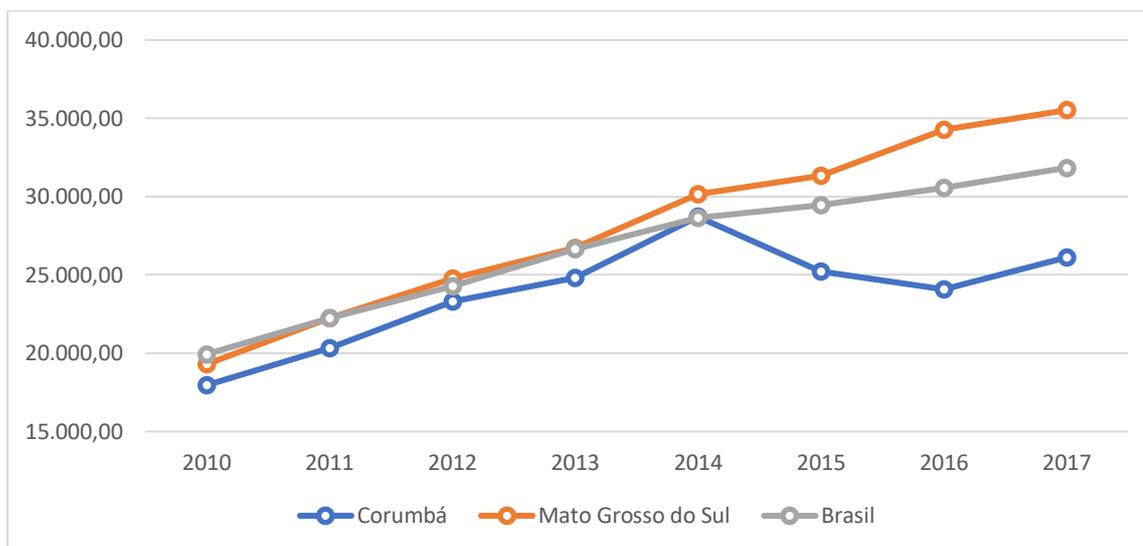


Nota: Público = Administração, defesa, educação e outros serviços.

Fonte: adaptado do IBGE (2019).

Por seu lado, o PIB *per capita* de Corumbá aumentou de aproximadamente R\$18 mil em 2010 para cerca de R\$26 mil em 2017, uma taxa de crescimento de apenas 5%, contra 9% e 7% verificada nas regiões de referência do Estado de Mato Grosso do Sul e Brasil, respectivamente. Esse crescimento foi consistente de 2010 até o pico de aproximadamente R\$29 mil em 2014, seguido de uma queda com ligeira oscilação até 2017. A análise dos rácios mostra desigualdade de PIB *per capita* entre Corumbá e as regiões de referência: em 2010, o rácio entre o PIB *per capita* de Corumbá e do Mato Grosso do Sul e Brasil era 0,93 e 0,90, respectivamente; em 2017, esses valores eram 0,74 e 0,82. Considerando o PIB *per capita* como *proxy* da produtividade do trabalho, este resultado mostra uma piora desta última variável em relação as regiões de referência (Figura 38).

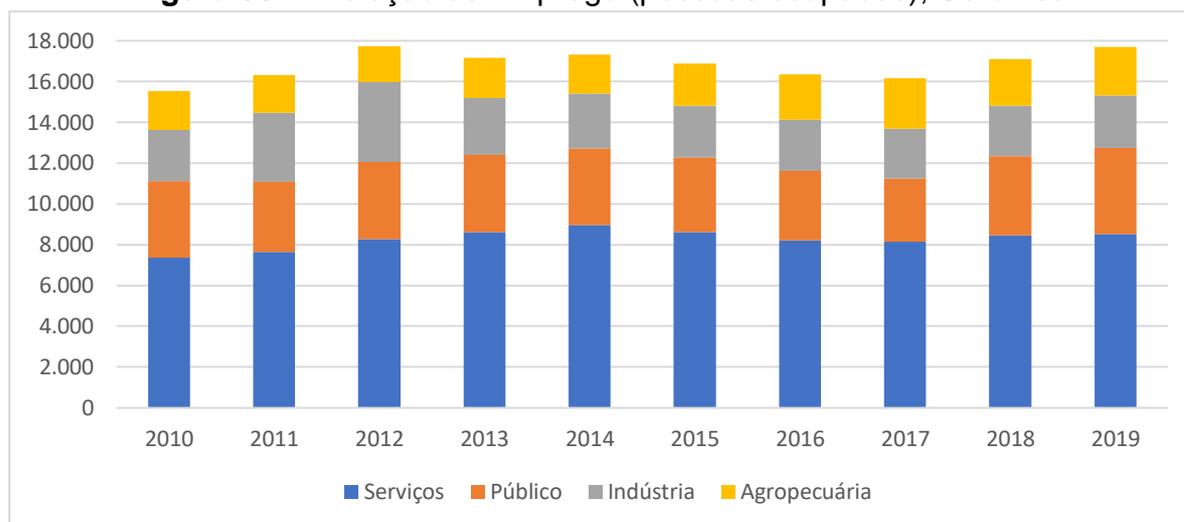
Figura 37 - Evolução do PIB *per capita* (R\$ correntes), Corumbá e regiões de referência.



Fonte: adaptado do IBGE (2019); Mato Grosso do Sul (2020).

5.3.3.2 Emprego formal e massa salarial

Durante o período analisado, o emprego formal total variou de 15.549 em 2010 para 17.739, máximo do período analisado, em 2012; em seguida, reduziu-se com oscilações para 17.700 em 2019. A evolução do emprego total difere à da massa salarial total, mas a importância relativa dos setores é a mesma, com os setores de serviços e administração pública liderando e se preservando a ordem de grandeza dos restantes setores (Figura 39).

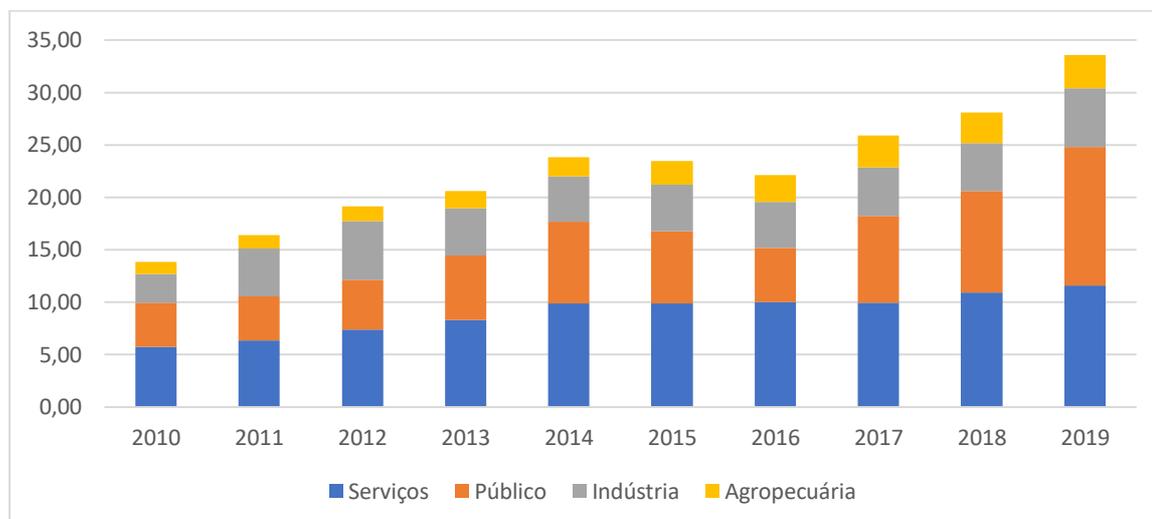
Figura 38 - Evolução do Emprego (pessoas ocupadas), Corumbá.

Nota: Para melhor análise, foram feitas as seguintes simplificações e agregações dos dados do emprego, massa salarial e escolaridade: Indústria = Indústria de transformação + extractiva mineral + construção civil; Público = Serviços industriais de utilidade pública + Administração pública; Agropecuária = Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; Serviços = Serviços + comércio.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

A massa salarial (em milhões de Reais correntes) cresceu de aproximadamente 13,9 em 2010 para cerca de 33,6 em 2019. A massa salarial dos setores de serviços e o público, reflexo das lideranças destes setores na economia local, apresentou alto percentual na massa salarial total, oscilando entre 35% e 45%, e 16% e 29%, respectivamente, ao longo da série. Dada a grande assimetria das participações setoriais na massa salarial, uma maior diversificação da economia permitirá aumento dessa participação, com o setor público eventualmente reduzindo o seu tamanho (Figura 40).

Figura 39 - Evolução da massa salarial (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá.

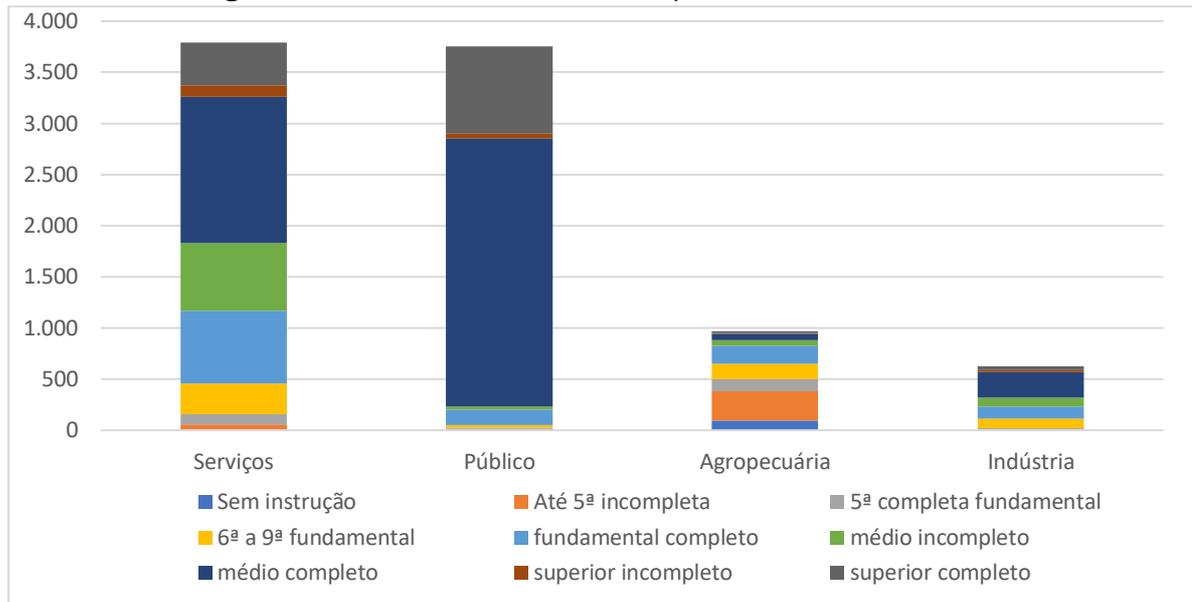


Nota: como nos dois municípios estudados não existe informação nas fontes, para o cálculo da massa salarial municipal da administração pública consideramos o salário médio deste setor no estado do Mato Grosso do Sul.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

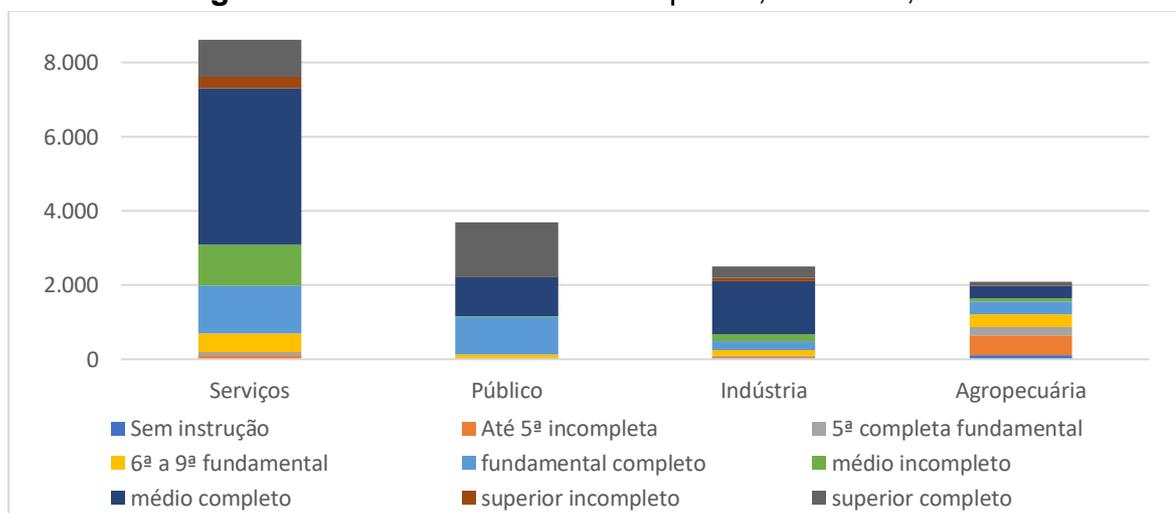
5.3.3.3 Escolaridade dos ocupados

A escolaridade da mão-de-obra é um dos aspectos fundamentais do mercado de trabalho. Por isso, analisamos a distribuição dos ocupados entre os níveis de escolaridade em cada setor de atividade econômica no qual estavam trabalhando nos anos selecionados da série de dados (Figura 41 a Figura 43). Verificamos que os serviços lideraram pelo número de empregos em todos os anos, embora com uma diferença pequena em 2010. Neste ano, entre os ocupados neste setor, 38% e 19% tinham ensino médio e fundamental completos, respectivamente. No setor público, 70% e 23% tinham ensino médio e superior completos. O setor agropecuário apresentou baixos níveis educacionais dos seus ocupados, pois aproximadamente 10% não tinham instrução; 30% e 18% tinham até 5ª série incompleta e ensino fundamental completo, respectivamente. Entre os ocupados na indústria, 40% e 20% tinham ensino médio e fundamental completos, respectivamente (Figura 41).

Figura 40 - Escolaridade dos ocupados, Corumbá, 2010.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

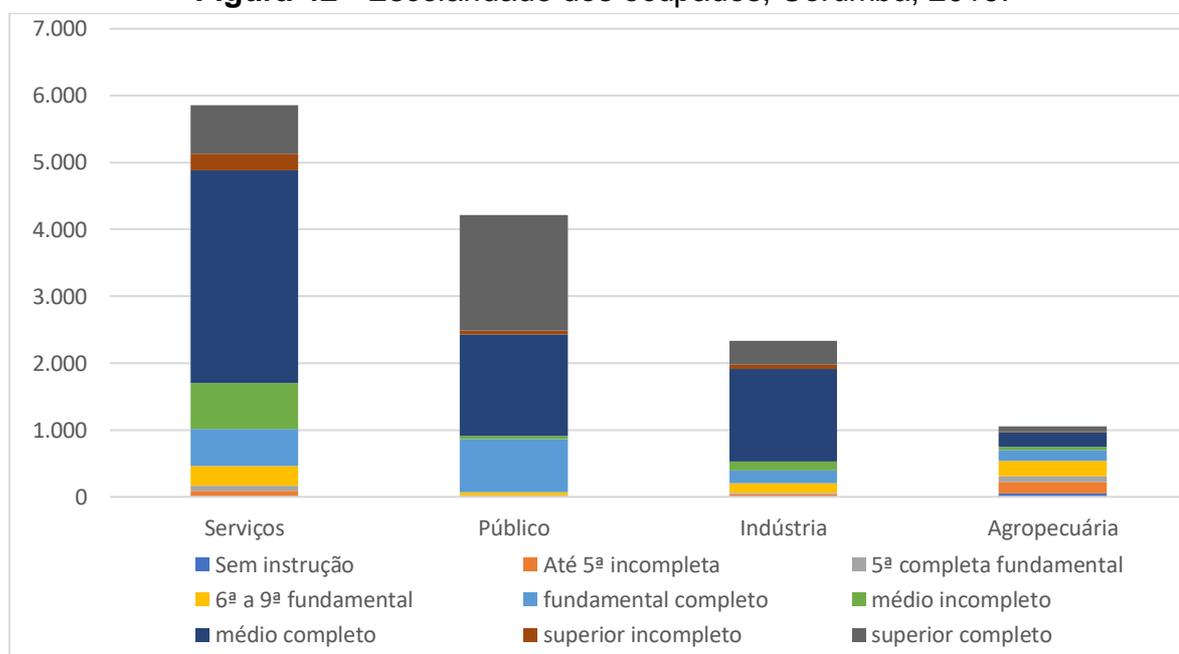
Em 2015, entre os ocupados no setor de serviços, 49% e 15% tinham ensino médio e fundamental completos, respectivamente. No setor público, 39%, 29% e 27% tinham ensino superior, médio e fundamental completos. Entre os ocupados na indústria, 57% e 13% tinham ensino médio e superior completos, respectivamente. Como verificado em 2010, o setor agropecuário apresentou baixos níveis educacionais dos seus ocupados, pois 6% não tinham instrução; 17%, 16% e 15% tinham de 6ª a 9ª série do ensino fundamental, fundamental completo e médio completo, respectivamente (Figura 42).

Figura 41 - Escolaridade dos ocupados, Corumbá, 2015.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

Em 2019, entre os ocupados no setor de serviços, 54%, 12% e 12% tinham ensino médio completo, médio incompleto e superior completo, respectivamente. No setor público, 41%, 36% e 19% tinham ensino superior, médio e fundamental completos. Entre os ocupados na indústria, 59% e 15% tinham ensino médio e superior completos, respectivamente. O setor agropecuário, novamente, apresentou baixos níveis educacionais dos seus ocupados, com 5% sem instrução; 22%, 21% e 15% tinham de 6ª a 9ª série do ensino fundamental, médio completo e fundamental completo, respectivamente (Figura 43).

Figura 42 - Escolaridade dos ocupados, Corumbá, 2019.



Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

5.3.3.4 Empresas

O número de empresas locais se reduziu, com oscilações, de aproximadamente 1.900 em 2010 para cerca de 1.600, uma taxa geométrica de -2%. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas liderou ao longo de toda série (uma média de 41% do total das empresas), com pelo menos 625 empresas em cada ano. Existe uma grande concentração setorial das empresas. Dos 20 setores existentes na economia local, apenas cinco - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; e Atividades administrativas e serviços

complementares – concentraram um média de 71% do total das empresas, variando de 69% no biênio 2017-9 a 75% em 2012. Exceto o último setor, estes setores têm pelo menos 110 empresas. No nível seguinte encontram-se oito setores – com o número de empresas que varia de aproximadamente 30 a 84 - que respondem, em conjunto, por uma média cerca de 25% do total das empresas, com a participação variando de 22% em 2012 e 26% no triênio 2016-8. A participação conjunta dos restantes sete setores foi constante: 4%. Estes resultados apontam espaço para expansão da grande maioria dos setores e introdução de novos para diversificar a economia local (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução do número de empresas locais por setor, Corumbá.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	803	693	698	724	669	657	648	656	626
Transporte, armazenagem e correio	125	122	135	133	136	136	141	138	138
Alojamento e alimentação	160	146	140	135	141	144	139	138	136
Outras atividades de serviços	186	180	181	181	165	139	139	118	111
Atividades administrativas e serviços complementares	97	96	86	101	83	84	78	90	91
Saúde humana e serviços sociais	60	59	64	70	70	71	73	80	84
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	56	54	49	56	54	59	65	68	67
Indústrias de transformação	84	84	70	76	67	73	71	67	64
Educação	45	46	39	43	40	51	71	66	53
Atividades profissionais, científicas e técnicas	53	46	41	45	43	48	43	47	50
Construção	56	50	43	46	43	39	40	41	42
Artes, cultura, esporte e recreação	30	27	21	33	33	34	39	36	33
Informação e comunicação	39	29	31	32	29	31	30	29	29
Indústrias extrativas	16	12	14	13	15	13	13	15	17
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	25	23	25	24	21	21	20	21	17

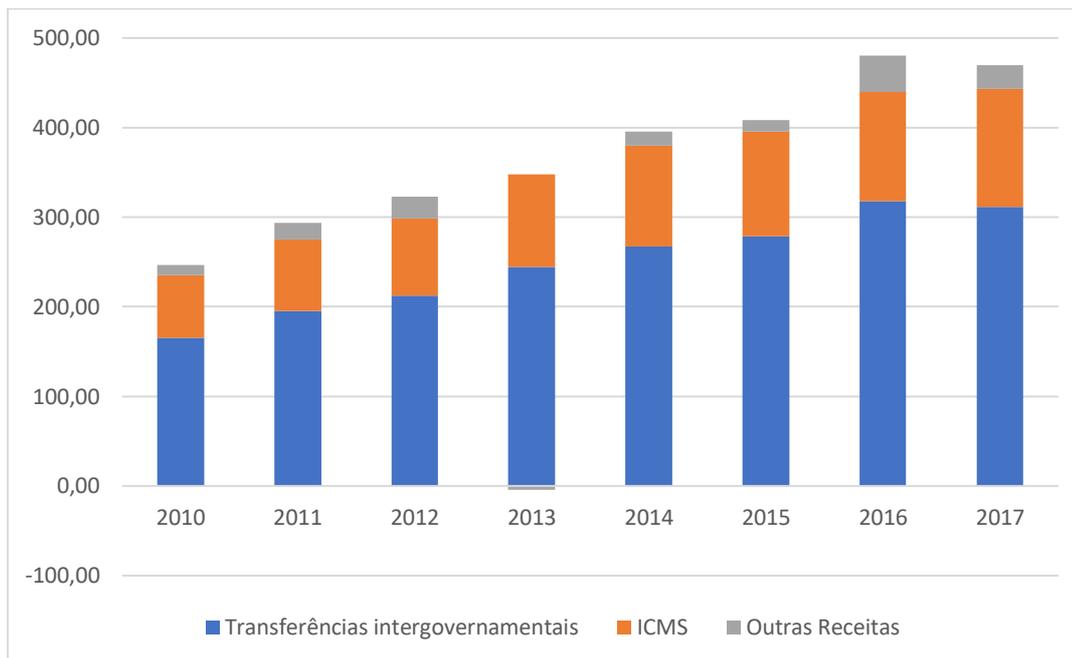
Administração pública, defesa e segurança social	13	15	11	14	9	11	12	13	13
Atividades imobiliárias	5	6	7	10	8	11	12	11	11
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4	4	4	5	5	5	6	4	6
Eletricidade e gás	3	2	3	4	4	4	4	4	5
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Total	1.860	1.694	1.662	1.745	1.636	1.632	1.645	1.643	1.594

Fonte: adaptado do IBGE (2019).

5.3.3.5 Contas municipais

A receita total municipal evoluiu de forma dissimilar ao emprego e massa salarial totais. A receita total (em milhões de Reais correntes) quase dobrou, de 246 para aproximadamente 470 de 2010 para 2017, após atingir o pico em 280 no ano anterior. A receita total foi dominada, de longe e de forma crescente, pelas transferências intergovernamentais, cuja participação média na receita total foi de 67%, aspecto negativo pois estas receitas não têm contrapartida direta em termos de atividades econômicas. Outras fontes de receita tiveram uma participação pequena, destacando-se o ICMS, cuja participação oscilou entre 25% e 30% no período (Figura 44).

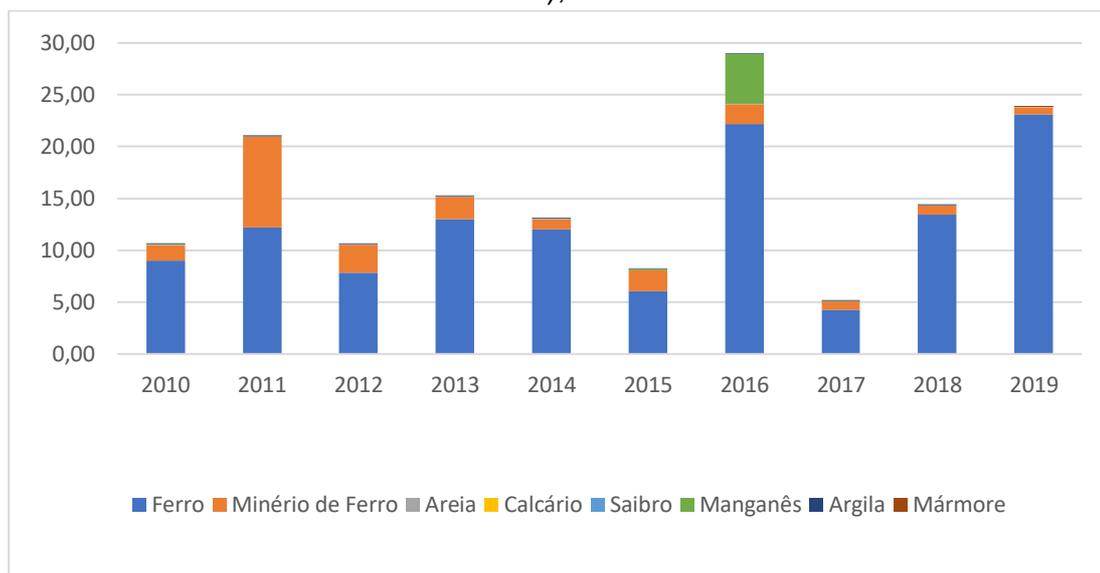
Figura 43 - Evolução da Receita Municipal (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá.



Fonte: adaptado do Compara Brasil ([20--?]).

A CFEM arrecadada (em milhões de Reais correntes) pelo município mais do que dobrou no período, de aproximadamente 11 em 2010 para cerca de 24 em 2019. A CFEM arrecadada foi essencialmente proveniente da extração do ferro, participando com 85% na CFEM total no início da série; após oscilações, alcançou o primeiro e o segundo picos em 2015 e 2019 com 92% e 97% (valores de 13 e 24 milhões de reais), respectivamente. A CFEM proveniente de extração de outros minérios foi baixa. Destaca-se em segundo lugar a CFEM arrecadada como resultado da extração do minério de ferro: após iniciar a série com 14%, atingiu o pico no ano seguinte com 42%; em seguida, experimentou uma grande queda, com oscilações, até atingir apenas 3% (0,67 milhão) em 2019 (Figura 45).

Figura 44 - Evolução da CFEM Arrecadada (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá.



Fonte: adaptado da Agência Nacional de Mineração (2019).

As despesas públicas por função (em milhões de Reais correntes) variaram de 251,21 em 2010 para 395,36, um crescimento geométrico de 7%. Entre as 22 áreas de atuação, dez concentraram a despesa, cujo percentual, em conjunto, oscilou entre 84% e 93%. Dentre as dez áreas podemos destacar dois sub-grupos; o primeiro envolve a saúde e a educação; com níveis de pelo menos 55 milhões de reais, ambas observaram um crescimento geométrico superior àquele verificado no total das despesas, de 9% e 8% no período, respectivamente; o segundo grupo envolve as demais áreas, cuja despesa não atingiu 40 milhões, com a maioria apresentando oscilações; as despesas em previdência se destacam por iniciar a série em 2010 com um dos níveis mais baixos desse grupo (aproximadamente 9) e apresentar um crescimento consistente, mais do que triplicando a sua despesa em 2017. A despesa nas restantes 12 áreas não atingiu 10 milhões ao longo da série, exceto para as áreas da cultura (10,2 e 12,6 em 2013 e 2016, respectivamente) e habitação (15,4 em 2010), como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Evolução das despesas públicas por função (valores em milhões de Reais correntes), Corumbá.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Saúde	57,29	60,69	71,53	76,93	88,85	94,12	105,03	104,19
Educação	55,15	60,83	74,65	83,96	85,63	89,98	90,88	97,18
Administração	30,78	30,24	34,64	38,44	36,18	38,59	38,58	35,77
Urbanismo	22,31	25,22	24,20	26,85	31,54	30,43	32,60	32,03
Previdência Social	8,95	10,13	12,58	15,26	19,37	22,58	26,22	30,77
Transporte	12,71	15,93	14,16	18,92	32,47	27,22	36,05	24,30
Legislativa	9,96	9,95	9,50	8,68	14,51	15,59	15,74	16,30
Assistência Social	13,24	11,90	14,94	13,27	15,06	15,36	16,52	13,18
Segurança Pública	0,08	4,02	4,45	6,30	5,96	6,23	7,18	7,33
Energia	0,72	3,22	5,36	3,72	4,48	5,76	6,30	6,52
Cultura	5,26	4,35	3,88	10,21	9,67	9,05	12,64	6,52
Essencial à Justiça	3,14	2,78	3,32	3,29	3,35	4,37	4,25	5,38
Gestão Ambiental	2,06	2,14	2,90	4,41	3,47	3,21	3,69	3,59
Desporto e Lazer	2,42	2,59	3,12	2,82	5,66	3,52	3,47	3,34
Comércio e Serviços	4,85	6,66	6,31	1,37	1,54	1,37	1,51	2,32
Indústria	0,06	0,43	0,57	0,60	0,70	0,64	0,67	2,18
Encargos Especiais	4,63	8,64	7,94	5,04	2,04	2,14	2,17	1,72
Habitação	15,41	7,41	4,29	1,29	8,56	1,96	5,38	1,33
Agricultura	1,48	1,16	0,47	1,96	2,15	1,60	2,19	0,68
Direitos da Cidadania	0,70	0,05	0,03	0,04	0,02	0,50	0,67	0,50
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	251,21	268,33	298,86	323,36	371,22	374,23	411,74	395,36

Fonte: adaptado do COMPARA BRASIL (2019).

5.3.3.6 Comércio exterior

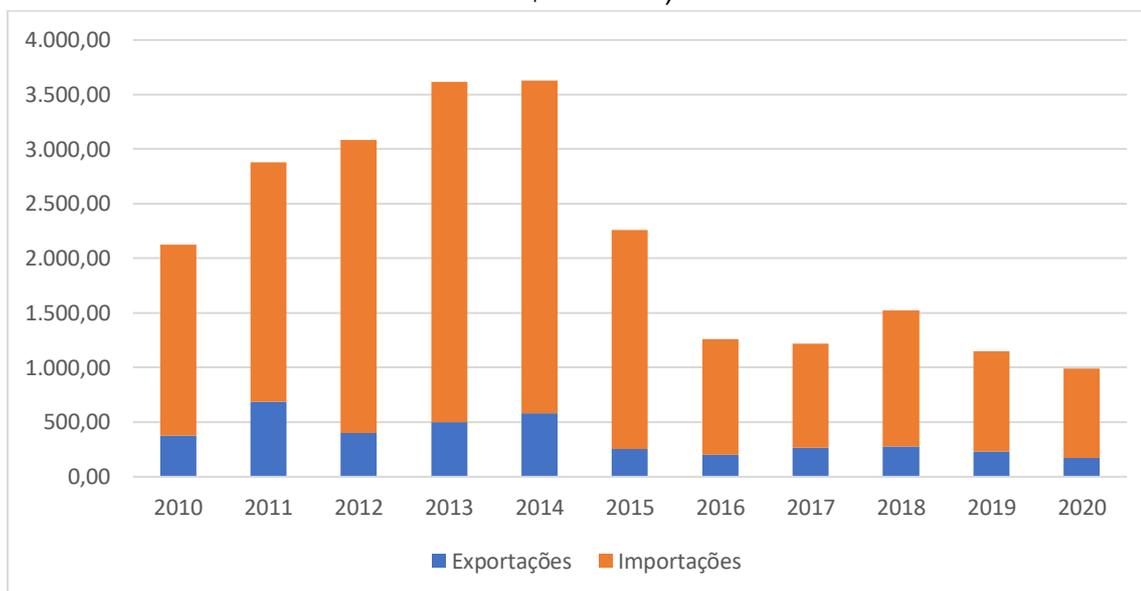
Ao longo do período analisado, o comércio de Corumbá foi deficitário, com as importações superando as exportações (valores “Free on Board” - ou seja, excluindo-se os custos de transporte e outros custos, os quais são assumidos pelo comprador, em FOB US\$ Milhões). Após atingir o pico de 3.630,00 em 2014, a abertura comercial,

medida pela soma entre ambas variáveis, decresceu, de cerca de 2.120,00 em 2010 para apenas aproximadamente 990,00 em 2020. A evolução do déficit comercial foi de -1.370,00 em 2010 para aproximadamente -640,00 em 2020 (Figura 46).

As importações formaram o padrão da abertura, iniciando a série no valor (FOB US\$ Milhões) de 1.747,00 em 2010; no valor de 3.115,00, atingiram o pico em 2013 para, seguida, declinar para 814,00 em 2020 (Figura 46). Neste ano, assim como no início da série em 2010, o Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos dominaram totalmente as importações, respondendo praticamente pela totalidade do valor (99,9%).

As exportações subiram no biênio 2010-11, de 376,00 para cerca de 687,00. A partir desta data declinaram até encerrar a série no valor de aproximadamente 175,00 em 2020 (FOB US\$ Milhões). Diferentemente das importações, as exportações foram menos concentradas em produto específico. Em 2010, em valor, as exportações se concentraram em minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites), com 73%, seguidos à distância por minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês maior ou igual a 20%, em peso, sobre o produto seco (6%) e de cervejas de malte (2%). Nos restantes 641 produtos diversos, em sete a participação no valor total das exportações foi de apenas 1% cada, enquanto os demais 634 a participação individual não atingiu 0,5% do valor das exportações. Em 2020, três produtos concentraram 86% do valor total das exportações: minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites) (40%), ferro fundido bruto e ferro spiegel (especular), em lingotes, linguados ou outras formas primárias (27%) e minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês maior ou igual a 20%, em peso, sobre o produto seco (19%); nove produtos tiveram participação de 1% cada e os remanescentes 304 produtos tiveram, individualmente, uma participação aquém de 0,5%.

Figura 45 - Evolução das exportações e importações em Corumbá (Valores FOB US\$ Milhões).

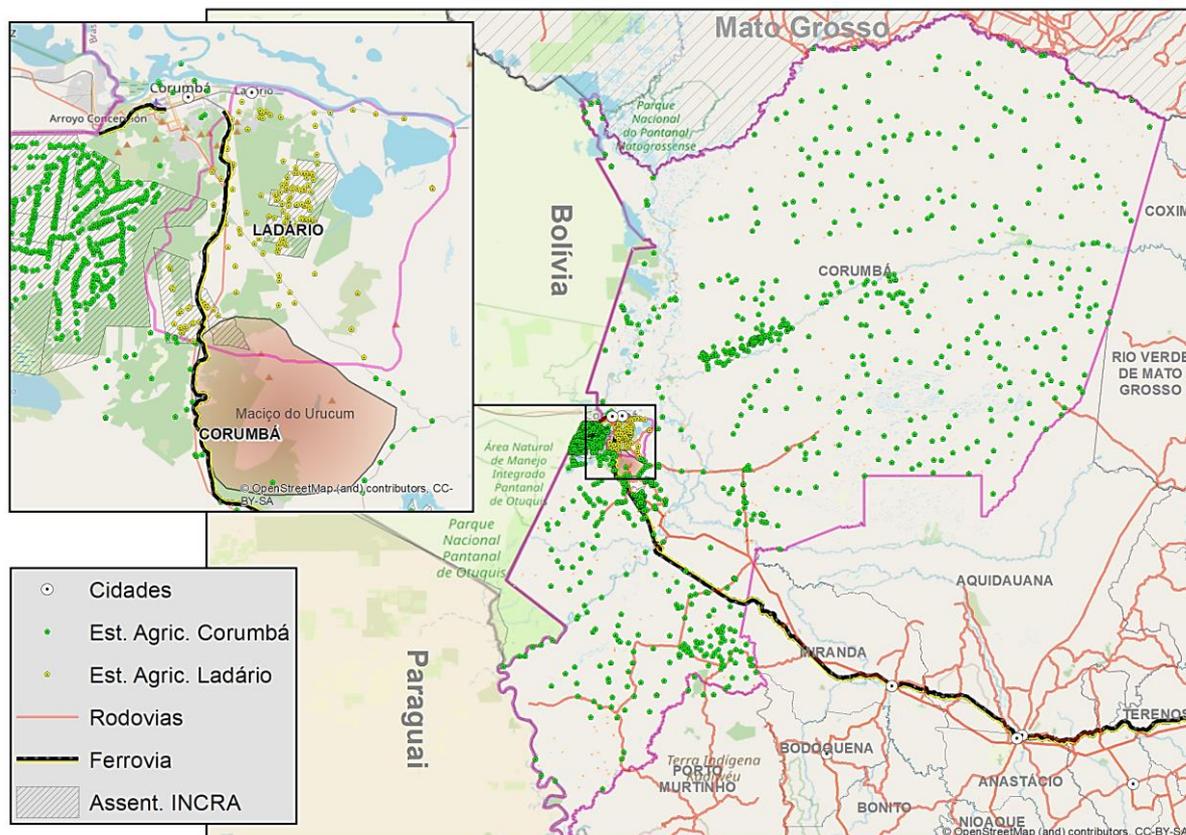


Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2020).

5.3.3.7 Agropecuária

No censo agropecuário de 2017 do IBGE, foram cadastradas 1.734 sedes de estabelecimentos agrícolas dispersas por todo o território de Corumbá (Figura 47). Esse grande número de estabelecimentos tem uma área média de 2.724,19 hectares, que corresponde à maior média do estado, o que revela a grande importância desta atividade no extenso território municipal. Apesar das suas áreas serem grandes, os estabelecimentos ocupam, em média, apenas 4,7 pessoas na sua exploração. A média de atividades de lavoura temporária é apenas de 16% e a lavoura permanente representa menos de 3%. A principal atividade agrícola cadastrada no censo foi a de pecuária, que é, em média de 78%, correspondendo a um uso médio de 66,5% das terras como pasto. A criação de bovinos é a mais expressiva, com 52% dos estabelecimentos tendo a pecuária de bovinos para corte como principal atividade e 27% tendo a produção de leite.

Figura 46 - Localização das sedes de estabelecimentos agrícolas cadastrados em Corumbá e Ladário no Censo Agropecuário do IBGE, 2017.



Fonte: IBGE (2017).

Segundo o IBGE (2019), o número de cabeças nos dois municípios está distribuído segundo a informação da Tabela 7, onde se confirma que a criação de bovinos é muito forte na região, tendo as outras espécies expressão marginal no caso de Corumbá; no caso de Ladário, os galináceos ocupam o segundo lugar. Nota-se uma quantidade importante de equinos, na linha da tradição histórica da criação de cavalos neste território. Um dado importante é o número de animais por hectare ser apenas de 0,6, bastante abaixo do valor estadual de 1,3, apontando para uma pecuária do tipo extensivo.

Outro aspecto importante é a cobertura da assistência técnica agrícola, que, segundo o Censo Agropecuário do IBGE em 2017, chega apenas a 24% dos estabelecimentos, abaixo da média estadual, que é de 36%. Além disso, a maior parte dos estabelecimentos (53%) são de Agricultura Familiar, próxima da média de 57% de Mato Grosso do Sul. Cerca de 41% dos produtores do município têm apenas escolaridade até o Ensino Fundamental, em linha com a média estadual.

Tabela 7 - Quantidade de cabeças em Corumbá e Ladário

Cabeças	Corumbá	Ladário	Total
Bovino	1.775.028	7.808	1.782.836
Bubalino	4.153	3	4.156
Equino	38.546	396	38.942
Suíno - total	4.785	119	4.904
Caprino	2.550	89	2.639
Ovino	21.356	729	22.085
Galináceos - total	58.677	6.325	65.002
Galináceos - galinhas	11.708	1.860	13.568

Fonte: IBGE (2019).

A atividade agrícola tem maior representatividade em Corumbá, sendo a produção agrícola feita para alimentação humana e dos animais. Cabe ressaltar que a atividade pecuária por meio da formação do seu rebanho (pequenos e médios animais) denota uma característica de pequenas propriedades rurais e/ou agricultura familiar (Tabela 8).

Para obter uma estimativa do consumo dos dois municípios de alguns alimentos de origem agrícola ou animal, foi consultada a tabela do IBGE da Pesquisa de Orçamentos Familiares relativa a 2017 e 2018, onde é realizada uma análise do consumo alimentar pessoal no Brasil (IBGE, 2020). Usando os dados referentes ao consumo da região Centro-Oeste, foi possível estimar o consumo das duas populações e comparar com as produções locais, igualmente, segundo o IBGE. A Tabela 8 apresenta esses resultados, mostrando, nas duas últimas colunas, o déficit/superávit entre a quantidade produzida e a quantidade consumida, segundo dados do IBGE (em verde aparece o que é produzido em excesso, que poderá ser escoado para fora dos municípios, e em vermelho o que será necessário comprar de fora).

Tabela 8 - Estimativa de consumo e produção agrícola em 2019 (IBGE)

Alimentos	Centro-Oeste (per capita)		Consumo estimado		Produção 2019		déficit/superávit	
	(g/dia)	kg/ano	Corumbá t/ano	Ladário t/ano	Corumbá t/ano	Ladário t/ano	Corumbá t/ano	Ladário t/ano
Arroz	175,80	64,17	7.190,43	1.520,05	0	0	-7.190,43	-1.520,05
Milho e preparações à base de milho	8,30	3,03	339,48	71,77	8400	3	8.060,52	-68,77
Feijão	179,90	65,66	7.358,12	1.555,50	624	1	-6.734,12	-1.554,50
Tomate	6,30	2,30	257,68	54,47	280	75	22,32	20,53
Batata doce	5,10	1,86	208,60	44,10	0,00	0,00	-208,60	-44,10
Batata inglesa	9,20	3,36	376,29	79,55	0,00	0,00	-376,29	-79,55
Mandioca	11,50	4,20	470,36	99,43	3000,00	12,00	2.529,64	-87,43
Abacaxi	1,00	0,37	40,90	8,65	20,00	0,00	-20,90	-8,65
Açaí	2,60	0,95	106,34	22,48	0,00	0,00	-106,34	-22,48
Banana	14,50	5,29	593,07	125,37	28,00	2,00	-565,07	-123,37
Laranja	10,80	3,94	441,73	93,38	20,00	0,00	-421,73	-93,38
Maçã	8,80	3,21	359,93	76,09	0,00	0,00	-359,93	-76,09
Mamão	5,90	2,15	241,32	51,01	0,00	0,00	-241,32	-51,01
Manga	3,90	1,42	159,51	33,72	0,00	0,00	-159,51	-33,72
Melancia	5,10	1,86	208,60	44,10	180,00	4,00	-28,60	-40,10
Tangerina	2,10	0,77	85,89	18,16	0,00	0,00	-85,89	-18,16
Uva	0,60	0,22	24,54	5,19	0,00	0,00	-24,54	-5,19
Ovos	9,30	3,39	380,38	80,41	67,20	12,00	-313,18	-68,41
Leite	25,90	9,45	1059,34	223,94	3615,30	546,93	2.555,96	322,99

Fonte: IBGE (2020).

5.3.3.8 Mineração

Devido à natureza de suas rochas, o maciço do Urucum (Figura 1) contém grandes reservas minerais, onde se destaca o manganês – maior reserva de manganês do Brasil – e o ferro – terceira maior reserva do Brasil, segundo Hany (2005).

A Mina de Urucum foi descoberta na época da Guerra do Paraguai e seu nome tem origem na coloração do mineral hematita, encontrado no minério de ferro, que é semelhante ao corante extraído do fruto com o mesmo nome.

Considerada uma das exceções no país, a Mina de Urucum, especializada na extração de minério de ferro e manganês, é uma das únicas a ter dois bens minerais

em uma única morraria. A produção da mina gira em torno de 2,5 milhões de toneladas de minério de ferro e cerca de 800 mil toneladas de manganês. O produto é exportado para a Argentina e países europeus por vias terrestre e fluvial. Esse volume pode se tornar ainda maior com a expansão subterrânea de manganês, prevista para acontecer nos próximos anos. A exploração destes recursos teve início em 1930 e se intensificou em meados da década de 1950, atraindo a instalação de outras unidades industriais, como a fábrica de cimento Portland Itaú e a Sociedade Brasileira de Siderurgia.

Na década de 1970, para fortalecer a mineração industrial na região, o governo de Mato Grosso criou a Mineração do Estado de Mato Grosso (Metamat) e a Urucum Mineração, tendo como acionistas o governo mato-grossense (por meio da Metamat), a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e dois pequenos grupos mineradores privados. Na década seguinte, foi lançado o projeto do pólo minero-siderúrgico de Corumbá com o apoio do Ministério das Minas e Energia, contando com a participação da Urucum Mineração (HANY, 2005).

Atualmente, as principais atividades de mineração se focam na exploração de minério de ferro e manganês, pela Mineração Corumbaense Reunida (subsidiária integral da Vale), também de minério de ferro pela Vetorial Mineração e de calcário pela Votorantim Cimentos, segundo a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (2018).

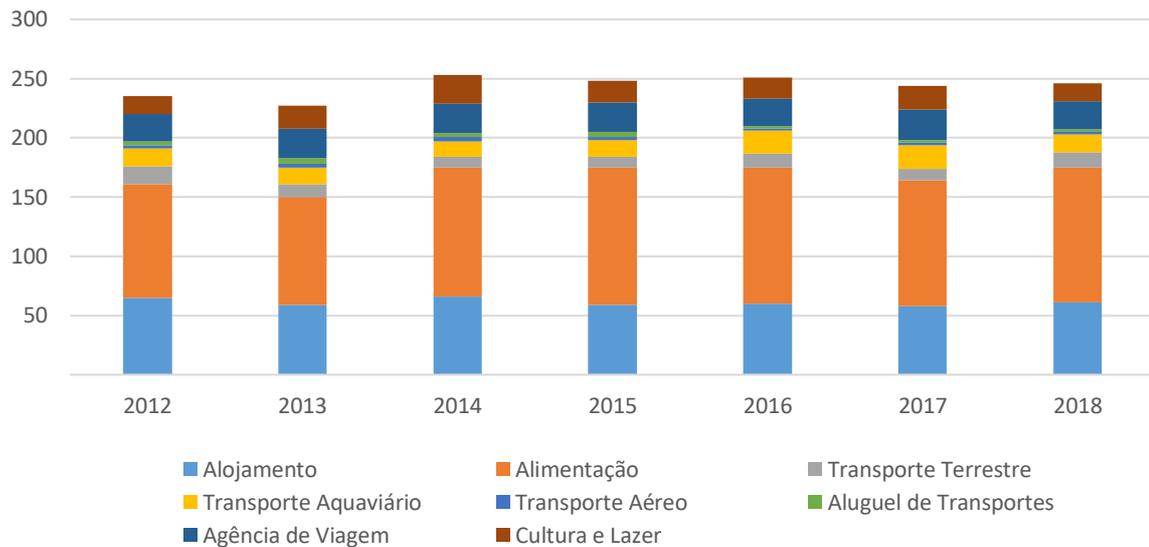
5.3.3.9 Turismo

O turismo é uma atividade relativamente recente, desenvolvida principalmente depois da segunda Guerra Mundial. É uma atividade que pode ser desenvolvida de maneira ampla em várias regiões ou cidades. Entretanto, o nível de organização das cidades, atualmente, possibilita relacionar o turismo a viagens, desde que envolvam a existência de recursos culturais e/ou naturais e a infraestrutura de apoio. Trata-se de uma indústria nacionalmente identificável e que alcança, de modo transversal, inúmeras atividades que incluem transportes, alojamentos, recreação, alimentação e outros (BARBOSA, 2005), ampliando as possibilidades turísticas para além da visão tradicional de benesses naturais. O município de Corumbá pertence à Região Turística do Pantanal e é classificada como cidade de categoria em função da quantidade de (i) estabelecimentos de hospedagem, (ii) quantidade estimada de visitantes domésticos; (iii) quantidade estimada de visitantes internacionais e (iv)

arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. (Ministério do Turismo, 2017).

A rede de Atividades Características do Turismo (ACT) está alicerçada no setor de Alimentação, mas se apresenta bastante consolidada, como mostra a Figura 48 (IPEA, 2020).

Figura 47 - Rede de Atividades Características do Turismo (ACT) em Corumbá ao longo dos anos.



Fonte: IPEA ([20--?]).

5.3.4 Síntese dos resultados

O panorama socioeconômico de síntese do município é apresentado no seguinte quadro:

Quadro 1 - Síntese de Corumbá

FUNDAÇÃO	IDHM
21 de setembro de 1778	2010: 0,700; MS: 0,729; BR: 0,727
MICRORREGIÃO	PIB per capita
Baixo Pantanal	2017 (R\$): 26.108,73; MS: 35.529,44; BR: 31.833,50
ÁREA TERRITORIAL	POPULAÇÃO OCUPADA
64 438,363 km ²	2018 (%): 15; MS: 60,5; BR: ~ 88
POPULAÇÃO ESTIMADA (2019)	RECEITA FONTES EXTERNAS
111.435; Campo Grande: 895.982	2015 (%): 73,6; Campo Grande: 55,2
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	URBANIZAÇÃO
2019 (hab/km²): 1,6; MS: 6,86; BR: 25	2010 (%): Vias públicas: 33,4; Campo Grande: 33,4; População: 90; MS: 86; BR: 84
TAXA DE HOMICÍDIOS	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2019 (homic./100mil): 29,6; MS: 14,4	2010 (%): 19,3; MS: 24,2; BR: 61,8
APRENDIZADO ADEQUADO ATÉ 5º ANO	ANALFABETISMO POP. ADULTA
2017 (%): Matemática: 23; Português: 40; MS: 45; 59	2010 (+25 anos, %): 7,85; MS: 9,72
ÍNDICE DE GINI	EXTREMA POBREZA
2010; 2019: 0,559; 0,509; MS: 0,560; 0,485; BR: 0,609; 0,518	2010 (%): 4,3; MS: 3,6; BR: 8,5
MORTALIDADE INFANTIL	SALÁRIO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES FORMAIS
2017 (ób/mil hab.): 17,48; MS: 10,57; BR: 12,8	2018 (R\$): 2.671,20; MS: 2.500,00
MASSA SALARIAL E OUTRAS REMUNERAÇÕES	NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES ATUANTES
2010; 2018 (R\$ MM): 268 ; 540,5	2010; 2018: 1.760; 1.480

Fonte: autores (2020).

5.4 LADÁRIO

A sede do município de Ladário dista a 421 km da cidade de Campo Grande, capital do estado, e se localiza no noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul (coordenadas 19°0'18"S; 57°36'07"O), sendo um enclave do município de Corumbá (IBGE, 2019), como mostra a **Error! Reference source not found.**. Além disso, se localiza a 6 km de Corumbá (sentido norte-leste) e a 121 metros de altitude (CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO, 2020).

A formação histórica do Ladário remonta o séc. XVIII, cuja origem está ligada a um ponto de apoio na fundação de Corumbá, que, por sua vez, estava sendo constituída com o objetivo de barrar os invasores de outras coroas europeias. Ladário inicialmente fora distrito de Corumbá, sendo elevado à categoria de município somente em 11 de dezembro de 1953, quando foi desmembrado do município de Corumbá (IBGE, 2020; PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO, 2019).

O município pertence à Região de Integração do Pantanal, juntamente com mais 4 municípios, sendo o menor em termos territoriais e demográficos (Tabela 9). É o único, dentre os municípios desta região, que não possui áreas protegidas segundo estudo da dimensão territorial do estado do Mato Grosso do Sul (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Tabela 9 - Dados gerais dos municípios da Região do Pantanal.

Município	Município de origem	População (2013)	Extensão territorial (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Anastácio	Aquidauana	24.534	2.949,13	8,32
Aquidauana	Miranda	46.830	16.957,75	2,76
Corumbá	Cuiabá	107.347	64.962,72	1,65
Ladário	Corumbá	21.106	340,77	61,94
Miranda	Corumbá	26.670	5.478,83	4,87

Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2015).

5.4.1 Estrutura organizacional

Ladário integra o Arranjo Populacional Internacional de Corumbá/Brasil. Isso denota uma dinâmica de articulação com Corumbá que tanto pode indicar complementariedade de serviços, quanto dependência. Ladário é considerado um município de pequeno porte que, de acordo com o Regiões de Influência do IBGE (REGIC, 2018), desempenha papel na hierarquia urbana como um Centro

Subregional B (3B). Para melhor compreendermos esse papel urbano podemos observar alguns pontos:

A gestão e a governança municipais são temas chave na execução e formulação das políticas públicas e tem se tornado estratégicas, sobretudo, pelo papel que os municípios têm na autonomia para o provimento de serviços e bens públicos. A gestão encontra dificuldade, principalmente, em institucionalizar os projetos políticos, abrindo espaço para a descontinuidade de políticas (VELOSO et. al., 2011). Isso se dá em função da falta de capacitação e qualificação da gestão pública que configura um quadro administrativo que tende a ser formado por vínculos administrativos temporários e baixa formação escolar. Em Ladário, onde o prefeito possuía Ensino médio (2º Grau) completo e cuja gestão finda em 2020, tinha um quadro da administração pública formada por uma maioria de funcionários estatutários (Figura 49), o que corrobora para bons níveis de continuidade de projetos políticos.

Figura 48 - Porcentagens dos tipos de Vínculo da Administração Direta em Ladário.



Fonte: IBGE MUNIC (2018).

Uma forma relevante de observar a qualidade da gestão municipal é monitorar o Índice de Gestão Municipal (IGM-CFA) desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração. O IGM-CFA consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Como referido, foi elaborado a partir de dados secundários, e considera áreas como saúde, educação, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, transparência,

violência, dentre outras. Ladário possui um IGM de 5,67 e pertence ao Grupo 3 de municípios que possuem de 20.001 a 50.000 habitantes e o PIB *per capita* de até R\$ 15.463,00. O melhor desempenho neste grupo de municípios possui uma nota de 8,12. O índice baixo de Ladário se dá, sobretudo, pelo lado das Finanças, cujo índice alcança apenas 3,22, segundo a pesquisa (CFA, 2018).

Conforme mencionado, além da administração pública local o desenvolvimento necessita de uma boa rede de serviços que agrega infraestruturas lançadas no território, servindo, tanto à circulação do capital, como de apoio à gestão pública, auxiliando na governança territorial. Encontram-se de maneira multilocalizada e com estrutura de organização hierárquica, refletindo a maneira como o território é gerido em várias escalas. Conformam uma rede que serve para disseminar decisões e realizar serviços, além de promoverem a justiça, recolhimento de demandas, tributos e levantamento de dados sobre a realidade do País. São fundamentais para a manutenção do equilíbrio federativo. Fazem parte dessa rede de infraestrutura de apoio à gestão pública: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Justiça Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho, e, inclusive, o IBGE (2014). Ladário possui uma rede de serviços bem modesta, possuindo apenas: 1 Agência dos Correios; 3 Agências Bancárias e 1 Casa Lotérica. Os serviços responsáveis pela promoção de justiça estão sob a jurisdição de Corumbá.

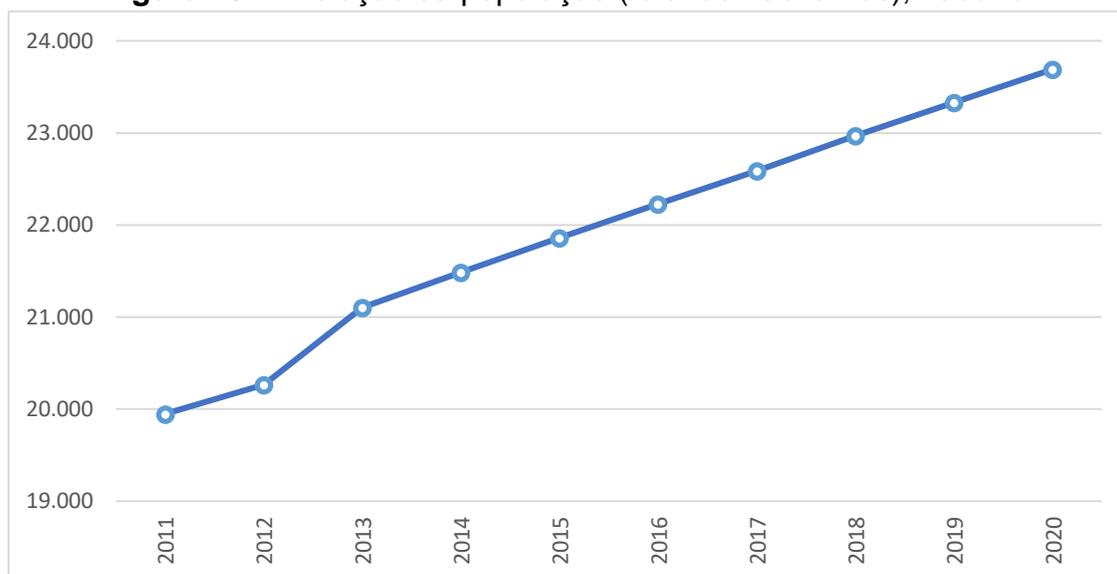
Segundo o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC) do IPEA (<https://mapaosc.ipea.gov.br/>), Ladário conta com 53 OSCs, onde 40 são associações privadas, 11 são religiosas e 2 são fundações privadas.

5.4.2 Perfil social

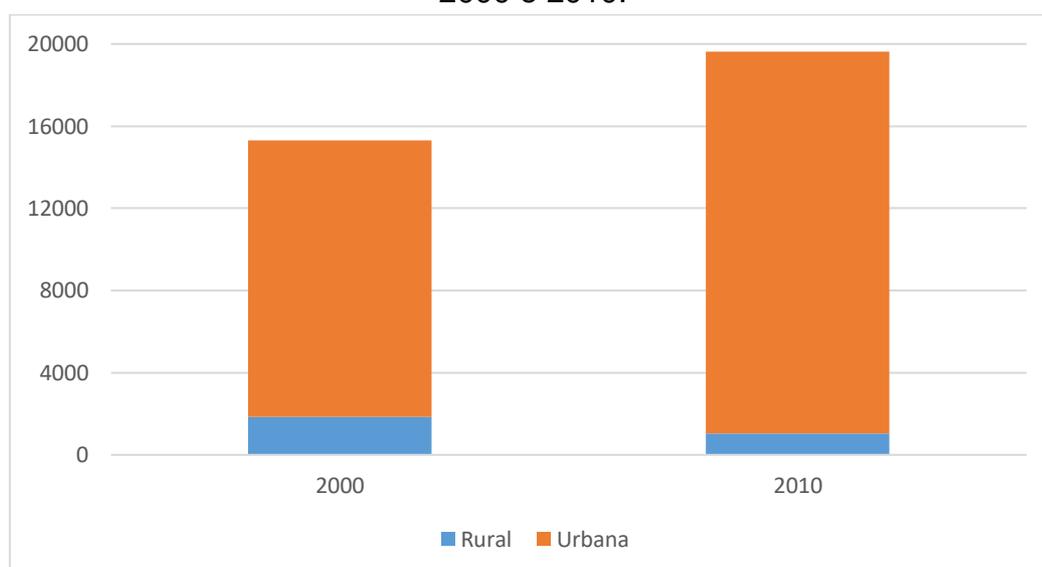
5.4.2.1 Demografia

A população estimada aumentou de aproximadamente 20 mil para cerca de 24 mil habitantes de 2011 para 2020, uma taxa de crescimento geométrico de 2% no período (Figura 50), o dobro daquela verificada nas regiões de referência de Mato Grosso do Sul e Brasil. A densidade demográfica aumentou de 56 para 67 habitantes por km² no referido período (IBGE).

Trata-se também de um município predominantemente urbano, conforme podemos observar nas distribuições da população por situação de domicílio (Figura 51) e pelos 94,65% de taxas de urbanização que o município apresentava em 2010.

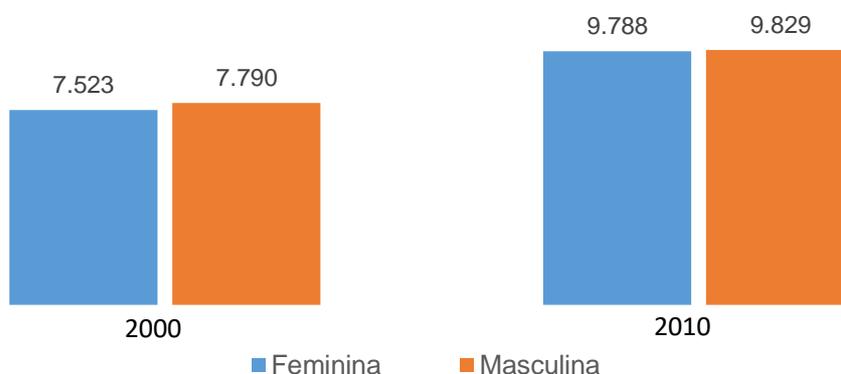
Figura 49 - Evolução da população (total de habitantes), Ladário.

Fonte: adaptado do IBGE (2020).

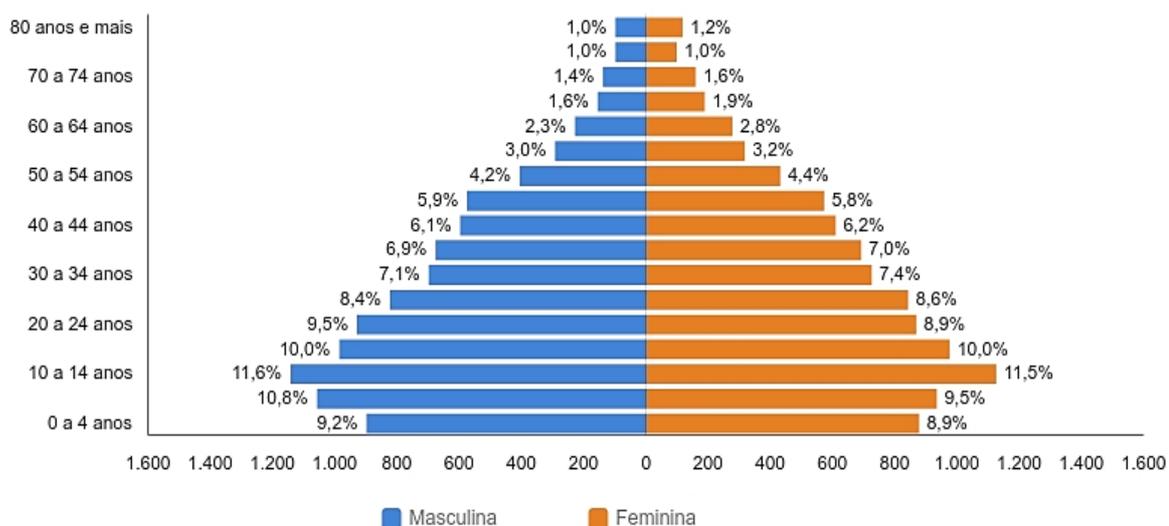
Figura 50 - Distribuição populacional por situação de domicílio segundo os censos 2000 e 2010.

Fonte: IBGE, Censos de referência ([20--?])

A população do município é jovem e com ligeira dominância do gênero masculino (Figura 52), conforme nos mostra a pirâmide etária do município (Figura 53), e possui baixas taxas de envelhecimento com somente 5,38% da população. Há, portanto, moderados níveis de relação entre o número de idosos e o de jovens, isto é, a relação entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 0 a 14 anos de idade (IBGE, 2010).

Figura 51 - População por sexo em Ladário nos censos 2000 e 2010.

Fonte: IBGE (2010).

Figura 52 - Pirâmide etária do município de Ladário.

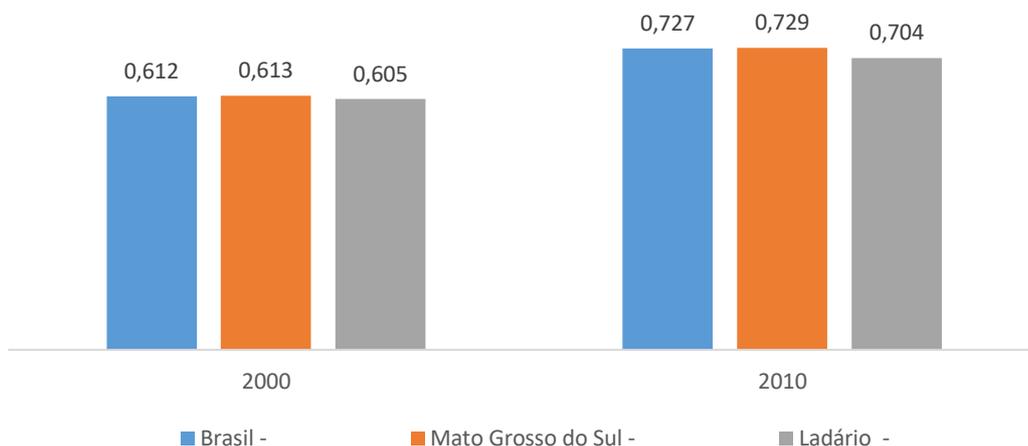
Fonte: IBGE (2010).

5.4.2.2 Vulnerabilidade social

Este município também apresenta significativos percentuais de pessoas jovens até 15 anos, ou seja, que é uma parcela da população que é considerada vulnerável, mas que também são uma garantia de renovação do mercado de trabalho (CARVALHO, 2004). Outro ponto significativo são os baixos percentuais de idosos, corroborados pelos moderados índices de razão de dependência com 56,61. Estes índices expressam, sobretudo, a maior presença de pessoas menores de 15 anos, bem significativas neste município.

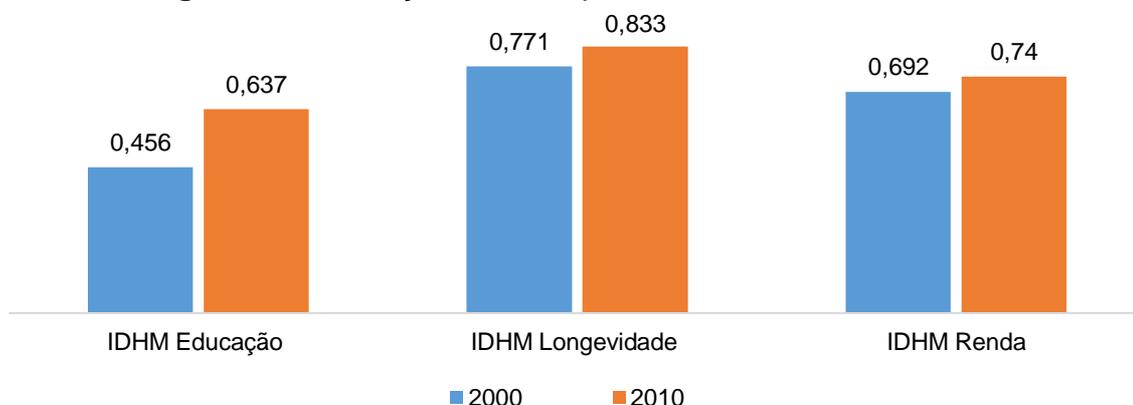
Ladário apresenta um contexto de desenvolvimento humano favorável com IDHM alto. O IDHM passou de 0,605 em 2000, para 0,704, em 2010, apresentando um incremento geométrico de 2% no período. Embora o IDH de Ladário tenha crescido, ainda assim continua inferior ao IDH do estado do Mato Grosso do Sul e Brasil (Figura 54). A melhoria do IDH de Ladário se deve, sobretudo, pelo avanço da componente de educação, como mostra a Figura 55 (ATLAS BRASIL, 2013). O IDHM Educação leva em consideração o fluxo escolar de crianças e jovens, medindo a frequência escolar na série adequada à idade do aluno; e caracteriza a escolaridade da população adulta.

Figura 53 - Índice de Desenvolvimento Humano de Ladário em comparação com o estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: IBGE (2010).

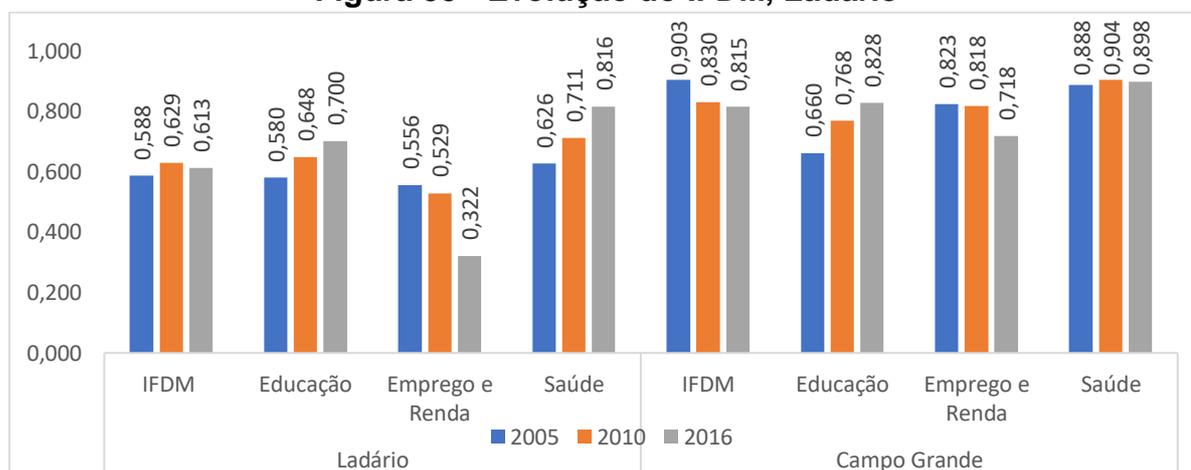
Figura 54 - Evolução dos componentes do IDHM de Ladário.



Fonte: IBGE (2010).

Na perspectiva do IFDM, houve um desenvolvimento regular a moderado em Ladário no período entre 2005 e 2016, contrariando a tendência de queda da região de referência de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, e seus níveis foram apenas 65% e 75% nas referidas datas, respectivamente. Tal elevação geométrica (0,4%) foi explicada por elevações das componentes da saúde (2%) e educação (2%), que mais do que compensaram a grande redução na componente emprego e renda (-5%). Em Campo Grande ocorreu, nas duas primeiras componentes, um aumento de 0,1% e 2%, respectivamente; entretanto, a redução (-1%) na componente emprego e renda resultou numa queda do IFDM geral (-1%), mas o município de manteve na faixa de Alto desenvolvimento (Figura 56).

Figura 55 - Evolução do IFDM, Ladário

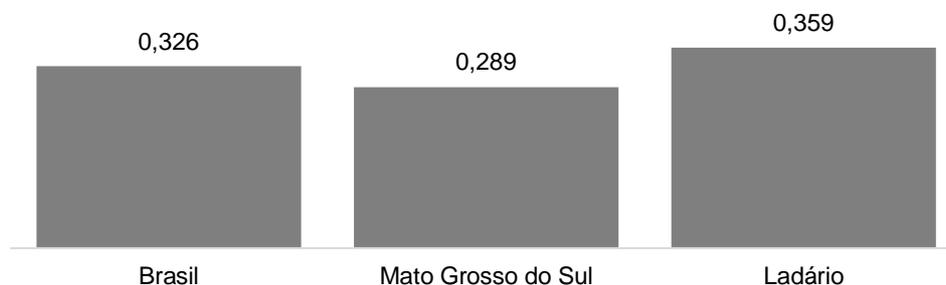


Fonte: adaptado do FIRJAN (2019).

De acordo com os dados do Atlas Brasil e IPEA Ladário possui um Índice de Vulnerabilidade Social⁷ de 0,359 (Figura 57), indicando baixa vulnerabilidade. Importante pontuar que se trata de um índice que considera a vulnerabilidade a partir das conjunturas de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Dentro dessas componentes, trabalho e renda melhorou mais no período entre censos (Figura 58).

⁷ O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. O cálculo dos subíndices, utilizam-se de dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010, com seus respectivos pesos. Na construção de cada dimensão do IVS, utilizam-se pesos equivalentes para cada indicador, onde foram aplicados parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-los em um indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000. O valor próximo de 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Figura 56 - Índice de Vulnerabilidade Social de Ladário em comparação com estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: IPEA (2017).

Figura 57 - Evolução das componentes do Índice de Vulnerabilidade Social de Ladário.



Fonte: IPEA (2017).

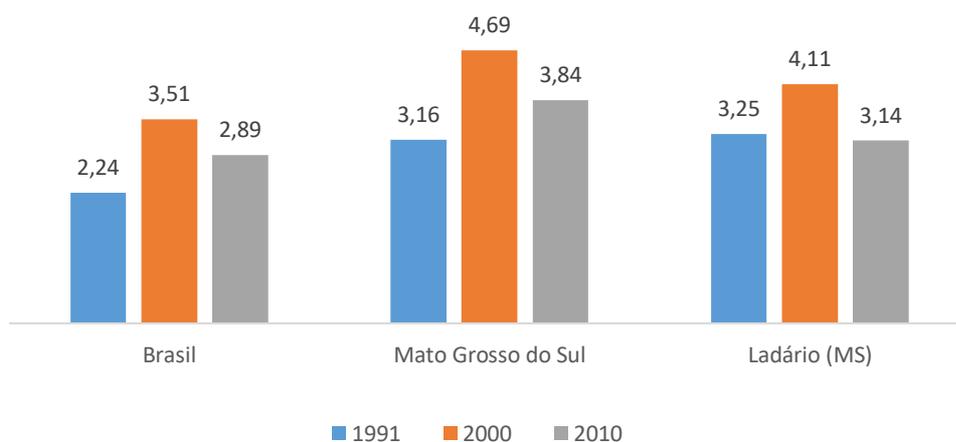
Embora trabalho e renda tenha sido a componente que mais melhorou, entre 2000 e 2010, o município de Ladário consta de 1.202 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando cerca de 18,68% da população do município que recebeu um benefício de R\$ 184,96, em 2020. Há, em Ladário, cerca de 2.450 famílias vivendo com renda de até meio salário mínimo. Um contexto que expõe apenas uma das facetas da vulnerabilidade que, dentre outros, pode ser compreendida como um contexto de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano” (IPEA, 2017), mas também “através da ausência ou insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos

pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional” (COSTA et. al., 2018, p. 16).

Nesse contexto é possível apontar, ainda, alguns indicadores que contribuem na compreensão desse contexto, tais como:

% de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos: encontrado a partir da razão entre as mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária, este grupo tem apresentado uma dinâmica de oscilação entre os censos. Os dados de 2010 expressam um avanço que o coloca com indicador melhor que o do próprio estado do Mato Grosso do Sul. Todavia, ainda apresenta nível alto quando comparado ao do Brasil (Figura 59).

Figura 58 - Evolução dos % de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.

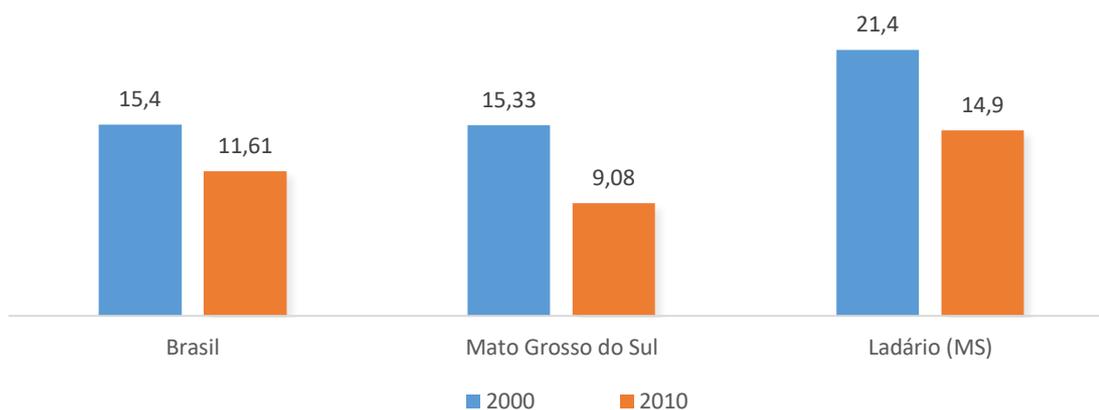


Fonte: Atlas Brasil (2020).

% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza: encontrado a partir da razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população total nesta faixa etária. Define-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. Nesse cálculo são considerados apenas os domicílios particulares permanentes. São dados que expressam o contexto da população, já caracteristicamente vulnerável,

associado ao seu meio. Ladário apresenta um contexto delicado, que possui uma tendência de queda, entretanto, ainda exige atenção (Figura 60).

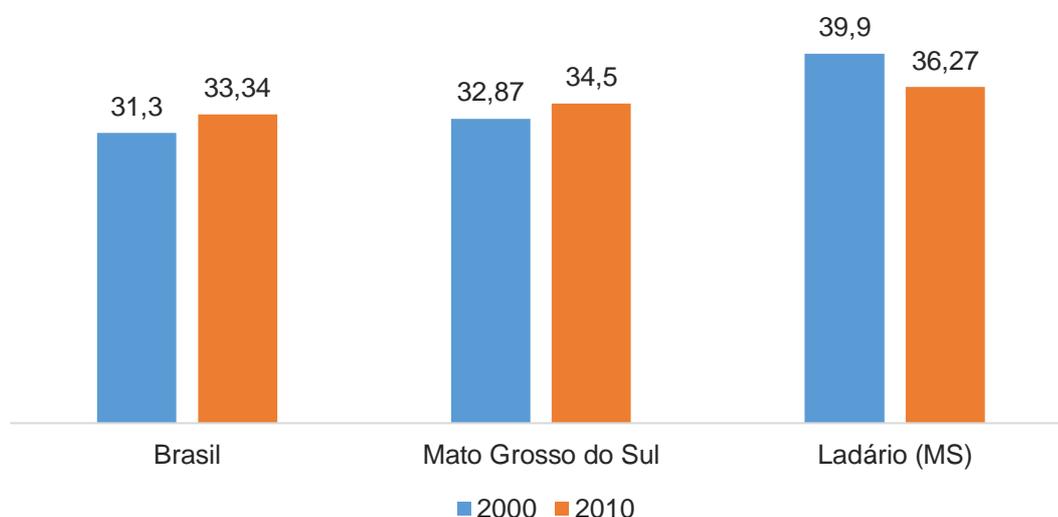
Figura 59 - Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

% de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária: compreende a razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população vulnerável nessa faixa etária. Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes. É um grupo etário bastante significativo na população de Ladário e tem diminuído ao longo dos últimos censos, como podemos ver na Figura 61; todavia, ainda representa percentuais altos que requerem atenção.

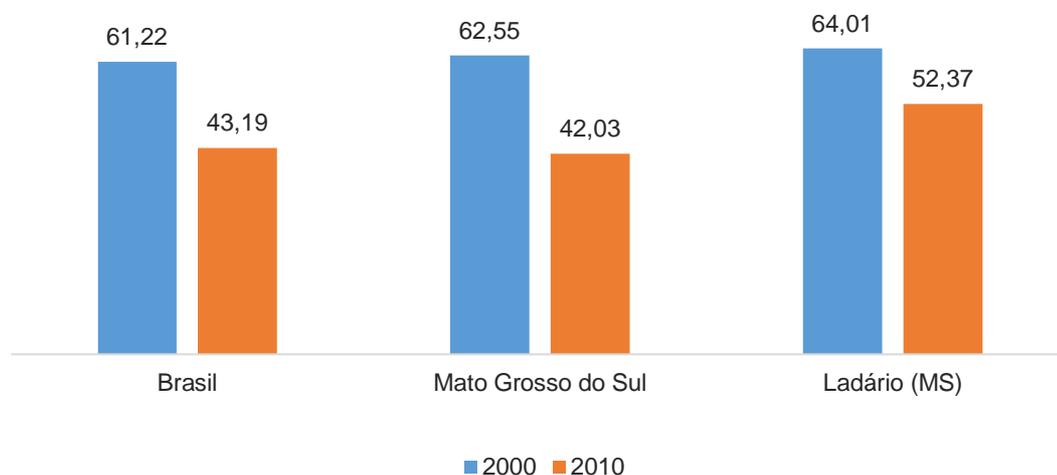
Figura 60 - Evolução dos % de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade: obtido a partir da razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes e os mesmos expressam uma significativa densidade de mulheres nesse contexto. Embora seja um indicador que tenha apresentado queda, entre os censos 2000 e 2010, Ladário possui percentuais maiores que os do estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil, merecendo atenção (Figura 62).

Figura 61 - Evolução dos % de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade em comparação ao estado do Mato Grosso e Brasil.

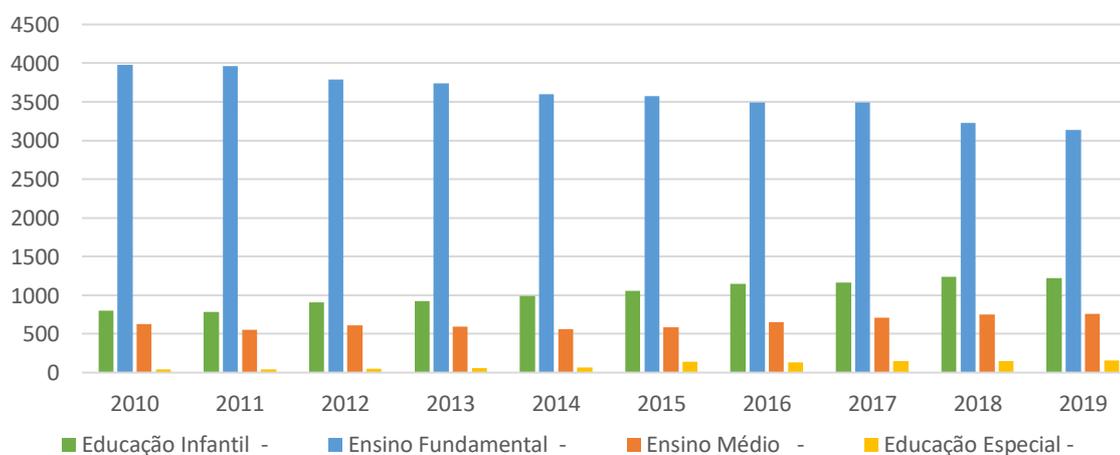


Fonte: Atlas Brasil (2020).

5.4.2.3 Educação

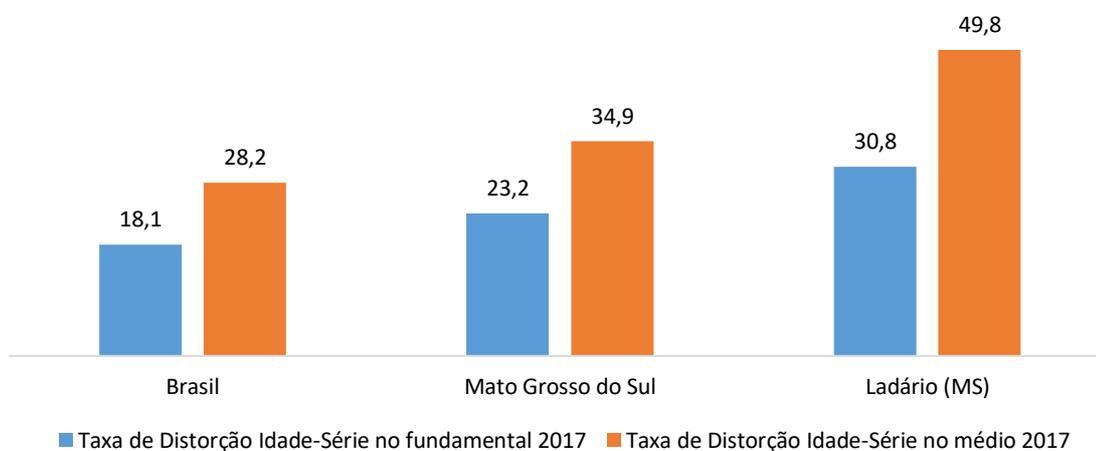
A frequência escolar no município tem aumentado em algumas etapas de ensino (Figura 63). Todavia, as taxas de distorção idade-série, no município, para o ensino fundamental e ensino médio, em 2017, apresentam-se acima das taxas do Mato Grosso do Sul e do Brasil (Figura 64). No que diz respeito às taxas de adequação idade-série, tendem a diminuir à medida que a idade aumenta (Figura 65).

Figura 62 - Evolução do número de matrículas no município de Ladário.



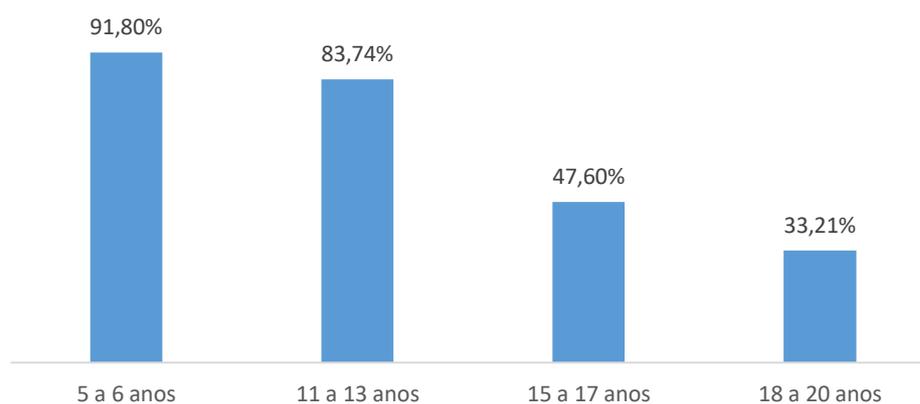
Fonte: INEP (2020).

Figura 63 - Taxa de Distorção Idade-Série para o ensino fundamental e ensino médio, em 2017.



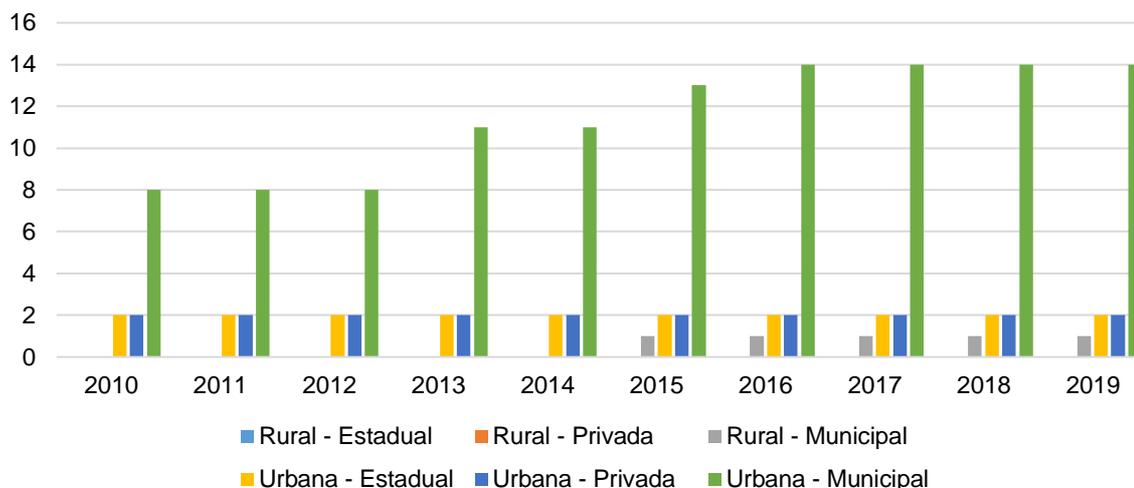
Fonte: Atlas Brasil (2020).

Figura 64 - Taxa de Adequação Idade-Série em Ladário em 2010.



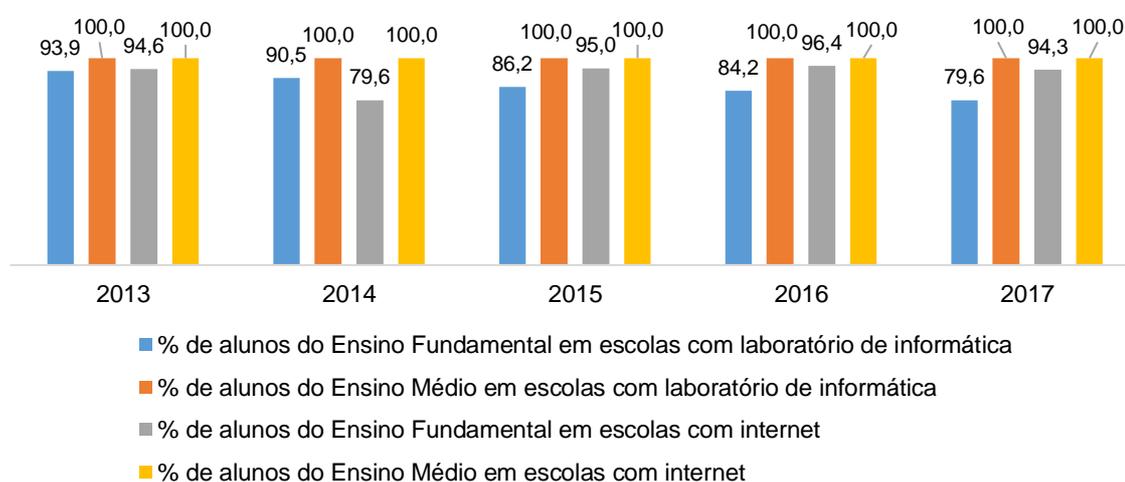
Fonte: Atlas Brasil (2020).

Se os índices de educação em Ladário apresentam desempenhos com tendência de crescimento, a infraestrutura de apoio tem acompanhado. Dados do Censo Escolar de 2019 apontam aumento no número de estabelecimentos de ensino (Figura 66), notando-se a extensão da rede de ensino municipal às áreas rurais do município, ampliando o acesso da população a educação e criando um cenário favorável à diminuição da evasão escolar.

Figura 65 - Evolução do número de estabelecimento de ensino em Ladário.

Fonte: INEP (2020).

O crescimento do número de estabelecimentos tem sido acompanhado pela ampliação de infraestruturas como laboratórios de informática e acesso à internet (Figura 67) nas etapas de ensino fundamental e médio.

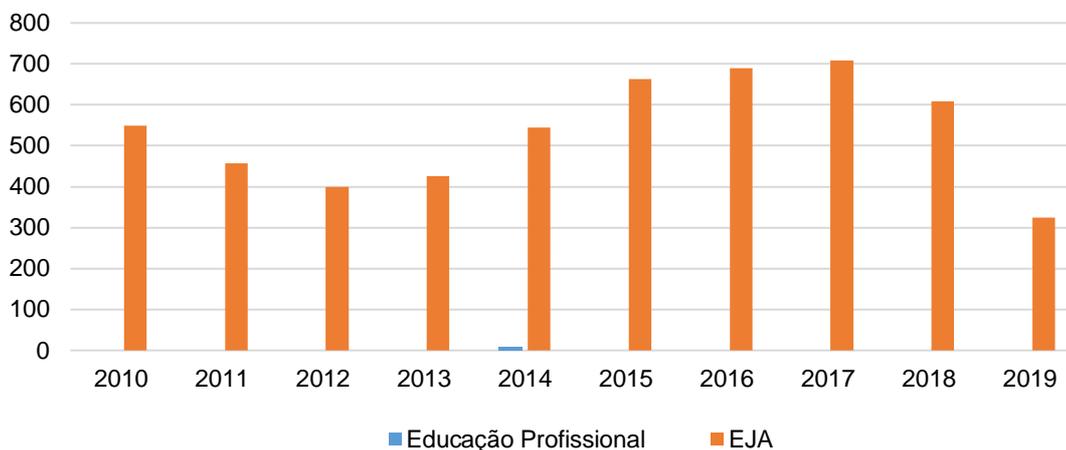
Figura 66 - Evolução da infraestrutura de Laboratórios de informática em Ladário.

Fonte: INEP (2019).

A escolaridade dos adultos, em Ladário, se caracteriza por um aumento na expectativa de anos de estudo da população. De 2000 até 2010, o aumento foi de 1,09%, e atualmente o município possui 9,76 anos de expectativa de estudos. A Figura 68 mostra que o número de matrículas relacionadas à educação de jovens e adultos

tem oscilado bastante e se concentra principalmente no programa EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Figura 67 - Número de matrículas relacionada à educação de jovens e adultos em Corumbá.

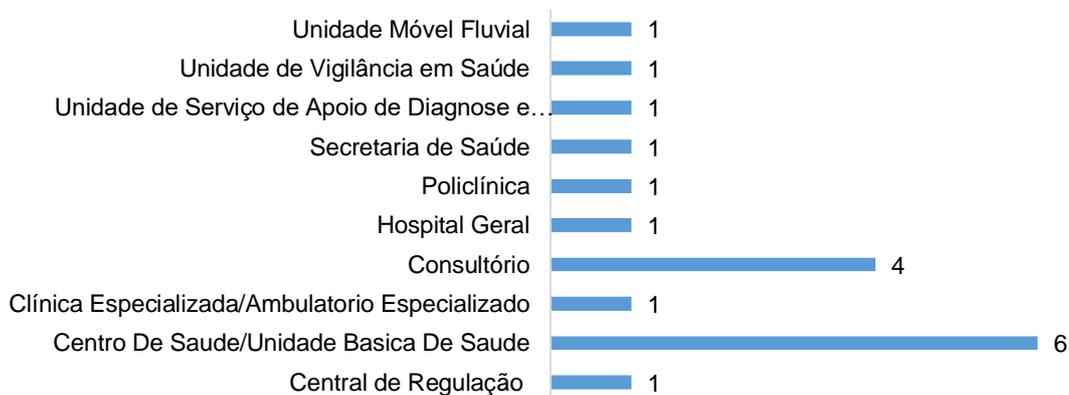


Fonte: INEP (2020).

5.4.2.4 Saúde

Segundo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, o município possui 18 estabelecimentos dessa natureza (Figura 69). O número de estabelecimento tem se mantido estável nos últimos cinco anos, apontando uma dependência em termos de atendimento de média e alta complexidade do município de Corumbá e adjacências. Toda essa infraestrutura pode ter influenciado indicadores importantes como as taxas de mortalidade infantil (DATASUS, 2020).

Figura 68 - Estabelecimentos de Saúde em Ladário, em 2020.



Fonte: CNES (2020).

Em 2019, com uma população estimada de 23.331 habitantes (IBGE, 2020), com base em alguns indicadores, o acesso à saúde no município foi superior ao da região de referência de Campo Grande. Ladário apresentou cerca de 3,3 mil habitantes por equipe de saúde da família (apenas 46,3%) contra aproximadamente 7,2 mil verificados na região de referência e, com a atenção integral, a sua taxa de cobertura da atenção básica foi aproximadamente o dobro. A cobertura hospitalar foi também superior, com cerca de aproximadamente 3,9 mil habitantes (aproximadamente 7%) a ser assistidos por hospital, contra cerca de 60 mil em Campo Grande (Tabela 4).

Entretanto, a população por assistir esperada pelas Unidades Básicas de Saúde na região de referência foi de 12 mil habitantes, contra quase o dobro de pessoas em Ladário, ou seja, a sua população total: 23,3 mil. Com relação ao número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), a região de referência apresentou maior acesso, tendo uma quantidade de leitos que lhe permitiu assistir 681 habitantes por leito contra ausência de acesso a leitos em Ladário. Já o número de leitos que não são do SUS, o município de Campo Grande apresentou 89 vezes mais unidades; como consequência, a estimativa de assistência da sua população foi de cerca de mil pessoas por leito em 2019, contra mais do que o dobro para Ladário (cerca de 2,33 mil). Campo Grande teve aproximadamente 130 vezes mais médicos que Ladário, o que lhe permitiu ter disponíveis ao longo de 2019 mais de 3 médicos para assistirem mil habitantes contra apenas um desses profissionais de saúde para cuidar o mesmo número de pessoas em Ladário (Tabela 4).

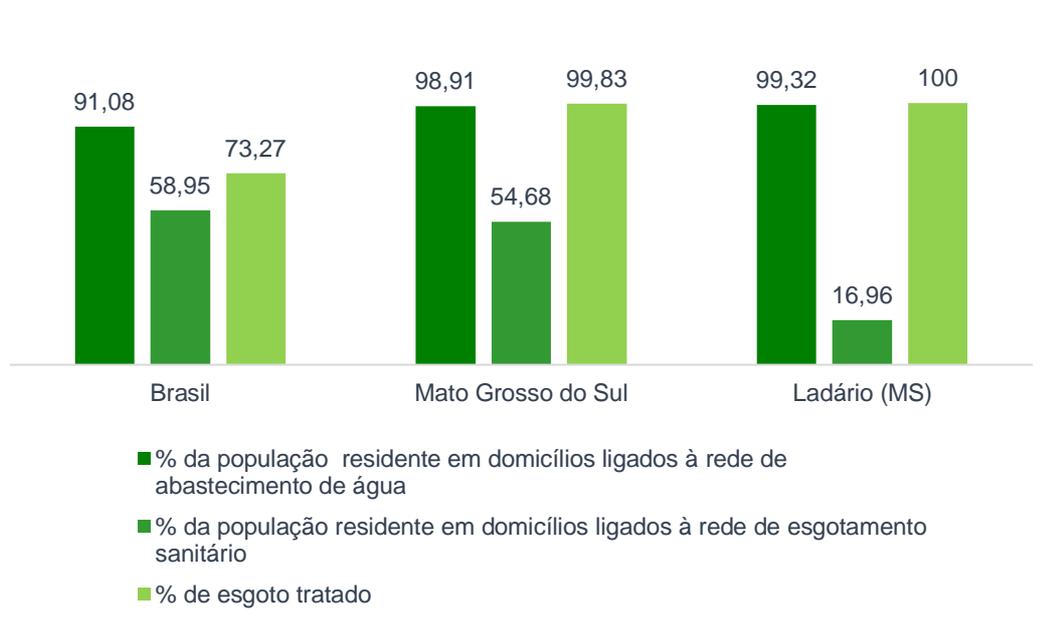
Apesar de ter apresentado uma taxa de mortalidade infantil (mortes por mil nascidos vivos) relativamente alta em 2010, no período de 2000 a 2010 o município melhorou: nesses anos, o rácio entre a taxa do município e daquela verificada nas regiões de referência do Estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil foi de 0,86 e 1,05, e 0,72 e 1,14, respectivamente. O IDH de Ladário é considerado alto (0,704). Coerente com este nível, o município aumentou a sua esperança de vida ao nascer, um dos componentes do IDH e relacionado ao acesso à saúde, entre 2000 e 2010. Nesses anos, o rácio entre a esperança de vida no município e nas regiões de referência do Estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil foi de 1,02 e 0,99, e 1,04 e 1,01, respectivamente (Tabela 4).

O incremento da longevidade se relaciona ao acesso a saúde por parte da população e refletiu no aumento do IDHM de Ladário. Este indicador aponta a

melhoria das condições de vida e saúde, podendo o seu crescimento ser, além dos aspectos discutidos acima, reflexo de:

Condições urbanísticas: o município apresentava, em 2010, apenas uma taxa de 11,4% de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010). Entretanto, segundo dados mais recentes do PNUD Brasil, Ipea e FJP (ATLAS BRASIL, 2020), o município melhorou a cobertura em 0,03%, saltando de 14,2%, em 2013, para 16,96%, em 2017. Essa melhoria de acesso foi superior ao desempenho do Brasil (0,014%) e inferior ao do estado do Mato Grosso do Sul (0,56%), no mesmo período. Todavia, desde 2013, o município possui 100% de esgoto tratado na cidade. No que diz respeito ao abastecimento de água, houve um suave decréscimo de -0,003 em 5 anos (de 2013 a 2017); entretanto, em 2017 possuía uma significativa cobertura de 99,32% de domicílios com acesso, nível superior ao do Brasil (91,8%) e ao do estado do Mato Grosso do Sul (98,91%), como mostra a Figura 70).

Figura 69 - Infraestrutura Urbana do município de Ladário em comparação ao Brasil e estado do Mato Grosso do Sul, em 2017.



Fonte: Atlas Brasil (2020).

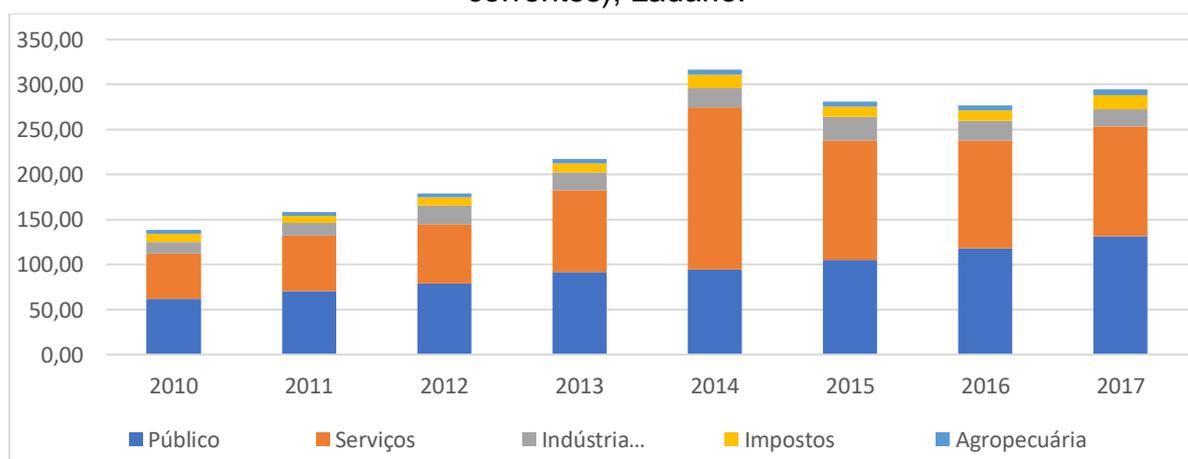
5.4.3 Estrutura da economia local

Tal como no caso de Corumbá, será traçado o perfil da economia local por meio da análise das principais variáveis econômicas, começando pela análise da estrutura do PIB municipal.

5.4.3.1 Evolução do PIB

Em 2017, os setores público e serviços apresentaram as maiores participações na economia: 45% e 42% do PIB total, respectivamente; foram seguidos pela indústria e pela agropecuária, com participações de 7% e apenas 2%, respectivamente. O PIB total de Ladário cresceu (em milhões de Reais correntes) de aproximadamente 140,00 em 2010 para o pico de cerca de 317,00 em 2014, reduzindo para quase 285,00 em 2017, uma taxa de crescimento geométrico de 11% no período. O PIB de Ladário oscilou pouco, somente após 2014, mas a sua estrutura se manteve praticamente constante, com o setor público (refletindo negativamente na baixa participação dos impostos no PIB, uma média de apenas 5%) e os serviços apresentando as maiores participações – com a liderança do primeiro setor no primeiro triênio e alternância nessa liderança a partir de 2014. A evolução da distribuição setorial mostra que existe um grande espaço de crescimento para os demais setores, sobretudo agropecuária e a indústria, os quais devem ser estimulados para se potencializar a diversificação econômica considerando que várias produções atuais estão aquém do consumo potencial, calculado com base no consumo *per capita* e na estimativa de população do IBGE (Figura 71 e Tabela 8).

Figura 70 - Evolução da Estrutura do PIB (valores adicionados em milhões de Reais correntes), Ladário.

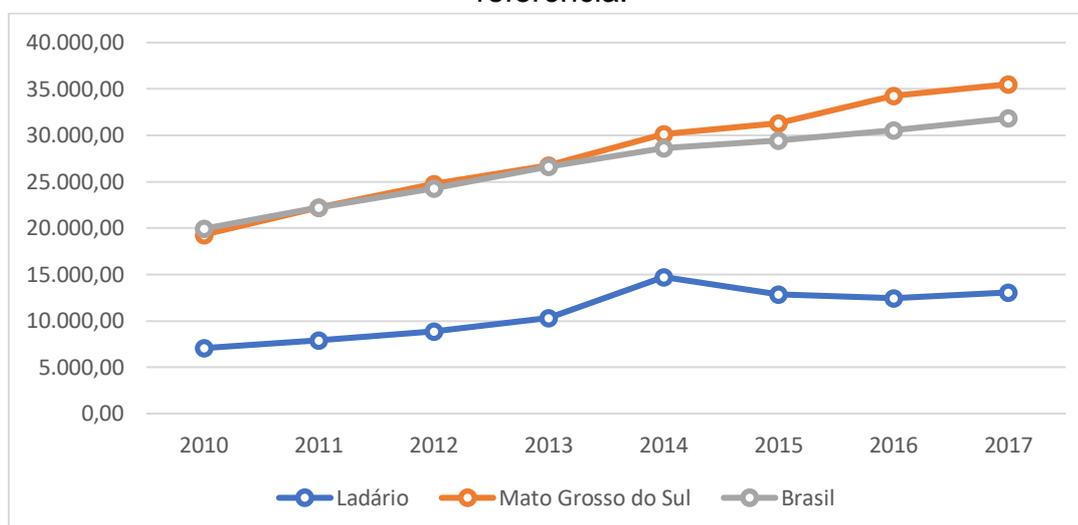


Fonte: adaptado do IBGE (2019).

O PIB *per capita* de Ladário aumentou de aproximadamente R\$7,1 mil em 2010 para cerca de R\$13,1 mil em 2017, uma taxa de crescimento de 9%, contra 9% e 7% verificada nas regiões de referência do Estado de Mato Grosso do Sul e Brasil,

respectivamente. Esse crescimento foi consistente de 2010 até o pico de aproximadamente R\$14,7 mil em 2014, seguido de uma queda com ligeira oscilação até 2017. A análise dos rácios mostra considerável desigualdade de PIB *per capita* entre Ladário e as regiões de referência: em 2010, o rácio entre o PIB *per capita* de Ladário e do Mato Grosso do Sul e Brasil era de apenas 0,37 e 0,35, respectivamente; em 2017, os rácios eram de somente 0,37 e 0,41. Considerando o PIB *per capita* como *proxy* da produtividade do trabalho, este resultado mostra diferenças abissais entre o município e as regiões de referência, as quais são constantes ao longo do tempo em rela o ao Estado e praticamente constantes em rela o ao Brasil (Figura 72).

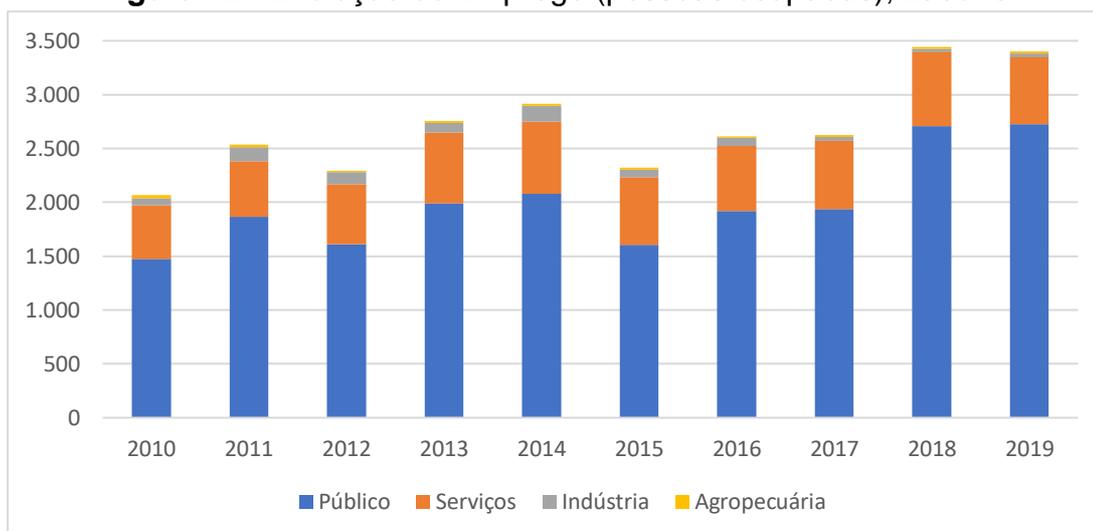
Figura 71 - Evolu o do PIB per capita (R\$ correntes), Ladário e regiões de referência.



Fonte: adaptado do IBGE (2019); Mato Grosso do Sul (2020).

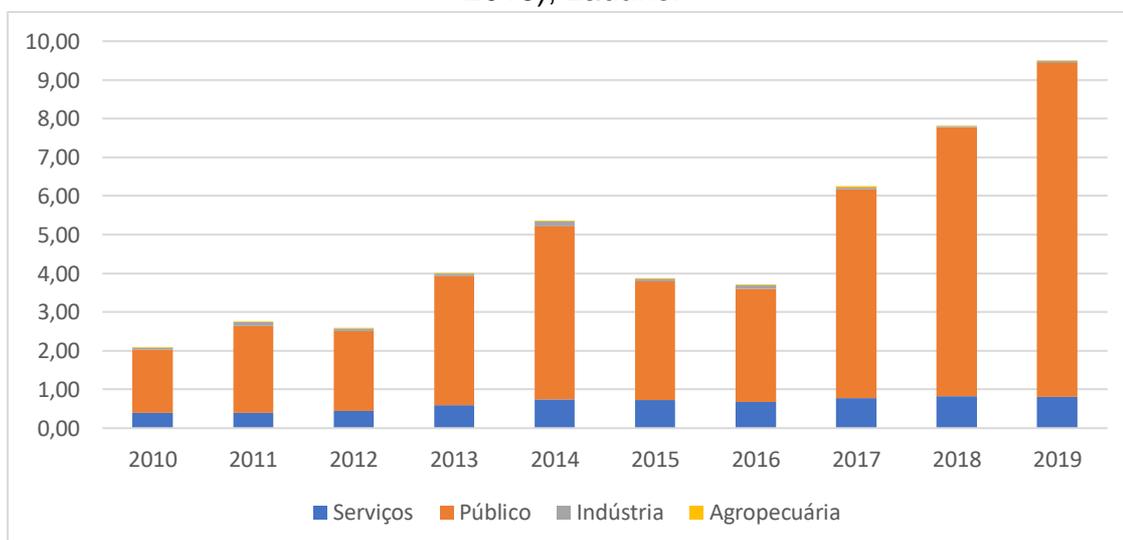
5.4.3.2 Emprego formal e massa salarial

Durante o período analisado, o emprego total variou de 48.453 em 2012 para 49.797, máximo do período analisado, em 2013; em seguida, apresentou uma ligeira oscila o, reduzindo-se para 42.945 em 2017. Verificou-se, com oscila o, uma redu o da participa o do emprego industrial no total, variando de 53% para 32% de 2012 para 2017. O emprego no setor de serviços ocupou o segundo lugar, apresentando um aumento moderado, com oscila o, na participa o no emprego total de 40% para 43% no referido período (Figura 73).

Figura 72 - Evolução do Emprego (pessoas ocupadas), Ladário.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

A massa salarial (em milhões de Reais correntes) cresceu na forma de til, de aproximadamente 2,10 em 2010 para quase 5,4 em 2014; depois desta data, reduziu-se para 3,70 em 2016 para, em seguida, apresentar um crescimento íngreme até 10,00 em 2019. Claramente, a massa salarial foi dominada pelo setor público, o qual teve uma participação média de 83% e variando de 79% a 91% ao longo da série; ao contrário do desejável, os serviços tiveram participação média de apenas 15%, oscilando entre 9% e 19%, com as menores taxas sendo verificadas nos últimos anos (Figura 74).

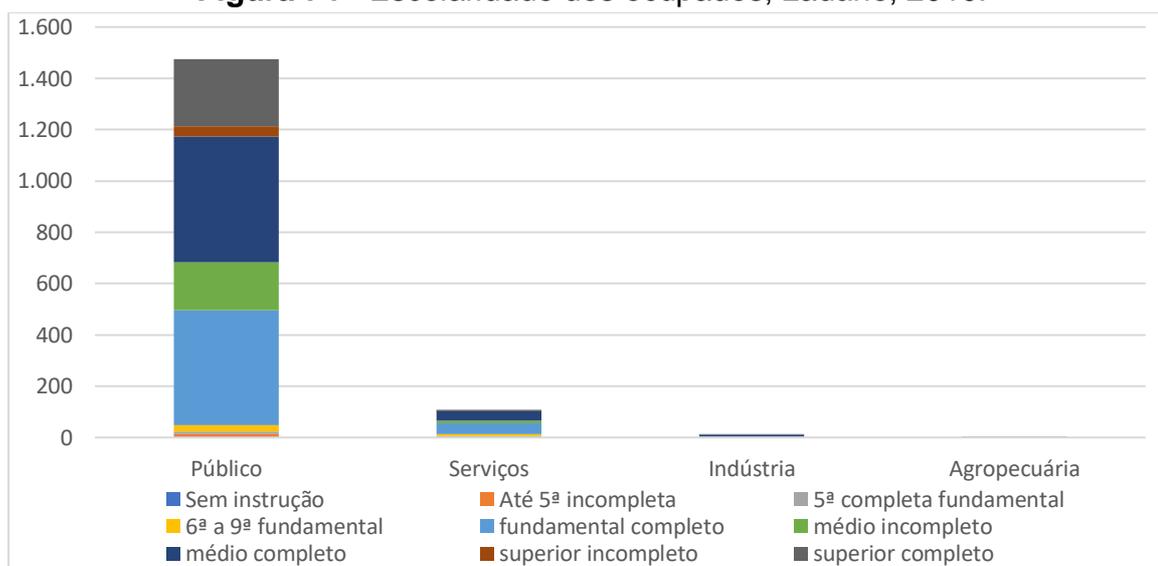
Figura 73 - Evolução da massa salarial (valores em milhões de Reais constantes de 2018), Ladário.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

5.4.3.3 Escolaridade dos ocupados

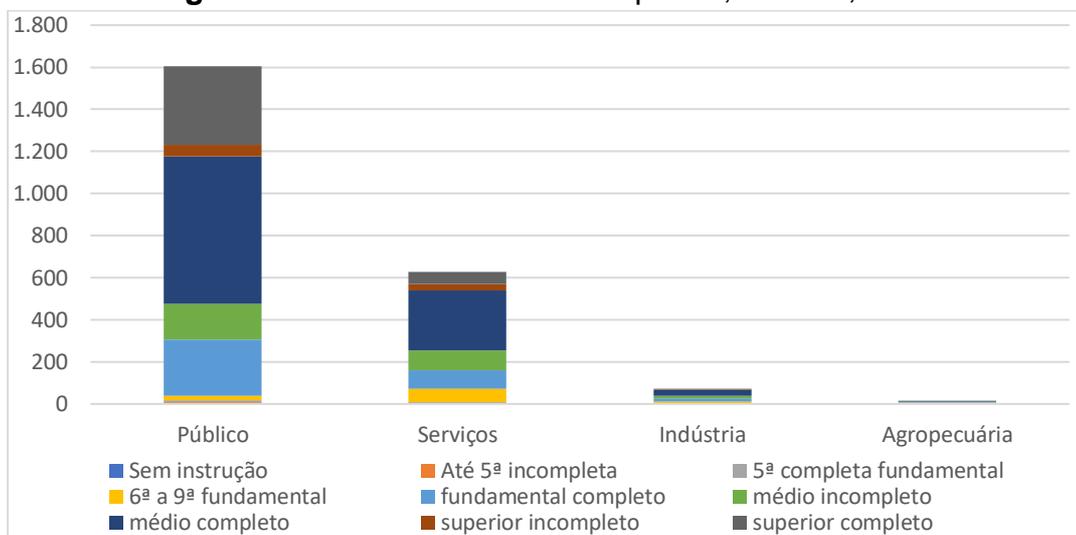
O setor público liderou pelo número de ocupados nos anos selecionados, com o segundo colocado, o setor de serviços, tendo apenas 7%, 39% e 15% dos ocupados em 2010, 2015 e 2019, respectivamente. Em 2010, entre os ocupados no setor público, 33%, 30% e 18% tinham ensino médio, fundamental e superior completos, respectivamente. No setor de serviços, 41% e 33% tinham ensino fundamental e médio completos, respectivamente. Na indústria, 67% e 17% dos ocupados tinham ensino médio completo e a 5ª série completa do fundamental, respectivamente. O setor agropecuário tinha apenas quatro ocupados, sendo três com ensino fundamental completo e um com escolaridade na faixa de 6ª a 9ª séries do ensino fundamental (Figura 75).

Figura 74 - Escolaridade dos ocupados, Ladário, 2010.



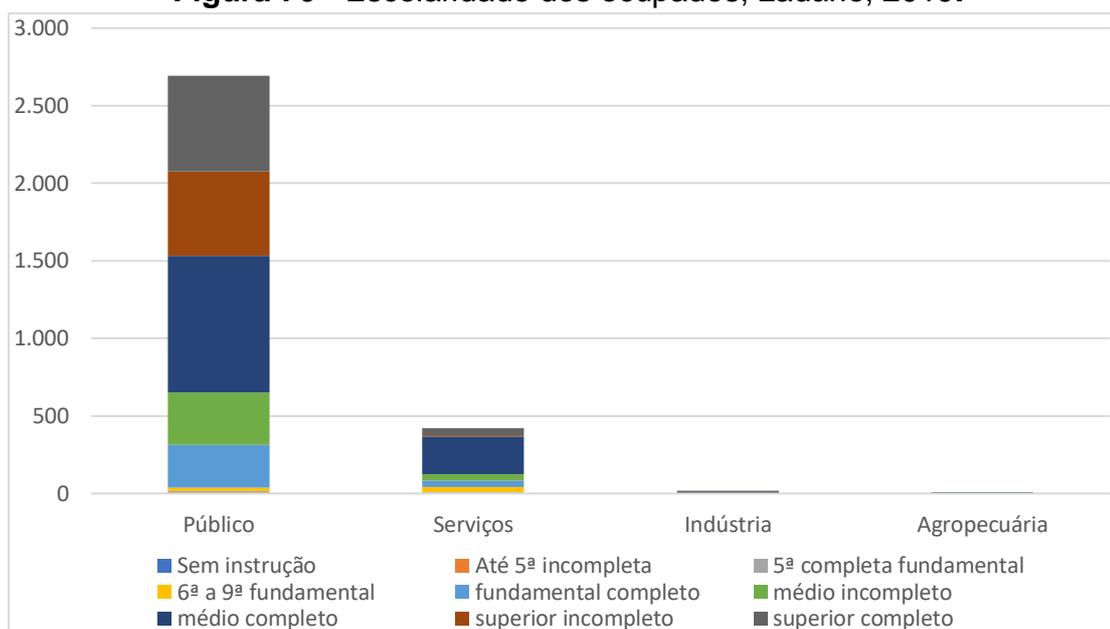
Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

Em 2015, entre os ocupados no setor público, 44%, 17% e 23% tinham ensino médio, superior e fundamental completos, respectivamente. No setor de serviços, 46%, 15% e 14% tinham ensino médio completo, médio incompleto e fundamental completo, respectivamente. Entre os ocupados na indústria, 38%, 22% e 15% tinham ensino médio completo, fundamental completo e médio incompleto, respectivamente. O setor agropecuário apresentou baixos níveis educacionais dos seus ocupados, pois 13% não tinham instrução e 25% tinham até 5ª série incompleta; outros 25% e 19% tinham ensino médio e fundamental completos, respectivamente (Figura 76).

Figura 75 - Escolaridade dos ocupados, Ladário, 2015.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

Em 2019, entre os ocupados no setor público, 33%, 23% e 20% tinham ensino médio completo, superior completo e médio incompleto, respectivamente. No setor de serviços, 58%, 11% e 11% tinham ensino médio, superior e fundamental completos. Na indústria, 75% e 13% dos ocupados tinham ensino médio e superior completos, respectivamente. O setor agropecuário, novamente, apresentou baixos níveis educacionais dos seus ocupados, com 13% sem instrução e 25% com escolaridade de 6ª a 9ª série fundamental; 38% e outros 25% tinham ensino médio completo e incompleto, respectivamente (Figura 77).

Figura 76 - Escolaridade dos ocupados, Ladário, 2019.

Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2019).

5.4.3.4 Empresas

O número de empresas locais se reduziu, com oscilações, de 157 em 2010 para cerca de 142, uma taxa geométrica de -1%. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas liderou ao longo de toda série (uma média de 32% do total das empresas), com pelo menos aproximadamente 45 empresas em cada ano. Existe uma grande concentração setorial das empresas. Dos 18 setores existentes na economia local, apenas quatro - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; outras atividades de serviços; Transporte, armazenagem e correio; e Administração pública, defesa e seguridade social – concentraram uma média de aproximadamente 2/3 do total das empresas, variando de 62% em 2015 a 70% em 2014. Estes setores tiveram mais de 10 empresas anualmente. No nível seguinte encontram-se quatro setores – com o número de empresas que varia de 5 a 15 - que responderam, em conjunto, por uma média cerca de 22% do total das empresas, com a participação variando de 18% em 2014 a 28% em 2015. A participação conjunta dos restantes 10 setores apresentou uma média de 13% ao longo da série, oscilando entre 10% (em 2015) e 16% (em 2013). Estes resultados sugerem a existência de oportunidade de expansão da grande maioria dos setores e introdução de novos para diversificar a economia local (Tabela 10).

Tabela 10 - Evolução do número de empresas locais por setor, Ladário.

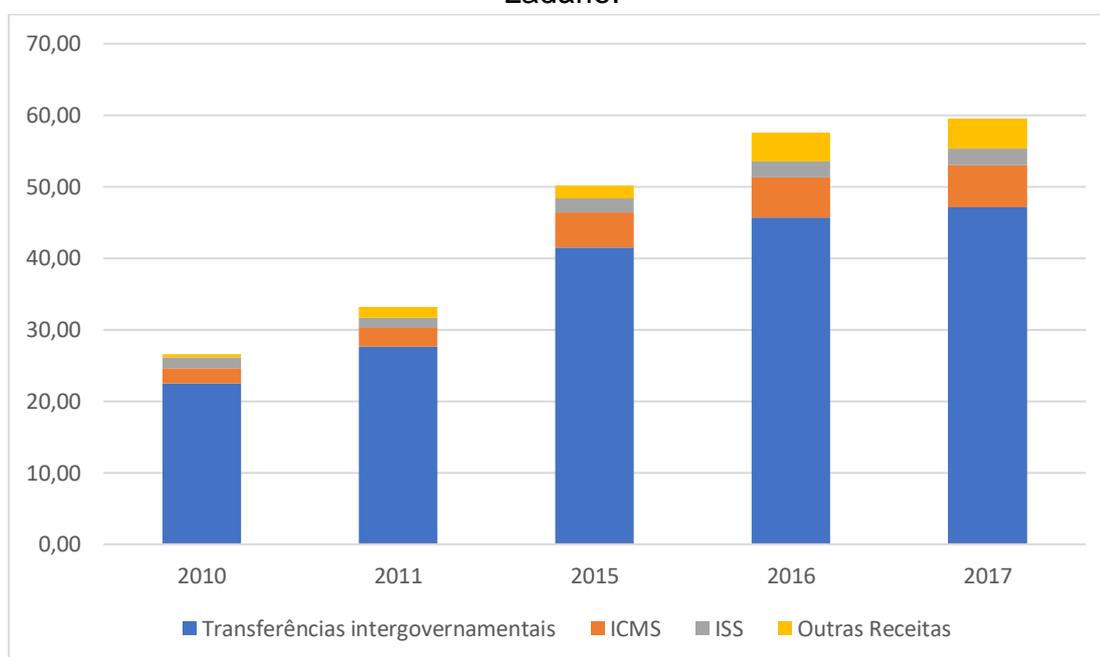
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	50	59	43	44	43	50	48	48	52
Transporte, armazenagem e correio	11	12	11	14	15	13	13	16	16
Administração pública, defesa e seguridade social	16	16	16	16	18	18	17	17	16
Alojamento e alimentação	9	9	6	9	9	10	9	12	11
Atividades administrativas e serviços complementares	7	9	8	7	7	9	6	10	11
Outras atividades de serviços	24	21	27	16	22	14	19	13	8
Educação	6	11	8	5	3	15	13	6	6
Indústrias de transformação	10	11	5	7	6	9	7	8	5
Saúde humana e serviços sociais	2	3	2	3	2	2	1	3	5
Construção	9	8	7	7	3	5	4	3	4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados			2	2	3	3	3	3	2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2	2	1	2	1	2	3	2	2
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1	1	1	1	2		2	1	1
Eletricidade e gás							1	1	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação					1	1	1	1	1
Informação e comunicação	4	2	1	2	1	1	1	1	1
Indústrias extrativas			1	1		1	1	1	
Artes, cultura, esporte e recreação	6	6	6	4	4	1	6		
Total	157	170	145	140	140	154	155	146	142

Fonte: adaptado do IBGE (2019).

5.4.3.5 Contas municipais

A receita municipal aumentou no período de 2010 a 2017. Nesse período, a receita total (em milhões de Reais correntes) cresceu de aproximadamente 27 para cerca de 60. Assim como em Corumbá, a receita total foi dominada pelas transferências intergovernamentais, cuja participação na receita total oscilou entre 79% e 84%. Outras fontes de receita tiveram uma participação muito pequena, destacando-se o ICMS, que variou de 8% para 10% da receita no referido período (Figura 78).

Figura 77 - Evolução da Receita Municipal (valores em milhões de Reais correntes), Ladário.

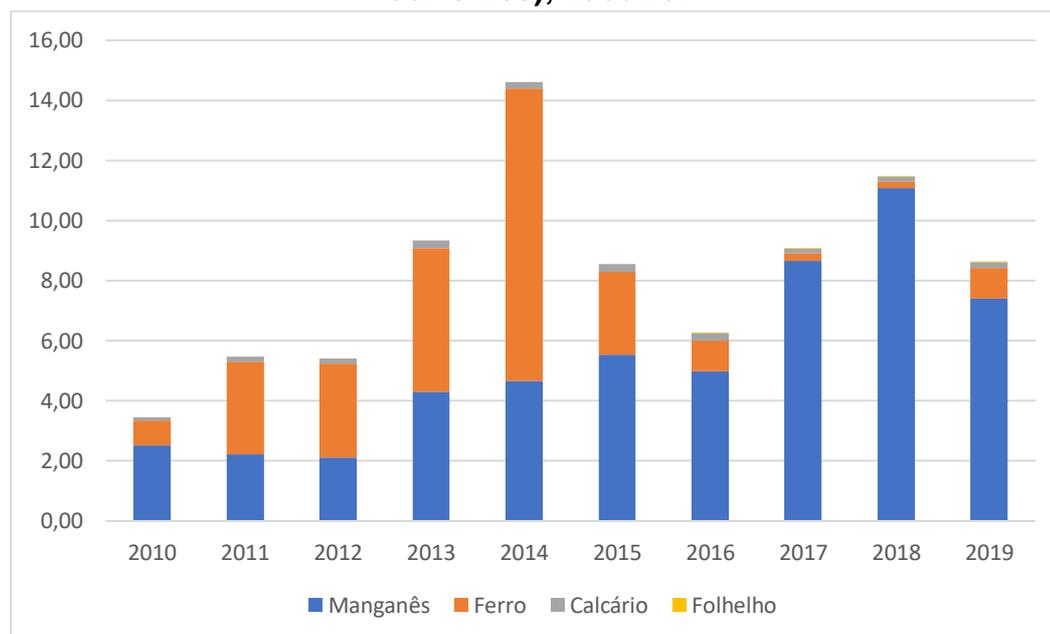


Fonte: adaptado do COMPARA BRASIL ([20--?]).

A CFEM arrecadada (em milhões de Reais correntes) pelo município cresceu 2,5 vezes durante o período analisado, de aproximadamente 3,50 em 2010 para quase 9,00 em 2019. A evolução da CFEM experimentou dois ciclos, sendo o primeiro de 2010 até o pico com aproximadamente 15,00 em 2014; após este ano, ocorreu o segundo ciclo com a queda da CFEM seguida de aumento até o pico em 2018, com aproximadamente 12,00. A CFEM foi essencialmente dominada pela arrecadação associada a extração do manganês ou do ferro, mas em momentos distintos. Em 2014, a extração do manganês contribuiu com 74% na arrecadação total da CFEM. Entre 2011 e 2014, a extração de ferro liderou a participação na CFEM, oscilando

entre 51% e 67%; após 2015, a situação se inverteu, com a extração do manganês contribuindo com pelo menos 80% na CFEM total (no valor de aproximadamente de 5 milhões de reais), consistente com o crescimento do índice de preços de *commodities* dos respectivos minérios nesse período⁸, como se vê na Figura 79.

Figura 78 - Evolução da CFEM Arrecadada (valores em milhões de Reais correntes), Ladário.



Fonte: adaptado da Agência Nacional de Mineração (2019).

Por sua vez, as despesas públicas municipais por função (em milhões de Reais correntes) variaram de 25,32 em 2010 para 45,90, um crescimento geométrico de 9%. Entre as 19 áreas de atuação, seis concentraram a despesa, cujo percentual, em conjunto, oscilou entre 89% e 96%. Dentre as dez áreas podemos destacar três sub-grupos; o primeiro envolve apenas educação; com nível de pelo menos aproximadamente 9,00, observou um crescimento geométrico superior aquele verificado no total das despesas, de 11% no período; o segundo grupo envolve as áreas de administração e saúde, cuja despesa individual superou a barreira de 6,00 a partir de 2013; o terceiro grupo inclui as restantes três áreas, cuja despesa não alcançou 3,10 (assistência social e legislativa) e não chegou a atingir 7,00 entre 2010 e 2012 e 6,00 após essa última data (urbanismo). A despesa nas restantes 13 áreas

⁸ Disponível em: <https://www.indexmundi.com/commodities/>.

não atingiu 1,20 ao longo da série, exceto para a área da cultura, com 1,82 em 2015 (Tabela 11).

Tabela 11 - Evolução das despesas públicas por função (valores em milhões de Reais correntes), Ladário.

	2010	2011	2012	2013	2015	2016	2017
Educação	8,74	9,55	13,42	14,58	16,11	18,09	17,78
Administração	4,57	4,98	4,80	8,85	9,15	11,41	9,83
Saúde	4,84	5,22	5,79	6,56	7,02	8,14	7,48
Assistência Social	1,93	2,57	2,96	2,79	3,09	3,08	2,54
Urbanismo	4,33	6,68	6,85	2,89	4,81	5,36	2,10
Legislativa	0,00	1,09	1,27	1,32	1,68	1,57	2,05
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,59	1,04	1,15	0,86
Cultura	0,22	0,51	0,84	0,62	1,82	0,61	0,82
Energia	0,00	0,00	0,00	0,43	0,92	1,04	0,77
Encargos Especiais	0,32	0,42	0,39	0,18	0,43	0,24	0,56
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,47	0,54
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,06	0,26	0,34	0,27
Desporto e Lazer	0,00	0,04	0,04	0,04	0,20	0,20	0,21
Judiciária	0,01	0,20	0,32	0,02	0,19	0,22	0,06
Direitos da Cidadania	0,21	0,18	0,14	0,04	0,13	0,12	0,04
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,15	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,25	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25,32	32,05	36,88	38,98	47,00	52,03	45,90

Fonte: adaptado da COMPARA BRASIL (2019).

5.4.3.6 Comércio exterior

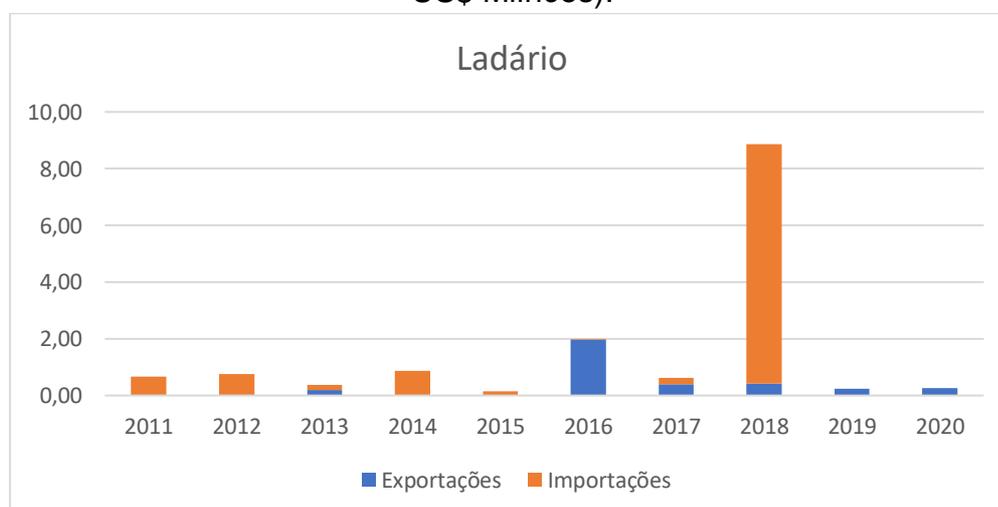
Ao longo do período analisado – nas datas com dados para ambas as variáveis, de 2011 a 2018 -, o comércio de Ladário foi deficitário, com as importações superando as exportações (valores FOB US\$ Milhões). A abertura comercial, medida pela soma entre ambas variáveis, oscilou em Ladário. Após iniciar a série com cerca de 0,66 em

2011, cresceu com oscilação até cerca de 1,98 em 2016; em seguida, após uma grande redução em 2017, cresceu até o valor de 8,87 em 2018. A evolução do déficit comercial foi de aproximadamente -0,65 em 2011 para aproximadamente -8,03 em 2018 (Figura 80).

As importações iniciaram a série no valor de cerca de 0,66 em 2011; após crescerem no fator de aproximadamente 13, atingiram o valor de 8,45 em 2018 (Figura 80). Neste ano, 99,9% do valor total das importações foi concentrado em um produto (código SH4 2710): Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento; os remanescentes 0,1% se referem a importação de também apenas um produto, a saber, tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja. Em 2011, apenas um produto foi importado: sal (incluídos o sal de mesa e o sal desnaturado) e cloreto de sódio puro, mesmo em solução aquosa ou adicionados de agentes antiaglomerantes.

As exportações subiram de 0,08 em 2011 para cerca de 1,97 em 2016. Em seguida declinaram, com oscilação, para em 0,26 em 2020. No início da série em 2011, a totalidade das exportações de refere a um único produto - adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos. Do mesmo modo, no biênio 2019-20, o valor das exportações está associado a um produto - preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais.

Figura 79 - Evolução das exportações e importações em Ladário (Valores FOB US\$ Milhões).



Fonte: adaptado do Brasil, Ministério da Economia (2020).

5.4.3.7 Agropecuária

No caso de Ladário, o censo agropecuário de 2017 do IBGE cadastrou apenas 161 sedes de estabelecimentos agrícolas localizados em assentamentos do INCRA e ao longo das rodovias, como ilustra a Figura 47. Esse pequeno número de estabelecimentos tem uma área média de 111,78 hectares, bastante abaixo da média de 469,97 hectares do estado, em função do reduzido território municipal. Dado esse contexto, os estabelecimentos ocupam, em média, apenas 2,9 pessoas na sua exploração. A média de atividades de lavoura temporária é análoga a de Corumbá, com 16%, e a lavoura permanente não foi detectada no município. A pecuária atinge ainda valores mais altos como principal atividade agrícola cadastrada no censo, com média de 81%, e correspondendo a um uso médio de 54,2% das terras como pasto. A criação de bovinos é igualmente expressiva, mas o gado de corte é menos representativo que em Corumbá, com 38% dos estabelecimentos tendo essa criação como principal atividade, sendo suplantada por 42% dos estabelecimentos que se dedicam à produção de bovino para leite. A dominância da criação de bovinos também é confirmada pelos valores da Tabela 7, onde Ladário tem uma expressão bem menor que Corumbá. Por outro lado, o número de animais por hectare é próximo de 1,3, que é a média estadual, apontando para uma exploração pecuária bastante mais intensiva que em Corumbá.

A cobertura da assistência técnica agrícola é um pouco maior em relação a Corumbá, chegando a 35% dos estabelecimentos. Mais de dois terços dos estabelecimentos (70%) é de Agricultura Familiar em Ladário. Cerca de metade dos produtores do município (52%) têm apenas escolaridade até o Ensino Fundamental, segundo dados do Censo Agrícola do IBGE de 2017.

5.4.3.8 Mineração

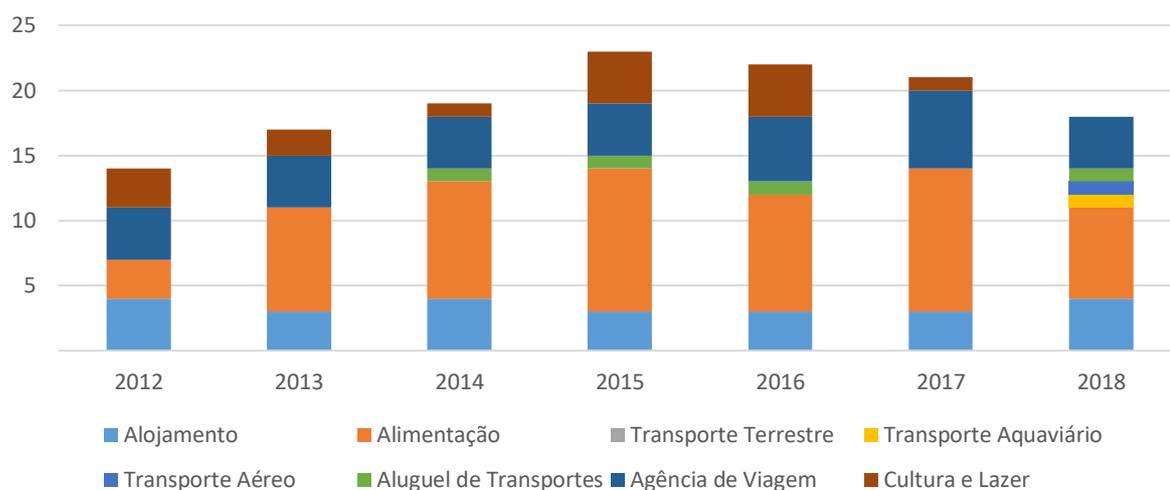
O município de Ladário partilha com Corumbá uma parte dos recursos minerais existentes na região e da CFEM recolhida, como mostra a Figura 80.

5.4.3.9 Turismo

O município de Ladário está circunscrito na Região do Pantanal, muito embora não tenha sido incluído no Programa de Regionalização do Turismo (Ministério do

Turismo, 2017). Ainda assim, o município conta com as benesses naturais da região e com pontos arquitetônicos decorrentes dos mais de 200 anos de história (CÂMARA MUNICIPAL DE LADARIO, 2020). O município possui, também, uma rede de Atividades Características do Turismo (ACT) alicerçada no setor de Alimentação, mas que ainda não consolidou, como se pode observar na Figura 82 (IPEA, 2020).

Figura 81 - Rede de Atividades Características do Turismo (ACT) em Ladário ao longo dos anos.



Fonte: IPEA (2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

5.4.4 Síntese dos resultados

O panorama socioeconômico de síntese do município é apresentado no seguinte quadro:

Quadro 2 - Síntese de Ladário

FUNDAÇÃO	IDHM
2 de setembro de 1778	2010: 0,704; MS: 0,729; BR: 0,727
MICRORREGIÃO	PIB per capita
Baixo Pantanal	2017 (R\$): 13.047,87; MS: 35.529,44; BR: 31.833,50
ÁREA TERRITORIAL	POPULAÇÃO OCUPADA
354,255 km ²	2018 (%): 15,4; MS: 60,5; BR: ~ 88
POPULAÇÃO ESTIMADA (2019)	RECEITA FONTES EXTERNAS
23.331 ; Campo Grande: 895.982	2015 (%): Corumbá ; Campo Grande: 55,2
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	URBANIZAÇÃO
2019 (hab/km ²): 57,57 ; MS: 6,86; BR: 25	2010 (%): Vias públicas: 7,9; Campo Grande: 33,4; População: 95; MS: 86; BR: 84
TAXA DE HOMICÍDIOS	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2019 (homic./100mil): Corumbá ; MS: 14,4	2010 (%): 11,4; MS: 24,2; BR: 61,8
APRENDIZADO ADEQUADO ATÉ 5º ANO	ANALFABETISMO POP. ADULTA
2017 (%): Matemática: 23; Português: 41; MS: 45; 59	2010 (+25 anos, %): 8,6; MS: 9,72
ÍNDICE DE GINI	EXTREMA POBREZA
2010; 2019: 0,520; MS: 0,560; 0,485; BR: 0,609; 0,518	2010 (%): 5,2; MS: 3,6; BR: 8,5
MORTALIDADE INFANTIL	SALÁRIO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES FORMAIS
2017 (ób/mil hab.): 22,5; MS: 10,57; BR: 12,8	2018 (R\$): 4.102,20 ; MS: 2.500,00
MASSA SALARIAL E OUTRAS REMUNERAÇÕES	NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES ATUANTES
2010; 2018 (R\$ MM): 73 ; 186	2010; 2018: 141 ; 128

Fonte: autores (2020).

6 ANÁLISE INTEGRADA DO TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS

Como estabelecido no referencial conceitual, o desenvolvimento e a diversificação econômica em determinado território são condicionados por fatores indutores (potencial exportador e potencial de consumo de produtos e serviços locais) e pela estrutura socioeconômica existente (relacionada a fatores demográficos, sociais, institucionais, à economia local, ao grau de coesão social e potencial empreendedor); e se manifesta no desenvolvimento de novos negócios através do estabelecimento de condições materiais e institucionais e do fomento ao empreendedorismo.

6.1 ANÁLISE PRELIMINAR

Pode-se dizer, em termos mais gerais, que os dois municípios considerados se constituem em um só território. Não somente porque tem características similares geográficas, edafoclimáticas e atividades semelhantes como base econômica, como também, porque possuem cadeias produtivas agropecuárias, industriais e de serviços bastante similares.

Se trata de um território com um importante patrimônio histórico e com excelentes recursos naturais que servem de base a uma economia focada essencialmente na pecuária, na extração mineral e no turismo. Se mostra assim estratégico aprofundar o conhecimento sobre os recursos naturais, culturais e humanos deste território, na procura de opções de desenvolvimento sustentável que proporcionem uma melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes. Com essa visão, esta pesquisa passará pelo aprofundamento da análise dos dados oficiais disponíveis, incluindo a identificação dos Stakeholders a entrevistar. Serão ainda realizados surveys junto de uma amostra representativa dos empreendedores locais. A análise de todos os dados coletados permitirá apontar opções viáveis de desenvolvimento para subsidiar o diálogo com os atores locais.

O território apresenta um conjunto diversificado de infraestruturas logísticas e de telecomunicações, com conexões a fortes centros econômicos no Sul e Sudeste do Brasil e a importantes praças internacionais dos países vizinhos. No entanto, a situação de alguns desses meios logísticos, como no caso da ferrovia, têm sofrido com baixo investimento na sua manutenção e melhoria.

A população tem um perfil relativamente jovem e a educação tem mostrado bons avanços nos últimos anos, com impacto direto na melhoria do IDH municipal.

Essas condições indicam um bom estoque de capital humano que poderá ser um fator importante de desenvolvimento, se houver um reforço para melhorar ofertas de educação técnica e superior de qualidade e iniciativas de formação para o empreendedorismo.

Dada a importante potencialidade turística, um dos vetores de formação e empreendedorismo deverá ser nesse setor (hotelaria, gastronomia, etc.). Para valorizar ainda mais as riquezas naturais na região, é importante fomentar práticas sustentáveis para suprir as necessidades atuais sem comprometer o equilíbrio ecológico e as necessidades das gerações futuras. Além disso, estes aspectos são cada vez mais valorizados nos mercados internacionais de turista, não só para atrair visitantes, mas também operadores e investidores externos.

O comércio local tem uma forte dependência da cotação do dólar americano, uma vez que o fluxo de bolivianos das cidades vizinhas em busca de mercadorias depende das flutuações cambiais do real em relação ao dólar. Hany (2005) cita que em 1992, com a supervalorização da moeda brasileira como mecanismo interno para estabilizar a situação precária pela qual o país atravessava, o frágil comércio dependente da exportação sofreu uma forte quebra por causa da desistência dos comerciantes bolivianos, que optaram por outras praças, como Iquique, no Chile; Panamá, na América Central, e Miami, nos Estados Unidos. Portanto, seria aconselhável pensar políticas econômicas anticíclicas para o setor, por forma a minimizar o efeito das oscilações do dólar. Além disso, a economia local ainda pouco se beneficia com a participação nas redes de transporte apenas como locais de passagem, fiscalização e controle de mercadorias (SILVA, 2013).

A produção presente no território apresenta majoritariamente produtos de baixa complexidade tecnológica, como minérios (ferro e manganês) e pecuária bovina (carne e leite). Para a verticalização destes produtos será necessário fortalecer as fontes confiáveis de energia, o que não tem acontecido com o gás vindo da Bolívia. Além disso, aqui também é estratégico melhorar a capacidade técnica da mão de obra nos setores da indústria e da agropecuária, cujos melhores recursos estão concentrados atualmente nos serviços e na administração pública.

Neste sentido, uma análise integrada para os dois municípios aponta para os seguintes fatores que condicionam suas atividades econômicas:

- As principais cadeias produtivas existentes são a pecuária de corte, a pecuária leiteira, a mineração e o turismo.

- A estrutura econômica existente apresenta assim forte influência da formação histórica da economia da região assente nos recursos naturais disponíveis.
- A administração pública depende em grande parte da transferência de recursos federais para cumprir as suas obrigações constitucionais, absorvendo uma grande fatia da mão de obra local mais qualificada.
- Torna-se necessário investigar mais profundamente para identificar os fatores limitadores para a emergência de setores com maior inovação tecnológica. Os dados obtidos até agora apontam para a necessidade infraestruturas logísticas e de fontes de energia mais eficientes, assim como mais capacitação técnica e de empreendedorismo.
- As atividades agrícolas e agroindustriais existentes parecem ainda operar com arranjos com baixa tecnologia; entretanto a base agrícola é produtiva e rentável. A pecuária bovina de Corumbá ainda é de características extensivas, colocando pressão no meio natural.

6.2 PRÓXIMOS PASSOS

Para concluir a pesquisa, será necessário o aprofundamento da realidade econômica, social e institucional local. Isso só será possível por meio de pesquisa de campo, aplicando questionários em uma amostra representativa de empreendedores locais e entrevistando os principais agentes econômicos e *stakeholders*. Os principais eixos a explorar serão os seguintes:

- Obtenção de dados sobre os fluxos comerciais e turísticos de e para o território de estudo, para aprofundar o estudo das cadeias produtivas locais;
- Avaliar o ecossistema empreendedor local;
- Mapear a aptidão agrícola das terras antropizadas;
- Mapear os efeitos das recentes queimadas;
- Mensurar o grau de coesão social local;
- Levantamento das visões de desenvolvimento dos stakeholders locais.

REFERÊNCIAS

ABDEL-RAHMAN, H.; ANAS, A. Theories of systems of cities. In: HENDERSON, J. V.; THISSE, J. F. (eds.). **Handbook of Regional and Urban Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2004. (volume 4; parte I, capítulo 52).

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. (Orgs.). **Handbook of Economic Growth**. Amsterdam: North Holland, 2005. (Capítulo 6).

ACEMOGLU, D. Oligarchic versus Democratic Societies. **Journal of European Economic Association**, v. 6, n. 1, p. 1-44, 2008. Disponível em: <http://economics.mit.edu/files/4480>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. Nova York: Gown Publisher, 2012.

BARBOSA FILHO, F.; PESSÔA, S. Retorno da educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 38, n. 1, p. 97-125, 2008.

BOMFIM, R. **Nobel de Economia já premiou liberais e keynesianos: conheça todos os laureados**. InfoMoney, 12 out. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/premio-nobel-de-economia-lista-de-vencedores/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASL. Agência Nacional de Mineração (ANM). **Arrecadação/ Distribuição CFEM**. Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. Ministério da Infraestrutura. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Infraestrutura Aquaviária: Hidrovia do Paraguai**. Publicado em 27 dez. 2018; Atualizado em 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/hidrovia-do-paraguai>. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: MIN, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Introducao-e-antecedentes.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Plano decenal de expansão de energia 2029**. Brasília, DF: MME/EPE, 2019. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-422/PDE%202029.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. [20--?]. Disponível em: <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>. Acesso em: 31 maio 2019.

BURK, S. J.; PERRY, G. E. **Beyond the Washington Consensus Institutions Matter**. WORLD BANK. 1998.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA = Deutsch-Brasilianische Industrie- und Handelskammer. **Mapa da Mineração Brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.ahkbrasilien.com.br/projetos/mineracao/mapa-da-mineracao-brasileira/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CATELA, E. Y. S.; GONÇALVES, F.; PORCILE, G. Brazilian municipalities: agglomeration economies and development levels in 1997 and 2007. **Cepal Review**, v. 101, p. 141-156, ago. 2010.

CAVALCANTE, F. **Análise das externalidades da mineração no município de Curionópolis - PA**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) - Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2018.

CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE). O que é o Gasbol? 07 set. 2020. Disponível em: <https://cbie.com.br/artigos/o-que-e-o-gasbol/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CERQUEIRA, J. D. S.; REZENDE, A. A. de; SANTOS, C. E. R. Os efeitos dos royalties da mineração sobre a promoção do desenvolvimento econômico dos municípios baianos: uma análise para o período entre 2009 e 2011 por meio da abordagem DEA. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 2, p. 603, 2017.

CLEMENSON, H. **Are single industry towns diversifying? An examination of fishing, Forestry and mining towns. Perspectives in Labour and Income**. Ottawa: Statistics Canada, Cat. no. 75-001-XPE, Spring, p. 31-41. 1992.

COMPARA BRASIL. **Painel de Arrecadação Municipal**. Disponível em: <http://comparabrasil.com/comparabrasil/municipios/Paginas/sobre.aspx?m=1>. Acesso em: 04 jun. 2019.

DAVID, P. A.; WRIGHT, G. The Genesis of American Resource Abundance. **Industrial and Corporate Change**, v. 6, n. 2, p. 203-245, mar.1997.

DURANTON, G.; PUGA, D. Diversity and specialization in cities: why, where and when does it matter? **Urban Studies**, v. 37, n. 3, p. 533-555, 2000.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. Infraero Aeroportos (INFRAERO). 2020. Disponível em: <https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-corumba/sobre-o-aeroporto/caracteristicas/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FERNANDES, R. M. da S.; SOUZA, A. de O. O anel rodoviário de Corumbá/ms e sua débil e perigosa função no sistema de circulação internacional da rota rodoviária bioceânica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA, 6.; COLÓQUIO UNBRAL DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, 1., Campo Grande, 2016. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2016. Disponível em: http://eventos.sistemas.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/3_2016-11-13_15-59-43.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

FLETCHER, S.; WHITE, W.; PHILLIPS, W.; CONSTANTINO, L. **An Economic Analysis of Canadian Prairie Provinces' Forest Dependent Communities.** Edmonton: University of Alberta, Department of Rural Economy, Project Report No. 91-05). 1991.

FREITAS, E. E.; PAIVA, E. A. Diversificação e sofisticação das exportações: uma aplicação do product space aos dados do Brasil. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 46, n. 3, p. 79-98. ISSN eletrônica (on line) 2357-9226, 2015.

GRUPO SOCIOECONOMIA E SUSTENTABILIDADE. **Fatores Migratórios na Estrada de Ferro Carajás – EFC.** Belém: ITV, 2019. Relatório técnico.

HADDAD, E. A. **Notas sobre a teoria da localização.** [São Paulo: NEREUS/USP], 2005. Disponível em: http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/Notas_Localiza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

HANY, F. E. S. **Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul: periferia ou espaço central?** 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. What you export matters. **Journal of Economic Growth**, v. 12, n. 1, p. 1-25, mar. 2007.

HENDERSON, V.; THISSE, J-F. (Eds.). **Handbook of regional and urban economics.** [S.l.]: ScienceDirect, 2004. (Volume 4 - Cities and Geography). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/handbook/handbook-of-regional-and-urban-economics/vol/4/suppl/C>. Acesso em: 14 dez. 2020.

HIDALGO, C. A. *et al.* The product space conditions the development of nations. **Science**, v. 317, n. 5837, p. 482-7, jul. 2007.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.

HIDALGO, C.; HAUSMANN, R. A network view of economic development. **Developing Alternatives**, v. 12, n. 1, p. 5-10, 2008.

HONÓRIO, K. dos S. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012):** um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil.

2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual de São Paulo/Universidade de Campinas/Universidade de São Paulo, Programa San Tiago Dantas, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/128074>. Acesso em: 14 dez. 2020.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. 2. ed. Toronto: Oxford University Press, 2003. DOI

<http://dx.doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2015>. Acesso em: 03 mar. 2018.

HUMPHREYS, M.; SACHS, J.; STIGLITZ, J. **Escaping the resource curse**. New York: Columbia University Press. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [20--?]. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. [20--?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. **Biblioteca**: Catálogo: Corumbá (MS); Estações; Ferrovias; Mato Grosso do Sul. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=449560&view=detalhes>. Acesso em dezembro de 2020.

INSPER. **Dez perguntas e respostas sobre o Nobel de Economia de 2019**. Conhecimento. 13 dez. 2019. Disponível em:

<https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/dez-perguntas-e-respostas-sobre-o-nobel-de-economia-de-2019/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IORIO, U. J. **Ação, Tempo e Conhecimento**: A Escola Austríaca de Economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 2013.

KIRZNER, I. **Market Theory and the Price System**. Princeton: Van Nostrand, 1963.

_____. **Competition and entrepreneurship**. Chicago: U. of Chigago Press, 1973.

_____. Entrepreneurial Discovery and the Competitive Market Process: An Austrian Approach. **Journal of Economic Literature**, v. XXXV, p. 60-85, 1997.

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Cambridge: The MIT Press, 1991a.

_____. Increasing Returns and Economic Geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, 1991b. Disponível em: https://pr.princeton.edu/pictures/g-k/krugman/krugman-increasing_returns_1991.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LOBATO, A. S. *et al.* A formação histórico-territorial do Mato Grosso, as transformações e impactos decorrentes da expansão da soja. **Revista Para Onde**, p. 1-20, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22105>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MALEFANE, S. R. Structuring South African municipalities for effective Local Economic Development (LED) Implementation. **Journal of Public Administration**, v. 44, n. 1.1, p. 156-168, abr. 2009.

MALIC, A. Suvremene promjene u agraru Hrvatske. In: PEPEONIK, Z. (ed.). **Zbornik radova I. hrvatskog geografskog kongresa.** Hrvatsko geografsko društvo, Zagreb, p. 86. 1996.

MATLABA, V. J.; HOLMES, M.; MCCANN, P.; POOT, J. Agglomeration Externalities and 1981-2006 Regional Growth in Brazil. **Studies in Regional Science**, v. 42, n. 1, p. 145-161, 2012. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/srs/42/1/42_145/article. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____; _____. Classic and Spatial Shift-Share Analysis of State-Level Employment Change in Brazil. In: KOURTIT, K. *et al.* (Eds.). **Applied Regional Growth and Innovation Models.** Berlin Heidelberg: Springer-Verlag, 2013a. p. 139-172. (Chapter 7) DOI 10.1007/978-3-642-37819-5_7.

_____; _____. A Century of the Evolution of the Urban System in Brazil. **RURDS - Review of Urban & Regional Development Studies**, v. 25, n. 3, p. 129-151, 2013b. DOI 10.1111/rurd.12012.

MATO GROSSO DO SUL. Secretária de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). **Rota Bioceânica avança com elaboração de projeto de acesso à ponte em Porto Murtinho. Assessoria de Comunicação da Semagro.** 2020a. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/rota-bioceanica-avanca-com-a-contratacao-de-empresa-que-fara-projeto-de-acesso-a-ponte-em-porto-murtinho/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____. **Governo do Estado apoia relicitação como alternativa mais viável para revitalizar ferrovia. Assessoria de Comunicação da Semagro.** 2020b. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/governo-do-estado-apoia-relicitacao-como-alternativa-mais-viavel-para-revitalizar-ferrovia/#:~:text=Desde%202015%20o%20Governo%20do,do%20Estado%2C%20e%20no%20sentido>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MCCANN, P. Globalization and economic geography: the world is curved, not flat. **Journal of Regions, Economy and Society**, Cambridge, 1, 351-370, 2008. DOI 10.1093/cjres/rsn002

_____. **Modern Urban and Regional Economics**. New York: Oxford University Press, 2013.

MEHLUM, H.; MOENE, K.; TORVIK, R. Institutions and the resource curse. **The Economic Journal**, p. 1-20, 2006.

MISES, L. **Ação humana: um tratado de Economia**. 3. ed. São Paulo: Institute Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISSIO, F. J.; RIVAS, R. M. R. aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/142644/156607>. Acesso em: 14 dez. 2020.

NJEGAC, D.; TOSKIC, A. Rural diversification and socio-economic transformation in Croatia. **GeoJournal**, v. 46, n. 3, Rural Diversification in Eastern Europe, p. 263-269, 1998.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, R. R. R. de. **O progresso na "marcha para o oeste"**: uma análise enunciativa na imprensa mato-grossense. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269049/1/Oliveira_RosimarReginaRodriguesde_M.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

PAGE, M.; BESHIRI, R. Rural economic diversification - A Community and regional approach. **Rural and Small Town Canada Analysis Bulletin**, v. 4, n. 7, dez. 2003.

PAVÃO, E. da S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

PEGG, S. Mining and poverty reduction: Transforming rhetoric into reality. **Journal of Cleaner Producton**, v. 14, p. 376-387, 2006.

PIO, C. **Relações Internacionais: Economia Política e Globalização**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

PIRES, M. M.; MOROLLÓN, F. R.; GOMES, A. S.; POLÈSE, M. **Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento**. [S.l.]: Scielo: 2018. DOI 10.7476/9788574554884.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 25 abr. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [20--?]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ROTHBARD, M. N. **A anatomia do estado**. Tradução de Tiago Chabert. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2012.

ROVERE, E. L. *et.al.* **Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento do Setor Produtivo de Corumbá/Ladário e Influências Sobre a Região Pantaneira Relatório de Pesquisa**. Laboratório interdisciplinar de meio ambiente Processos Geradores de Fatores Estratégicos. Rio de Janeiro: LIMA, COPPE, UFRJ, 2010. Disponível em: http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/Cap6_2_Processos_Gera_dores.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. **Natural resource abundance and economic growth**. Harvard Institute for International Development. Discussion Paper n. 517a. Cambridge, MA 1995.

SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P.; MENDONÇA, M. Um estudo sobre o retorno em escolaridade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 249-265, 2004.

SANTOS, J. F. dos. *et al.* **Avaliação do potencial para diversificação socioeconômica dos territórios em Canaã dos Carajás, Parauapebas, Curionópolis, Ourilândia do Norte e Tucumã, com vista a prospecção de novos negócios e identificação de potenciais empreendedores**. Belém: ITV, 2020. (Relatório Técnico). Disponível em: http://www.itv.org/wp-content/uploads/2020/04/Santos-Jorge-Filipe-dos-et-al.-Avalia%C3%A7%C3%A3o-do-potencial-para-diversifica%C3%A7%C3%A3o-socioecon%C3%B4mica...-PROD.TEC .ITV .DS .N006_2020pdf.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

SCRUTON, R. **How to think seriously about the planet**. The case for an environmental conservatism. Oxford University Press, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Desenvolvimento Econômico e Territorial Mato Grosso do Sul: Ladário - Pantanal**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Mapa%20de%20Oportunidades%20LAD%C3%81RIO.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Desenvolvimento Econômico e Territorial Mato Grosso do Sul: Corumbá - Pantanal**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Mapa%20de%20Oportunidades%20CORUMB%C3%81.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, L. P. B. da. Redes de transporte de mercadorias e fronteira: a logística nas cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia). **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 141-160, 2013.

THE ECONOMIST. The dutch disease. [S.l.: s.n.], 1977. p. 82–83.

UEDA, E.; HOFFMANN, R. Estimando o retorno em educação no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 6, n. 2, p. 209-238, 2002.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNPD). **Human Development Report 1990 (HDR)**. New York, USA: United Nations Development Programme, 1990. Disponível em:
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf.
Acesso em: 15 jul. 2017.

VARGAS, M. A.; CAMPOS, R. R. **Crop Substitution and Diversification Strategies: Empirical Evidence from Selected Brazilian Municipalities**. World Health Organization. Health, Nutrition and Population - HNP Discussion Paper. Economics of Tobacco Control Paper n. 28. March. 2005.

WATKINS, M. **A Staple Theory of Economic Growth**. [S.l.: s.n.], 1963. p. 5-29.